

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

GISELLY REZENDE VIEIRA

**Memória e História: silêncios e esquecimentos nas narrativas do
diário de Getúlio Vargas (1935 – 1937)**

VITÓRIA

2015

GISELLY REZENDE VIEIRA

Memória e História: silêncios e esquecimentos nas narrativas do diário de Getúlio Vargas (1935 – 1937)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof^o. Dr. Luiz Cláudio M. Ribeiro

VITÓRIA

2015

Vieira, Giselly Rezende.

V657m Memória e História: silêncios e esquecimentos nas narrativas do diário de Getúlio Vargas (1935 – 1937). / Giselly Rezende Vieira. – 2015.

110 f.

Orientador: Profº Dr. Luiz Cláudio M. Ribeiro

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Memória e História. 2. Esquecimentos e silêncios. 3. Diário de Vargas. 4. Era Vargas. I. Ribeiro, Luiz Cláudio M.. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU 94(81).082/.083
CDD 981

GISELLY REZENDE VIEIRA

**MEMÓRIA E HISTÓRIA: silêncios e esquecimentos nas narrativas
do diário de Getúlio Vargas (1935 – 1937)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em

de 2015.

Luiz Cláudio M. Ribeiro (Orientador) – UFES

Cezar Teixeira Honorato – PPGHIS/UFF

Carlos Vinícius Costa de Mendonça – DEPHIS/UFES

Maria da Penha Smarzaró Siqueira – PPGHIS/UFES

Robson Loureiro – PPGE/CE/UFES

Agradecimento

O professor Luiz Cláudio M. Ribeiro discutiu comigo o conjunto desta dissertação em seus mínimos detalhes. Pude contar, além disso, com as preciosas observações e as críticas do professor Carlos Vinícius Costa de Mendonça, responsável por me apresentar o labirinto que é a Era Vargas.

Esta viagem pelo passado foi também a ocasião de intensas trocas de pontos de vistas com Marcela Camporez. Partilhei todas as angústias, interrogações, paixões, hesitações, medos e afrontas com minha mãe Maria e tomei fôlego, tive força e coragem para começar de novo quando olhei meu filho Davi, nascido no meio desse turbilhão de emoções e desafios.

Resumo

Tendo como pressuposto que a memória é seletiva, a proposta desta dissertação é apontar os silêncios e esquecimentos do diário de Getúlio Vargas entre 1935 e 1937. Fazemos reflexões imbricadas e sintonizadas com os temas, problemas e interesses que a historiografia nacional e estrangeira sublinhou e enfatizou como período de preparação para o golpe de 1937, enfatizando as discussões teóricas entre memória e história, bem como o tratamento do Diário como fonte histórica. Analisamos as representações memorialísticas em uma perspectiva comparativa com acontecimentos, encontros e fatos ocorridos no período proposto e que foram problematizados nas produções historiográficas e narrados nas biografias que tematizam o período que se convencionou chamar *conjuntura constitucionalista* da era Vargas. O presente exame localizou indícios de esquecimentos da memória do diarista quanto a pactos firmados e ações realizadas contra opositores ao Golpe de Estado em 1937.

Palavras-chaves: Memória. História. Esquecimentos. Silêncios. Diário de Vargas. Era Vargas.

Abstract

Based on the assumption that memory is selective, the purpose of this dissertation is to point the silences and omissions of the Getúlio Vargas journal between 1935 and 1937. We make reflections and attuned to the issues, problems, and concerns that the national historiography and foreign underlined and emphasized as run-up to the 1937 coup, emphasizing the theoretical discussions between memory and history as well as the treatment of the Journal as a historical source. We analyze the memorial representations in a comparative perspective with events, meetings and events occurring in the proposed period and were problematized in historiographical production and narrated in the biographies that analyze the period so-called constitutional situation of the Vargas era. This examination located evidence of forgetfulness of the diarist memory as the signed agreements and actions taken against opponents of the coup in 1937.

Keywords: Memory. History. Forgetfulness. Silence. Varga's journal. Vargas Age.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 A CONJUNTURA POLÍTICA DO BRASIL NOS ANOS 1935–1937.	12
2.1 O BRASIL NA ERA VARGAS (1930 – 1934).....	20
2.2 1935 – O ANO DO ANTICOMUNISMO.....	26
2.3 1936 – EXORCIZAM-SE BRUXAS E FANTASMAS VERMELHOS.....	33
2.4 1937 – AS CIRCUNSTÂNCIAS DO GOLPE DE ESTADO DE 1937.....	35
2.5 OS INTELLECTUAIS E O PROJETO AUTORITÁRIO.....	38
3 POR UMA REFLEXÃO DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA	44
3.2 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO.....	48
3.2 HISTÓRIA E BIOGRAFIA.....	55
4 ESQUECIMENTO OU ESTRATÉGIA DE ENCOBRIMENTO?	65
4.1 OS DIÁRIOS E OS HISTORIADORES	70
4.2 ECOS DOS ESQUECIMENTOS NO DIÁRIO DE VARGAS	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
6 REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

*“[...]articular o passado historicamente não significa reconhecê-lo como realmente foi. Significa apoderar-se de uma recordação assim que ela irrompe, em um momento de perigo.”
(Maria Cecília Cortez Christiano de Souza)*

Durante o curso de comunicação social, sempre é comum pensar o que tem de testemunho, biografia e memória nas reportagens e outros textos jornalísticos, reflexão que sempre demonstrou as intrincadíssimas teias entre verdade e ficção. Mas perceber a riqueza documental das autobiografias e o propósito do esquecimento e da manipulação na perspectiva testemunhal e nos exercícios da memória foram descobertas dos primeiros exames historiográficos, feitos nas pesquisas de iniciação científica e trabalho monográfico da graduação de história, além de incursões em textos sobre a Era Vargas e a descoberta do diário de Getúlio Vargas.

A possibilidade de examinar esquecimentos e silêncios é ir ao encontro do passado pelas ausências e pelos suspiros profundos, percebendo a vontade de esquecer e a falta da lembrança. É saber que a memória é seletiva, que lembrar e esquecer são manipulações mentais ocasionadas por fatores como sentimentos, inibição, censura, coletividade e tempo.

Memória pode ainda ser guia, guardadora do passado, produto e criação do vivido, experimentado, disputado outrora. Como produto, estão todas as memórias enraizadas na linguagem; na escrita a memória é exercitada, comete abusos e se produz.

Escrever implica modificar, recriar à sua maneira. Sozinho, o indivíduo constrói o vivido em palavras. Os esquecimentos e os silêncios, fortes reveladores desses mecanismos de manipulação e criação da memória, são encontrados nas análises de escritas de si.

O enlace entre memória e história é um dos meios fundamentais de adentrar as escritas de si. É impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças, esquecimentos e silêncios quando não se examina os contextos sociais reais que servem de base a essa reconstrução apresentada por memória.

Esta pesquisa analisa a representação memorialística do diário de Getúlio Vargas nos anos de 1935 a 1937 - período de vigência da Constituição de 1934 - aferindo-a com a produção historiográfica sobre a era Vargas (1930 - 1945).

Acreditamos que há esquecimentos e silêncios nas escritas do diarista Getúlio Vargas procedentes das relações políticas estabelecidas e das motivações e efeitos de fatos e acontecimentos políticos. Estamos na busca do que não foi dito, do omitido conscientemente dos escritos, dos desejos de esquecer, silenciar para construir uma memória adequada.

Visamos contribuir com as diversas narrativas historiográficas e da memória que destacam a estratégia metodológica da análise de discursos. Aquelas que adentram as escrituras, aventuram-se na linguagem e no mundo em que foram produzidas, que percebem o lugar e o tempo como fatores ímpares na produção dos discursos.

Este estudo enfatiza a importância de operar os conceitos de memória, história e esquecimento, trazendo o diário como fonte histórica e escrita de si, destacando a produção teórica que o coloca como ato autobiográfico.

Os diários pessoais são fontes históricas capazes de evidenciar ações e relações entre indivíduo, grupos e sociedade. Quando cotejados na sua própria historicidade, transformam-se em documentos reveladores de uma época. Interessamos, especialmente, as lacunas e silêncios, as faltas de lembrança e ausência de fatos nesses textos.

Nesse sentido, a pesquisa procura preencher parte da historiografia que estuda biografias, autobiografias e memórias de atores políticos como objeto dos processos analíticos e explicativos da história republicana brasileira.

Em seu ensaio *A biografia como problema*, Sabina Loriga discute o uso da biografia nos trabalhos historiográficos e se esforça para sublinhar a dimensão individual da história. Apresenta a “biografia coral” como possibilidade de narrativa historiográfica, que pretende ir da história do indivíduo, do seu cotidiano e movimentos individuais para a coletividade, percebendo os desvios e conflitos em condutas e práticas sociais, construindo dessa forma explicações históricas plurais.¹ Tendo em mente esse indivíduo particular e fragmentado, o diarista Vargas apresenta-se como figura fundamental para se pensar a cena política e social dos anos trinta como conspirador, revolucionário e presidente, entre outros papéis, além de protagonizar ações políticas, esquecidas e silenciadas em seu diário, que

¹ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (Org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225.

objetivaram a consolidação do projeto autoritário e centralizador de governo em 1937. Em *O pequeno X: da biografia à história*, Loriga defende a diversidade da experiência histórica e chama de “vitalidade periférica do passado” a natureza alterada do passado quando apresentado nas memórias individuais e biografias.²

Benito B. Schmidt observa a possibilidade de o historiador produzir “biografias problema”, isto é, explicações historiográficas diversificadas que rompem as homogeneidades superficiais por terem como ponto de partida trajetórias de vida singulares. Percebemos que qualquer exame historiográfico que interpreta atos autobiográficos deve posicionar-se no enlace entre biografia e história: sem permanecer na individualidade do sujeito biografado ou autobiografado e sem circular excessivamente na sociedade ao seu redor. O historiador deve adotar “estratégias narrativas que estabeleçam uma permanente tensão entre o personagem e os constrangimentos e possibilidades de sua época”.³ Na mesma perspectiva, vamos ser guiados pelo diarista, levando em consideração

[...] suas experiências, suas relações sociais, suas interpretações de mundo, os espaços de sociabilidade por onde circulava e como estes podem lhe ter influenciado, as leituras realizadas e sua reelaboração pessoal, os códigos de moralidade da época e suas interpretações/manipulações próprias, etc.⁴

A partir da experiência e exercício individual, pretendemos lançar um olhar sobre o político. Não em busca de um desenvolvimento linear, mas à procura das ambiguidades e contradições das trajetórias humanas. Olhar os esquecimentos, através das ausências e silêncios no diário de Vargas, para estabelecer explicações de caráter múltiplo sobre as relações políticas e cenário histórico de 1935 a 1937, na perspectiva da História Política operada por Rémond.⁵

Ao encontro das considerações levantadas por Rémond e Rosanvallon, praticar a história do político é reconstruir a maneira como os indivíduos e os grupos elaboram sua compreensão de situações e enfrentam rejeições e acessos. É desse enfrentamento que formulam seus objetivos para “redesenhá-los de algum modo à

² LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 231.

³ SCHMIDT, Benito B. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**. São Leopoldo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos, vol. 8, nº. 10, jul./dez. 2004, p. 137.

⁴ SCHMIDT, Benito Bisso. “A Biografia Histórica”. In: GUAZELLI, César A.B.; PETERSEN, S.R.F., SCHMIDT, B.B.; XAVIER, R.C. (org.) **Questões de Teoria e Metodologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 123 – 124.

⁵ REMOND, Rene. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 1996, p.447-448.

maneira como sua visão de mundo tem limitado e organizado o campo de suas ações”⁶.

O político, para Rosanvallon, corresponde às vezes a um campo e, em outros casos, a um trabalho. Como campo, designa lugar e espaço onde se entrelaçam os múltiplos elos da vida de homens e mulheres, onde encontramos tanto seus discursos quanto suas ações. Campo remete à sociedade formada por uma totalidade de sentido; político é um centro nervoso para onde conflui a economia, a cultura etc. Por trabalho o autor considera a elaboração das características de grupos, construídas a partir das “regras implícitas e explícitas que dão forma à vida em sociedade”.⁷

Rosanvallon destaca a importância de análises que levam em conta o tempo e o espaço como variáveis ativas e construtivas.⁸

Assim, no intuito de preencher lacunas documentais, operamos no primeiro capítulo uma análise de conjuntura do período de 1935 a 1937, procurando explicitar as recentes narrativas historiográficas, teses e dissertações produzidas sobre a era Vargas. A proposta é um levantamento da produção historiográfica e discussões atuais sobre o período. Da leitura dessas pesquisas, tentaremos contextualizar os anos de 1935, 1936 e 1937, sublinhando e registrando as considerações dos autores que se concentram nos debates sobre continuidades e rupturas movidas pela Revolução de 1930. É uma tentativa de reconstruir o espaço e o tempo, a superfície social e o cenário histórico em que se encontrava a geração política de 1930.

No segundo capítulo, recuperamos a produção teórica mais significativa em torno da discussão sobre história, biografia, memória e esquecimento. É necessário levantarmos alguns aspectos a respeito do estudo da memória. Sobretudo, por tratar-se de interferência, ordenação e releitura de vestígios. As memórias existem na medida em que as conservamos, cultivamos e reconstituímos o passado. Esses processos são singulares e variam de acordo com a conjuntura do período de produção da memória. Veremos que os silêncios e os esquecimentos sugeridos pelo

⁶ ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p.26.

⁷ Ibidem, p.15-16.

⁸ Ibidem, p.51 -52.

diarista Vargas são específicos de determinado olhar, grupo pertencente e tempo determinado.⁹

Torna-se relevante averiguarmos as manipulações da memória, que através dos esquecimentos se manifestam no nível da linguagem.

Ricouer compreende o esquecimento enquanto operação que impede a recordação de um acontecimento traumático. O impedimento, omissão e falta surgem como pistas, indicando tramas e sintomas. O autor relaciona abusos do esquecimento e manipulação da memória. Para ele, exercitar a memória é ato de seleção, onde nunca é possível lembrar-se de tudo. Em cada seleção há a presença do esquecimento. Narrar é uma estratégia, e o esquecimento aparece de forma ativa. “Alcançamos, aqui, a relação estrita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado”¹⁰.

No terceiro capítulo levantamos a produção intelectual que destaca a importância do diário como fonte. Analisamos em seus discursos os silêncios e os acontecimentos escondidos nessas ausências de lembrança, atos de manipulação e buscas conscientes de memórias felizes. Indagamos o que leva um indivíduo a iniciar um diário, colocando-o como fonte histórica, literária e ficcional dentro da ideia de ato autobiográfico. É um exame feito do diálogo entre história e literatura. A manipulação da memória abre precedentes para questionarmos como se deu a organização do esquecimento por parte do diarista Vargas.

Também empreendemos um percurso histórico do diário: surgimento, função social, adaptações e recursos tecnológicos do presente. Os diários pessoais são atos autobiográficos e escritas de si, problematizados pelo historiador que os qualifica e os interpreta como fonte. Desenvolvemos a ideia de atos autobiográficos a partir das considerações de Contardo Calligaris, diários são formas literárias próximas do romance.¹¹

Vivemos nossas vidas como romances e, reciprocamente, encontramos na literatura modelos para nossas vidas. O repertório literário produzido por nós mesmos veio ocupar a mesma função orientadora que pertencia à tradição e às cosmologias perdidas.¹²

⁹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012, p.424.

¹⁰ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, p.455.

¹¹ CALLIGARIS, C.. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Revista Estudos Históricos**, América do Norte, 11, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071/1210>. Acesso em: 19 Out. 2011.

¹² Ibidem, p.48.

Podemos construir interpretações historiográficas variadas e interessantes a partir dos atos autobiográficos. Desse modo, expomos neste capítulo os estudos historiográficos recentes que se dedicam ao exame das formas confessional e testemunhal. Mencionamos as pesquisas realizadas no Brasil, Argentina, França e Espanha.

El diario íntimo promete en cambio la mayor cercanía a la profundidad Del yo. Una escritura desprovista de ataduras genéricas, abierta a la improvisación, a inúmeros registros del lenguaje (...) El diario cubre el imaginario de libertad absoluta, cobija cualquier tema, desde la insignificancia absoluta a la iluminación filosófica, de la reflexión sentimental a la pasión desatada.¹³

Apresentamos Getúlio Vargas como político que ocupou em sua época posição importante na administração pública brasileira e que deixou registradas suas impressões pessoais e íntimas em diferentes momentos de sua vida. Os diários são apreciações privadas de relações sociais, acontecimentos e fatos ocorridos na vida pública, reveladores de circunstâncias especiais, cheios de ocultações, enigmas, hesitações e incertezas.

As ausências de temas e fatos percebidos na análise dos discursos íntimos e privados de Vargas não são na verdade estratégias de encobrimento de uma memória feliz, ou, no mínimo, apaziguada e sem remorso?

É, portanto, no atravessar das fronteiras entre história e memória, história e literatura que é possível e se justifica esse exame historiográfico. A partir da premissa de que toda memória é seletiva em sua gênese, tentamos responder ao longo dos capítulos e em nossas considerações finais: quais são os silêncios e esquecimentos das narrativas de Vargas? O que não foi dito no diário? O que efetivamente foi esquecido ou está ausente voluntariamente de suas memórias?

¹³ARFUCH. Leonor. **El espacio biográfico**: Dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005, p.35.

2 A CONJUNTURA POLÍTICA DO BRASIL NOS ANOS 1935 – 1937

“No Brasil, quem promoveu essas soluções ‘pelo alto’ por meio de revoluções ‘passivas’ no decorrer da década de 1930 foram os dirigentes e os ideólogos que comungavam com o pensamento nacionalista autoritário.” (Fernando Achiamé)

Em 18 de março de 1939, Getúlio Vargas escreveu em seu Diário: “Prestei-lhe alguns esclarecimentos e disse-lhe que gosto mais de ser interpretado do que de me explicar”¹⁴. A frase foi escrita após um passeio que fez ao redor do Palácio do Catete em companhia de um biógrafo que planejava escrever um livro sobre ele, o escritor André Carrazoni.¹⁵

Quando interpretado, surge um protagonista híbrido, mutável de acordo com a necessidade. Um estadista, positivista de berço que se transforma em cristão convicto no poder, erguendo bandeiras em favor da pátria, de Deus e da família brasileira. É militante do Partido Republicano gaúcho no tempo em que atuou como deputado na Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul, mas dialoga com os linhas-duras organizados pelo país nas Frentes Únicas, exército e movimento tenentista, além de defender o pensamento autoritário quando assume o poder federal pela revolução de 1930. Quando levantam na Europa os regimes totalitários, flerta com as ideias ecoadas na Itália e Alemanha. Nascido no Brasil rural, filho da elite agrária-exportadora, impulsiona a industrialização e traz a vida urbana como proposta da modernidade que se aventurava no horizonte dos anos trinta.

De São Borja, interior gaúcho, para conquistar os “Campos Elísios”¹⁶ no Rio de Janeiro, nasce em abril de 1882, Getúlio Vargas, o presidente que mais tempo governou o Brasil. Sua trajetória individual confunde-se com a trajetória política do país. Instável e variante no privado, seu governo também vai se adaptar conforme as dinâmicas do momento e expectativas futuras.

Advogado, deputado estadual, deputado federal, ministro da Fazenda, presidente do Estado do Rio Grande do Sul e presidente da República após a Revolução de 1930, quando é instaurado o Governo Provisório (1930 – 1934),

¹⁴ VARGAS, Getúlio. **Diário**. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Vol. I 1995, p. 209, 18 de março de 1939.

¹⁵ CARRAZZONI, André. **Getúlio Vargas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

¹⁶ Cf. VARGAS, Op. Cit., p.27, 20 de novembro de 1930. *Campos Elísios* é a metáfora utilizada por Vargas para indicar o lugar de exercício do poder, o espaço que se ocupa no cargo de presidente, a própria capital Federal, materializado pelo Palácio do Catete. Sugere lugar e espaço.

período em que Getúlio governou com a Constituição suspensa, um tribunal revolucionário julgando os inimigos da revolução, o judiciário cerceado e o Congresso fechado. Muito se discute na historiografia atual sobre a ideia de revolução ou golpe de Estado em 1930.

Fernando Achiamé enfatiza a ideia de que houve uma “revolução passiva”, que teve a participação da elite política, não havendo ruptura radical com o passado. É passiva no sentido gramsciano, porque não ocorreu a tomada de poder por uma nova classe social e nem houve mudanças nas relações de produção. As considerações desse autor ressaltam que depois de 1930 novos grupos tiveram condições de disputar o poder local e federal. Segundo Achiamé, em 1930 ocorreu um “processo realizado inequivocamente a partir de cima”.¹⁷

A revolução de 1930 contara com o apoio dos mais variados matizes ideológicos (esquerdistas, direitistas, liberais, civis, militares, revolucionários e oportunistas da classe dominante), Getúlio Vargas estava no fogo cruzado, habilidosamente, afagando um, assoprando outros. Influenciado por sua formação cultural calcada na experiência da escola militar, da qual foi expulso, e na conjuntura histórica do momento, desejou estabelecer um governo forte, vigilante da economia e da vida dos indivíduos, afastado do liberalismo econômico e da representatividade parlamentar.

Foi líder da bancada gaúcha, da nação brasileira, marido, amante, diarista, pai, filho de general, irmão, fugitivo em Ouro Preto, conspirador e ditador, foram muitos os seus papéis sociais. Sua trajetória de vida confunde-se, do ponto de vista da *biografia coral*, com a história política do Brasil nos anos trinta.

Em 1934, o chefe do Governo Provisório deixa o poder e o agora presidente assume, o próprio Getúlio Vargas, é eleito presidente da República pela Assembleia Constituinte, dando início à conjuntura constitucionalista. Para a reconstitucionalização, em outubro de 1934 deveriam ser eleitos deputados federais e estaduais, os últimos encarregados de elaborar as Constituições dos estados e de eleger os governadores e senadores.¹⁸ No diário de Vargas, os dias 12 e 14 de outubro revelam seu estado de espírito diante do quadro político:

¹⁷ ACHIAMÉ, Fernando A. M. **O Espírito Santo na era Vargas** (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2010, p.26.

¹⁸ D'ARAUJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011, p.31.

Estes dias, a administração pública esteve atenta para as eleições de deputados federais e constituintes estaduais a realizar-se em todo o país, e também para os movimentos extremistas. A política, o interesse público, as manobras políticas deturpam ou sacrificam quase tudo para vencer.¹⁹

Vargas governou constitucionalmente o país e organizou o cenário para o golpe do Estado Novo em 1937. Muitos movimentos sociais radicais proliferaram nessa conjuntura, incentivados, depois fechados e censurados pelo próprio governo. O ar conspiratório, o medo constante e o perigo de levantes comunistas aglutinavam forças em torno de Vargas e do projeto autoritário em execução. Quando as forças políticas iniciaram os arranjos das eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938, os candidatos são prejudicados pelo medo do comunismo que fortalece ainda mais a posição de Vargas.²⁰

O diarista, que na vida pública e política articulou a transição de uma estrutura falida, inapropriada para o horizonte que apontava a modernidade e a industrialização como porta de saída do regionalismo, coronelismo, mandonismo e clientelismo, era um “homem paradoxal, que queria permanecer eternamente no poder, [...] protegendo aqueles que contribuíam para o continuísmo”²¹. Essa ideia foi recebida por muitos como solução ao declínio econômico e insatisfação social desse período que precisava resolver

[...] a questão da república, do fim do liberalismo, que aos poucos se transmuta na questão da democracia / não – democracia, da ditadura militar e do prestígio da política, a questão nacional, a questão da federação, do regionalismo, a industrialização, a reforma agrária, a busca de um caráter.²²

O rádio tocava para um número teoricamente ilimitado de ouvintes. Acontecia a revolução moderna do livro em brochura. O ambiente mundial era de conflito, instabilidade e Revolução de Outubro. É um período entre guerras, em que o emblema do modernismo era levantado e demonstrava atualidade e erudição. O mundo estava decepcionado com os rumos do liberalismo ao mesmo tempo em que a equipe de Bauhaus se fez fotografar com saxofone pela primeira vez. A bandeira do comunismo avançava e amedrontava o mundo quando o cinema vivia sua época

¹⁹ VARGAS, Op. Cit., p.333, 12 e 14 de outubro de 1934.

²⁰ D'ARAUJO. 2011, p. 32.

²¹ HENRIQUES, Afonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**. vol. I, Editora Record, São Paulo, 1964, p. 47.

²² BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001, p.160.

de ouro. Surgiam e deflagravam-se rapidamente as ideias autoritárias e propostas totalitárias no mundo quando Carlos Gardel morria em um acidente aéreo, levando lágrimas a toda a América espanhola. O mundo industrializava-se ao mesmo tempo em que sentia a ressaca da grande depressão. A década de 1930, sobretudo, o período de 1935 a 1937, tentava sua redenção. Eram anos cruciais para o terceiro mundo, “não tanto porque a Depressão levou à radicalização, mas antes por que estabeleceu contato entre as minorias politizadas e a gente comum de seus países”.²³

Hobsbawm caracteriza a primeira metade do século XX como a era das Catástrofes, por ser um período entre guerras e de violenta crise econômica mundial. Para o autor, enquanto a economia mundial balançava e a democracia liberal desaparecia, os projetos autoritários e nacionalistas ganhavam fôlego.²⁴

A Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que os homens e mulheres se envolviam ou faziam transações impessoais de mercado. [...] entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la.²⁵

Silva analisa o pensamento social brasileiro na década de 1930 e avalia o senso de catástrofe produzido pela crise econômica em 1929. A autora observa que as economias agrário-exportadoras foram especialmente prejudicadas.²⁶ O Brasil sentiu essa crise no preço do café e nas mudanças políticas, econômicas e sociais dos anos trinta, que tiveram ar de conciliação e continuidade. As produções historiográficas atuais e renovadas ventilam, justamente, essas questões.

O estudo do período que vai de 1930 a 1937 é rico em exemplos de continuidade e descontinuidades políticas. A marca essencial desses sete anos é a instabilidade, corporificada nas lutas e nos choques ocorridos entre as numerosas e distintas forças sociais que então disputam um espaço político maior no cenário nacional.²⁷

²³ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.113.

²⁴ Ibidem, p.16 - 17.

²⁵ Ibidem, p. 91.

²⁶ SILVA, Fernanda Xavier da. **O estudo constitucional da era Vargas: uma abordagem à luz do pensamento social brasileiro dos anos 30**. 2006, 120 fl. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Carlos, 2006, p.18. Disponível em: www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1030 Acesso em: 08 de agosto de 2014.

²⁷ GOMES, Ângela Castro. **Regionalismo e centralização política**. Partidos e constituinte nos anos trinta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p.25.

Carvalho, que escreve sobre o surgimento do desenvolvimentismo, considera-o uma resposta aos desafios e oportunidades criados pela Crise dos anos trinta e afirma que foi durante a Era Vargas que apareceu uma prática política intervencionista do Estado que visava transformar a economia agroexportadora em industrializada. O autor afirma que para atingir esse objetivo Vargas utilizou medidas tanto heterodoxas quanto ortodoxas.²⁸ O fato é que para os adeptos dessa corrente, seja nacionalista ou não nacionalista, a industrialização e a saída para a crise não eram possíveis sem intervenção estatal.

Drumond, ao examinar o esporte na era Vargas como estratégia e propaganda política do nacionalismo, afirma que os velhos costumes se rearranjavam para representar adequadamente uma nova visão de Estado e de nação.²⁹

A visão de continuidade é explicitada por Vavy Pacheco Borges em seu artigo sobre a política dos anos trinta. Sua hipótese é de que pelo fato de o regime republicano ser excludente, muitas questões e problemas estruturais são os mesmos durante décadas e as soluções apontadas são semelhantes.³⁰

Proposta aceita por Achiamé em *O Espírito Santo na Era Vargas (1930 – 1937)* quando problematiza a revolução de 1930.

Consideramos que esta visão é reforçada pela própria realidade da história republicana brasileira, que quase nunca supera seus problemas sociais, nem os enfrenta completamente. Essa situação de não acabado, de questões estruturais que não se resolvem [...].³¹

Mas na perspectiva das políticas institucionais, Achiamé sugere que a década de 1930 representou rupturas. A ideia de ruptura prevalece quando o autor sugere que as relações políticas estabelecidas no período denominado Segunda República, diferentemente do período anterior conhecido como *República Café com Leite*, foram marcadas pela heterogeneidade. Após 1930 mais grupos entraram na disputa

²⁸ CARVALHO, M.. A construção de uma era: Vargas e a formulação do desenvolvimentismo. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 27, ago. 2014, p.219 - 222. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/9367/31337>. Acesso em: 27 Set. 2014.

²⁹ DRUMOND, M.. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 22, mar. 2010, p.405. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2594/1547>. Acesso em: 27 Set. 2014

³⁰ BORGES, Vavy Pacheco. 2001, p. 160.

³¹ ACHIAMÉ, 2010, p.35.

pela hegemonia política e fizeram alianças entre si para apoiar ou combater o governo de Vargas.³²

Ao mesmo tempo, a ideia de continuidade aparece no ensaio de Gonçalves quando afirma que o “velho” se reorganizava: alguns grupos políticos que apoiavam o regime iniciado por Vargas se expressavam no “bom e velho tradicionalismo político, moral e religioso”. E, somente fizeram oposição por não cooptarem da política de revezamento entre os principais estados do centro-sul durante as duas primeiras décadas do século XX.³³

A historiografia produzida sobre o período nos últimos vinte anos enfatiza que, a partir de 1930, há uma brecha na classe dominante ocasionada por conflitos intraoligárquicos. É quando movimentos militares, frações de setores médios e urbanos notam a oportunidade de concorrer com certa igualdade ao poder.

Ferreira escreve sobre a Revolução de 1930 e analisa como a crise nos anos vinte interferiu na sua realização e nas medidas tomadas posteriormente. Segundo a autora, o “estado de compromisso” significou alterações e soluções políticas para os dilemas internos da classe dominante e a ascensão de outros grupos nas disputas pelo poder. Uma espécie de pacto para curar a instabilidade econômica e social subordinou as oligarquias locais ao poder central e ampliou o intervencionismo estatal, que deixa de ser restrito à área do café.³⁴

Na mesma linha, Levine indica que a centralização do governo foi um golpe nas máquinas políticas dos Estados.³⁵ “O Estado de Compromisso se abre a todas as pressões sem se subordinar necessariamente a nenhuma delas”³⁶. Suas principais características são a

[...] centralização com a subordinação das oligarquias ao Poder Central, a ampliação do intervencionismo que deixa de ser restrito a área do café, além do estabelecimento de certa racionalização na

³² ACHIAMÉ, 2010, 2010, p.43 – 44.

³³ GONÇALVES, Daniel da Costa. A Insuficiência da ordem: discursos e reformas policiais (Fortaleza 1930-1945). 2011. 170f. – **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2011, p.42. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6370>. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

³⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. A crise dos anos vinte e a revolução de trinta. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 409 – 410.

³⁵ LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.72.

³⁶ FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 109-110.

utilização de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional.³⁷

Diante da conjuntura em que nenhum grupo tinha condições de construir sua hegemonia, dada a crise econômica em escala mundial, a fraqueza dos setores agrários e a dependência das classes médias aos interesses tradicionais, adentramos os anos trinta.

Vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumí-lo, em caráter exclusivo. O Estado de Compromisso é a resposta para esta situação. Embora os limites da ação do Estado sejam ampliados para além da consciência e das intenções de seus agentes, sob o impacto da crise econômica, o novo governo representa mais uma transação no interior das classes dominantes, tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo. Mas o reajuste, obtido após um doloroso processo de gestação [...] significa uma guinada importante no processo histórico brasileiro. A mudança das relações entre o poder estatal e a classe operária é a condição do populismo; a perda do comando político pelo centro dominante, associada à nova forma de Estado, possibilita, a longo prazo, o desenvolvimento industrial, no marco do compromisso; as Forças Armadas tornam-se um fator decisivo como sustentáculo de um Estado que ganha maior autonomia em relação ao conjunto da sociedade.³⁸

Silva considera o Estado de Compromisso uma forma de governo mais centralizada e um intervencionismo ampliado, representando o abandono do liberalismo e a ascensão do autoritarismo. Sobre o período de 1935 a 1937, a autora sugere que representou o ápice da transição dos anos trinta quando se vivenciou uma grande instabilidade social e econômica que só foi superada com a implantação do Estado Novo, suprimindo a liberdade e centralizando efetivamente o poder.³⁹

Somente nos períodos em que as contradições político-sociais se tornam agudas e não são enfrentadas surgem as soluções de compromisso que devem ser garantidas por um forte patrocinador – um regime bonapartista, ou com maior frequência, o Estado.⁴⁰

O pensamento de Francisco Weffort reforça a ideia de que, ao final da década de vinte, a velha hegemonia cafeeira entra em decadência. A partir de então, os pactos políticos são explicados pelo Estado de Compromisso, quando nenhum dos grupos participantes do governo pode oferecer ao Estado as bases de sua

³⁷ FAUSTO, 1989, p. 109-110.

³⁸ Ibidem, p.113.

³⁹ SILVA, 2006, p.28 – 29.

⁴⁰ ACHIAMÉ, 2010, p.37.

legitimidade. Dentro dessa perspectiva, a hegemonia política está vinculada ao poder econômico, mas nenhum dos grupos envolvidos podia predominar sobre o outro, dá-se uma rede de acordos entre eles, intermediado e patrocinado pelo Estado.⁴¹

[...] existe Estado de Compromisso no âmbito de um grande processo, onde predomina a “revolução passiva” – uma sociedade gelatinosa, com classes sociais politicamente enfraquecidas, de tal maneira que nenhuma delas possua condições de promover e manter a hegemonia.⁴²

O período que propomos examinar compreende um momento de grandes reavaliações e crise econômica. De acordo com Silva, a velha política liberal e oligárquica anterior a 1930 não tem mais lugar. O cenário altera-se com a crise de 1929 e o entre guerras, e não há um grupo hegemônico na direção política do Brasil.⁴³

Na República Velha havia o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro com poder político suficiente para imporem-se. Após 1930 e com a junção de forças em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL), vimos surgir a Ação Integralista, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e damos destaques para a Frente Única Paulista e Frete Única Gaúcha, sem perder de vista o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esse quadro de disputas entre os iguais na política só se modifica com a vitória da via autoritária de pensamento em 1937, quando todos os partidos foram extintos e lançados na ilegalidade. Apenas no período populista da Era Vargas que o pluripartidarismo é reinstituído e a polarização se dá pelos partidos de inspiração getulista (PSD e PTB) e os antigetulistas, materializados na União Democrática Nacional (UDN).

Em 1937, a direita sai vitoriosa porque o liberalismo brasileiro foi abandonado ao longo dos anos trinta em favor da manutenção da ordem em tempos de instabilidade. A esquerda equivocou-se quanto à adesão da população aos levantes de 1935, comprometeu a Intentona Comunista e ocasionou o fim do Partido Comunista do Brasil (PCB) no mesmo ano.

⁴¹ WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003, p.55.

⁴² ACHIAMÉ, 2010, p.37.

⁴³ SILVA, 2006, p. 53-54.

2.1 O Brasil na Era Vargas (1930 – 1934)

“Todas as providências tomadas, todas as ligações feitas. Deve ser hoje às 5 horas da tarde. Que nos reservará o futuro incerto neste lance aventureiro? [...] Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja a função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro do fracasso.”⁴⁴

Entendemos que as narrativas do presidente Getúlio Vargas inserem-se em determinado espaço e tempo histórico. Esses fragmentos foram produzidos dias após a vitória da Revolução de 1930, o diarista Vargas demonstra medo frente a incerteza do futuro aventureiro que o trouxe dos pampas para o Rio de Janeiro, Capital Federal. As emoções desenhadas, o silêncio da expressão “lance aventureiro”, significam que seus escritos somente podem ser compreendidos como parte de uma conjuntura histórica específica.

Pensar o contexto histórico em que Vargas escreveu suas anotações íntimas é de extrema relevância, já que não existem relações sociais entre os indivíduos e os grupos que ocorram sem referência a um tempo e espaço determinado. Logo, os fragmentos que analisamos estão inseridos no contexto histórico do período que se convencionou chamar *conjuntura constitucionalista* da era Vargas.

Desde a década de 1980, as produções historiográficas costumam dividir a história política desse período em duas fases distintas: 1930-1934 e 1935-1937. A primeira, caracteriza as disputas entre oligarquias e tenentismo, com a vitória das oligarquias. É marcada pela revolução constitucionalista de 1932, as eleições e a constituição implementada em 1934. Na segunda fase há a consolidação dos grupos conservadores (oligarquias, exército, integralismo) e do pensamento autoritário, é quando os movimentos de tendência popular são esmagados e a ditadura materializada no Estado Novo.⁴⁵

Sobre o recorte temporal que propomos analisar, o transcorrer dos anos 1935, 1936 e 1937 são implicações do período anterior (1930 a 1934), destacamos o

⁴⁴ VARGAS, Op. Cit., p.03, 3 de outubro de 1930.

⁴⁵ SILVA, 2006, p.10 -11.

movimento tenentista, a Revolução de 1930 e o surgimento da Aliança Liberal, os dilemas da aplicação da Constituição e as eleições de 1934, o Integralismo, o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e as propostas dos intelectuais Oliveira Vianna e Francisco Campos como vestígios históricos do triunfo da via autoritária no fim dos anos trinta, sem perder de vista a maneira como Vargas registra essa tendência política.

Do ponto de vista das conjunturas históricas, a sociedade brasileira, em 1930, presenciou e assimilou os conflitos entre capital e trabalho, os desafios para o progresso e urbanização e as crises econômicas. A nova ordem política que se implantou no Brasil em 1930 entendeu o princípio da livre concorrência como um mal. Alguns autores relacionam a crise mundial de 1929 às quedas de governos na América Latina.⁴⁶

Os descontentamentos revelam dissidências internas na elite. O rompimento no interior das oligarquias foi provocado pelos setores que não estavam diretamente ligados à cafeicultura e se mostravam insatisfeitos com a política de desvalorização cambial e de endividamento externo para garantir a valorização do café.⁴⁷

Nos anos vinte, às margens do cenário político nacional e sem nenhuma possibilidade de acordo, as forças dissidentes já aprofundavam as relações com os militares. Em 1922, há um levante militar em Pernambuco que contou com a participação das guarnições de Campo Grande, Niterói e Distrito Federal. Esse levante militar, conhecido como *Dezoito do Forte de Copacabana*, é a estreia dos tenentes no cenário nacional.⁴⁸

A tentativa de revolta fracassa, mas marca o início do movimento tenentista. O tenentismo envolveu oficiais de nível intermediário do Exército e tomou proporções nacionais, empolgando amplos setores da sociedade da época. Anita Prestes afirma que o movimento identifica-se com a defesa de reforma da Constituição, a limitação da autonomia local, a moralização dos costumes políticos, a unificação da justiça, ensino, regime eleitoral e fisco. Anita Prestes destaca o importante papel representado pelo movimento no processo de esvaziamento do

⁴⁶ Dean, W. **A Industrialização de São Paulo: 1880-1945**. 3. ed., São Paulo: Difel, 1971, p.99.

⁴⁷ BORIS, Fausto. 1989, p.47 – 52.

⁴⁸ PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.70.

sistema político vigente na Primeira República, que no final da década de 1920 manifesta-se na eclosão da Revolução de 1930.⁴⁹

Em 1929, há as eleições presidenciais e a cisão acontece no interior do próprio grupo dominante. O presidente Washington Luís indicou o paulista Júlio Prestes e rompeu o acordo com Minas Gerais, que esperava ocupar a presidência da República. Nesse contexto, contando com o apoio mineiro, é lançada a candidatura de Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda e governador do Rio Grande do Sul. Estava formada a Aliança Liberal⁵⁰, coligação de forças políticas e partidárias pró-Vargas. Sua base de sustentação eram grupos políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e mais alguns grupos de oposição ao Governo Federal de vários estados, tais como o Partido Democrático (PD), em São Paulo, e facções civis e militares descontentes. A característica fundamental era a heterogeneidade, a Aliança Liberal explicitava as dissidências existentes no interior da própria oligarquia.⁵¹

Devido a heterogeneidade da oposição, faltava, desde o início, concordância interna, o que vai se arrastar durante toda a década de 1930. A necessidade de atender às promessas feitas durante a campanha da Aliança Liberal⁵² faz com que medidas desarticuladas sejam adotadas pelo Governo para corresponder à pluralidade de opiniões e interesses dos vencedores.

Ainda, acarreta uma certa falta de unidade política, pois, imediato à vitória, formam-se divergentes correntes de pensamento sobre a conduta do Governo Provisório entre os grupos políticos compactados na Aliança Liberal e vitoriosos pela revolução: uma parte apoia medidas excepcionais (tenentes e elementos oligárquicos mais radicais) e outra pretende o uso de formas legais (legalistas, oligarquia tradicional). A partir de 1930, mais grupos sociais ganham representatividade e a divisão de forças leva a atitudes mais diversificadas.⁵³

⁴⁹ PRESTES, 1997, p. 97.

⁵⁰ Cf: Ver: HENRIQUES, Afonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**, vol. I, Editora Record, São Paulo, 1964. p.34. Fundou-se em 3 de agosto de 1929, no Rio de Janeiro em uma reunião no Hotel Glória sob presidência de Henriques Diniz, tendo por secretários os Srs. Flores da Cunha e Pires Rabelo. Foram escolhidos para liderança, nas duas casas do Congresso, os Srs. Senador Vespúcio de Abreu e deputado José Bonifácio”.

⁵¹ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 26.

⁵² Consideramos a reunião de grupos políticos com interesses diversos, que em 1929, uniram-se para se opor à candidatura da situação. A Aliança Liberal rejeitou o resultado das eleições para presidente que elegeu Júlio Prestes e participou da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder.

⁵³ CARONE, Edgar. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo, Difel, 1989, p.08.

No dia nove de julho de 1932, tropas da 2ª Região Militar e da Força Pública de São Paulo, comandadas por Isidoro Dias Lopes e Euclides Figueiredo, levantaram-se contra o Governo Provisório, dando início ao movimento que conhecemos por Revolução Constitucionalista. Em São Paulo, o Partido Democrático (integrante da Aliança Liberal) faz oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP), cujo membros eram chamados de perrepistas. O PRP foi o partido político predominante no estado de São Paulo durante toda a República Velha.

O problema em São Paulo, que vai unir os dois partidos em disputa, é a insatisfação em relação à interventoria de João Alberto, que não era paulista, estava ligado ao tenentismo e é o nome apoiado por Oswaldo Aranha e Juarez Távora.⁵⁴ Para o diarista Vargas, é devido à luta contra João Alberto que parte de São Paulo a grande reação a favor da constitucionalização. Quando o tenentismo impede a consolidação de um governo civil e paulista, os dois partidos aderem à ideia. O argumento é que a Revolução de 1930 é vitoriosa, e por isso não há necessidade de continuar com a ditadura. No panorama nacional, os jornais *Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã* e os gaúchos do Partido Republicano defendem os paulistas, enquanto o Clube 03 de outubro⁵⁵ apoia o interventor.

Irrompe o movimento revolucionário em São Paulo. Todo tempo absorvido nas providências para combatê-lo. Morosidades, confusões, atropelos, deficiências de toda ordem, felonias, traições, inércia. Algumas dedicações revolucionárias. Um ato impressionante a solidariedade do Rio Grande, através de Flores da Cunha. A unanimidade do Norte, solidariedade e colaboração dos demais estados [...]

Nomeação do general Góes para comandante da tropa expedicionária. Stock de carabinas no material bélico: apenas 4.700! Os aviões do Exército que deviam voar não têm bombas!⁵⁶

A revolução constitucionalista é suprimida, mas o projeto da constituinte sai vitorioso. No diário, confirmamos que desde dezembro de 1931, já pressionado pela oposição, Vargas pedira ao ministro da Justiça Mauricio Cardoso, que elaborasse um esboço da legislação eleitoral. Assim, pretendia apaziguar as críticas dos que o

⁵⁴ Cf: Vargas, 1995, vol.I, p. 28, 23/11/1930. Oswaldo Aranha, Juarez Távora, João Alberto e Góis Monteiro, estavam reunidos no “gabinete negro”, que foi o embrião do clube 03 de outubro. Este grupo é citado como responsáveis por resolver a crise paulista, a mineira, as negociações da chegada de Vargas ao Rio, enfim, aparecem como grandes articuladores políticos.

⁵⁵ É o clube 03 de outubro o centro aglutinador da ação tenentista e de pressão no plano federal. Seus integrantes são pessoas da alta administração política e ministerial. Ressaltamos que a oportunidade de ocupar cargos nos estados torna-se uma realidade inicial, mas os problemas locais dificultam a sua ação, o que leva a crises constantes e mudanças de cargos dos seus elementos.

⁵⁶VARGAS, Getúlio. Op. Cit., 1995, 10 e 11 de Julho de 1932.

acusavam de querer postergar o Governo Provisório. O gesto foi consequência da imposição de fatos, pois ganhavam as ruas do Brasil e de São Paulo um movimento pró-constituente.⁵⁷

O apressamento da volta precipitada do país ao regime constitucional foi obra da Frente Única do Rio Grande do Sul, com o apoio de Flores da Cunha e Osvaldo Aranha. Tudo isso já estava assentado, resolvido em franca execução quando sobreveio a revolução de São Paulo. Revolução constitucionalista? Não, porque a data das eleições estava marcada solenemente para o dia 3 de maio de 1933 e os tribunais eleitorais já constituídos! As reivindicações da autonomia paulista? Tampouco. Tudo já fora atendido, até mesmo a mudança do comando da região.⁵⁸

O que vemos nesse trecho é que, na percepção do diarista Vargas, tanto segmentos do tenentismo quanto das oligarquias, em especial as Frentes Únicas, sugerem a implantação de um governo constitucional. A voz geral era a luta a favor de um retorno do regime constitucional. No dia 16 de julho de 1934 é promulgada a Constituição.⁵⁹

“Fui ler o projeto, do qual não tive boa impressão”, “Achei-a muito inclinada ao parlamentarismo, reduzindo muito o poder do Executivo”⁶⁰, são as impressões do diarista Vargas:

[...] parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação. Amanhã será a eleição de presidente. O candidato da oposição é o Dr. Borges de Medeiros, apoiado inclusive pela representação de São Paulo.⁶¹

Um dia depois de promulgada a Constituição, Vargas acompanha pelo rádio a apuração dos votos, vence com cento e setenta e cinco votos contra cinquenta e nove para Borges Medeiros e quatorze para outros candidatos. É a passagem do Governo Provisório para o Estado Constitucional.

Em 1934, na conjuntura constitucionalista, é instaurada a Lei de Segurança Nacional, com o pretexto da necessidade de disciplina e constante instabilidade da política. Parte do Exército e das oligarquias defendem a limitação da liberdade,

⁵⁷Vargas, 1995, vol.I, p.80, 03 de dezembro de 1931.

⁵⁸Ibidem, p.417, 21 de agosto de 1935.

⁵⁹CARONE, 1982, p.317.

⁶⁰VARGAS, Op. Cit., p.273.

⁶¹Ibidem, p.307, 14 a 16/07/1934.

consequência do medo das novas formas de lutas, aparições de “fantasmas comunistas”⁶² e classes sociais nascentes.

A movimentação da sociedade em torno de reivindicações sociais é entendida pelas camadas dominantes como instabilidade, fruto das condições do país, da alta do custo de vida, da inflação e das manifestações ligadas à vida política. Percebemos que no Governo Constitucional ganha fôlego os discursos que sugerem o autoritarismo como saída.

⁶² Expressões utilizadas pelos autores Lira Neto e Afonso Henriques, referem-se aos personagens evocados nas massivas reportagens que exploravam o medo diante de um possível golpe de Estado pelos comunistas. CF: LIRA, Neto. Getúlio (1930 - 1945) - do governo provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. II, p. 305. e em HENRIQUES, Afonso. Ascensão e queda de Getúlio Vargas: o maquiavélico. Rio de Janeiro: Record, 1966, p. 453.

2.2 1935 – O ano do anticomunismo

“O breve sonho de Stalin, de uma parceria americano-soviética no pós-guerra, não fortaleceu de fato a aliança global de capitalismo liberal e comunismo contra o facismo.” (Eric Hobsbawm)

Especificamente, no ano de 1935 sobrevoam a América Latina os “fantasmas” do comunismo. Nesse período desembarcavam no Brasil, com passaportes falsos, Luís Carlos Prestes, Olga Benário, integrantes do Partido Comunista Argentino, agentes da polícia soviética e integrantes do Estado-Maior do Exército Vermelho. Getúlio assinava com a Argentina acordos de cooperação, ambos os países se comprometiam a estreitar laços entre as polícias políticas e notificar imediatamente sobre guerrilheiros e conspiradores. Nesse ano a ordem de Getúlio Vargas era “ação energética de repressão e reação pela propaganda, criando um ambiente propício à ação do governo”⁶³.

A partir de 1930, documentos dão conta do grande esforço de políticos e policiais para a modernização dos serviços de combate à subversão, compactuando com a imprensa na produção de propagandas anticomunistas, contratando conselheiros e fazendo acordos de cooperação com vários países. Em 1931, Batista Luzardo, chefe da Polícia do Estado Federal, contratou dois técnicos da polícia de Nova Iorque para organizar o combate ao comunismo.⁶⁴ A Inglaterra, a Itália e a Alemanha também participam do combate aos “agentes de Moscou”, como a historiografia atual tem destacado sobre o Estado Novo.

Os “fantasmas vermelhos” vão rodear o imaginário do povo durante a década de 1930. Campos considera os “fantasmas comunistas” uma criação artificial do governo, que se sustentou com ajuda estrangeira, de parte da imprensa que apoiava o governo, e em condições “não- naturais” (sucessivos estados de guerra). A autora corrobora dessa tese em seu artigo *Estrangeiros e a ordem social (São Paulo, 1926 – 1945)* quando examina os prontuários do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS).⁶⁵

⁶³ NETO, Lira. **Getúlio** (1930 – 1945): Do governo provisório à ditadura do Estado Novo. 1ª ed., vol II, São Paulo: Companhia das letras, 2013, p.227 – 228.

⁶⁴ DULLES, John Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p.373.

⁶⁵ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Estrangeiros e Ordem Social (São Paulo, 1926 - 1945)*. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH Ed. Unijui, vol. 17, nº 33, 1997, p.205.

Reportagens apoiavam o governo, independentemente da corrente; os jornais estampavam revelações sobre agentes secretos no Brasil e divulgavam amplamente outra informação estratégica: a aproximação entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o comunismo. As bandeiras levantadas pela ANL: reforma agrária, combate ao fascismo, não pagamento da dívida externa e luta pelas liberdades democráticas, uniram variados grupos sociais, como camponeses, sindicalistas, classe média urbana, intelectuais e membros do Partido Comunista do Brasil (PCB).⁶⁶

Lira Neto escreveu a mais recente biografia sobre o presidente Vargas e nela refere-se à reportagem publicada no dia 26 de junho pelo jornal *O Globo*. Era uma denúncia de que havia no Brasil agentes russos e que o governo possuía documentos secretos de Moscou. Nesse documento, a estratégia soviética era atrair membros da Aliança Nacional Libertadora para a causa. O autor também menciona a reportagem do *Jornal do Brasil* a respeito de telegramas interceptados pela polícia pernambucana sobre um levante no norte do país. O resultado das enxurradas de matérias e propagandas foi o fechamento da ANL.⁶⁷

Em 1935, conflitos são gerados em acordo com a polarização mundial. Os integralistas, vestidos com uniformes verdes, botas militares e braçadeiras, eram membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) e pregavam os valores morais e familiares, opunham-se aos membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente popular organizada por Luís Carlos Prestes.⁶⁸

Na conjuntura histórica de instabilidade, cresceu o Integralismo que objetivava a integração do povo brasileiro, a valorização da identidade e da língua nacionais. Os integralistas rejeitavam os regionalismos, estimavam as origens e difundiam o espiritualismo. Além disso, advogavam a favor da criação de um Estado Forte e centralizador dos poderes, a fim de trazer o progresso ao Brasil e a unificação da nação, e eram desejosos de um Estado corporativista e democrático. A Ação Nacional Integralista, fundada por Plínio Salgado, baseada na trilogia *Deus, pátria e família*, representou parte da oposição à Vargas, como em 1934, e, outrora, única organização da qual Vargas podia utilizar-se para a execução do seu plano de combate à ameaça comunista. Em reação ao crescimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), formaram-se frentes antifascistas que agrupavam comunistas,

⁶⁶ NETO, Lira. 2013, p. 229.

⁶⁷ Ibidem, p. 228 – 229.

⁶⁸ LEVINE, 2001, p.64 - 69.

socialistas e antigos "tenentes" insatisfeitos com a aproximação entre o governo de Getúlio Vargas e os grupos oligárquicos afastados do poder em 1930.⁶⁹

Silva considera três correntes nos anos 30: a esquerda, o capitalismo democrático e a direita. No Brasil, a esquerda era representada pelo PCB e, até certo ponto, pela ANL⁷⁰; no meio, os defensores do capitalismo democrático eram liberais e alguns democratas; na direita, vitoriosa, encontravam-se os autoritários e conservadores. Somando-se às tendências mundiais, identificamos uma quarta alternativa: os tenentes, a opção militar.⁷¹

Sobre a Aliança Nacional Libertadora, parte da historiografia atual adverte que alguns integrantes da ANL não eram comunistas. Essas correntes historiográficas, que destacam o caráter heterogêneo de seus integrantes, não negligenciam as aproximações entre as propostas da esquerda e da ANL. Araújo, ao examinar periódicos que circularam de 1935 a 1937 na capital federal, percebeu que os integrantes da ANL aproximavam-se das propostas da esquerda, especialmente, quanto ao anti-imperialismo (domínio dos EUA sob os países da América do Sul) e antilatifundiarismo (política voltada para os interesses dos grandes proprietários de terra).⁷²

O fechamento da Aliança Nacional Libertadora foi uma medida que se enquadra dentro de uma política de restrições de tendência oligárquica, autoritária e centralizadora. Na ilegalidade, os elementos de tendência liberal e os moderados afastam-se da agremiação. Os mais radicais, sobretudo os comunistas, tornam-se preponderantes, mas confinados à clandestinidade.

Carmem Miranda brilhava em *Alô, Alô Brasil* exaltando símbolos nacionais e cantando canções sobre a cidade do Rio de Janeiro quando Vargas é surpreendido com a eclosão de movimentos comunistas na escola de Aviação, no Campo dos Afonsos; no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e no 21º Batalhão de

⁶⁹ Cf: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL>. "O programa básico da organização, divulgado em fevereiro 2010, tinha como pontos principais a suspensão do pagamento da dívida externa do país, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular".

⁷⁰Cf: ARAÚJO, Nilton Silva. *O traidor vermelho: o jornal e discurso anticomunista (1935–1937)*, 2009. 203 f. **Dissertação (Mestrado em História)** – Instituto de Filosofia e ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p.14. Disponível em: http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2483. Acesso em 20 de maio de 2014. Há um debate historiográfico recente quanto à presença dos membros da ANL no movimento comunista.

⁷¹ SILVA, 2006, p.30.

⁷² ARAÚJO, Op. Cit., p.14.

Caçadores, em Natal. Nos três casos, houve repressão. Fracassada a Intentona Comunista, o controle da situação fica com os linhas-duras.

Luís Carlos Prestes no Q.G. da rebelião, uma casa em Vila Isabel, desespera-se pelos não cumprimentos de acordos entre os simpatizantes e os próprios envolvidos nos levantes.

Uma sucessão de erros e contratempos determinou a derrota precoce do movimento planejado por Luís Carlos Prestes, o até então imbatível líder da Coluna Invicta. Na fase preparatória, as avaliações exageradamente otimistas do PCB contribuíram em muito para o fracasso da investida contra Getúlio. Em vez de uma ação das massas, o ensaio não passara de mais uma quartelada tenentista.⁷³

Não havia mais o que fazer, estavam derrotados, deveriam fugir e apagar os rastros para não deixar vestígios para a polícia. Lira Neto fez um recente levantamento de fontes midiáticas sobre o episódio. O autor destaca o dia 27 de novembro de 1935 no jornal carioca *Correio da Manhã*. Dizia a manchete: “Carlos Prestes à frente da insurreição armada no Rio! Sob seu comando levantou-se, esta madrugada, a guarnição desta capital”. No texto, vemos que o levante comunista estendeu-se a todo território nacional e foi vencedor. Fato que nunca se cumpriu.⁷⁴

Prestes calculara que a sublevação inicial das unidades do Exército sediadas no Rio de Janeiro despertaria o entusiasmo coletivo, espalhando a centelha da rebeldia pelas ruas, fábricas, escolas e campos de todo país. A direção revolucionária não soubera aferir os limites e o alcance de suas precárias forças militares. Não existia uma mobilização real na caserna, assim como não havia coordenação efetiva entre as lideranças e a base da tropa.⁷⁵

Gonçalves elabora uma análise de discurso sobre as reformas policiais em Fortaleza (CE), na Era Vargas (1930-1945), a partir dos jornais locais, da Revista Policial e dos Relatórios dos Chefes de Polícia. O autor indica que se constituiu no Brasil “um regime de repressão política, social, autoritário e centralizador”, principalmente, em dois períodos. O primeiro é julho de 1935, quando a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi fechada e a esquerda perseguida, passando a adotar práticas insurrecionais, entre as quais a mais famosa foi o levante de novembro de 1935. O segundo corresponde à inauguração do Estado Novo, em 1937.⁷⁶

⁷³ NETO, 2013, p.247.

⁷⁴ Ibidem, p.249.

⁷⁵ Ibidem, p.247.

⁷⁶ GONÇALVES, Daniel da Costa. **A Insuficiência da ordem**: discursos e reformas policiais (Fortaleza 1930-1945). 2011. 170f. – Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal

Iniciou-se o período áureo de perseguição policial que produziu um montante de documentação através da Delegacia de Ordem Política e Social. Os acusados eram reportados ao Tribunal de Segurança Nacional que julgava os atos registrados pela documentação dessa delegacia especializada, ou nessa polícia política, termo clássico na historiografia.⁷⁷

A ameaça vermelha estampou editoriais e manchetes. A imprensa em geral posicionou-se a favor da política de combate ao comunismo. Os jornais das mais variadas correntes proclamavam sua concordância por medidas emergenciais do governo. Os três levantes, nomeados pela historiografia em geral de Intentona Comunista⁷⁸, representam um marco no movimento anticomunista no Brasil.

Araújo considera que a política anticomunista instaurada em 1935 legitimou o golpe de Estado de 1937,

[...] com as insurreições dos dias 23, 25 e 27 de novembro, respectivamente em Natal, Recife e Rio de Janeiro, o comunismo se torna efetivamente o grande tema nacional e, até a instalação do Estado Novo, em novembro de 1937, é em seu nome e pelo temor de sua revolução que se prende, se tortura, se censura, se cerceia e se amedronta. Milhares de prisões são efetuadas em todo o país, instala-se um Tribunal de Segurança Nacional, decreta-se o estado de sítio, reforça-se a Lei de Segurança Nacional, equipara-se o estado de sítio ao estado de guerra (que será renovado três vezes consecutivas), censura-se a imprensa, fecham-se sindicatos e associações.⁷⁹

Marques estuda a articulação entre mudança constitucional e estado de exceção durante o governo do presidente Getúlio Vargas, principalmente o período compreendido entre 1935 e 1937. Em especial, afirma que o movimento comunista de 1935, “se não foi o responsável isolado pelo golpe de Estado ocorrido em novembro de 1937, ao menos proporcionou as condições para a sua articulação”. Esse autor ressalta que desde 1930 parte do alto setor da cúpula civil e militar defendia um regime autoritário e que os acontecimentos de 1935 serviram de causa para efetivar medidas que levariam à ditadura.⁸⁰

do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2011, p.67. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6370>. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

⁷⁷ GONÇALVES, 2011, p. 27.

⁷⁸ Cf: VIANNA, Marly de Almeida Gomes, **Revolucionários de 1935** – sonho e realidade, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2007; PINHEIRO, Paulo Sérgio, **Estratégias da ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)**, Companhia das Letras, São Paulo, 1991; HILTON, Stanley, **A rebelião vermelha**, Record, Rio de Janeiro, 1986. Para uma análise mais detalhada sobre a “Intentona Comunista”.

⁷⁹ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p.37.

⁸⁰ MARQUES, Raphael Peixoto De Paula. Estado de exceção e mudança (in)constitucional no Brasil (1935-1937). Brasília: Universidade Nacional de Brasília (UNB). **Revista História Constitucional**, n.

Araújo disserta sobre o discurso anticomunista na imprensa carioca, examina o periódico *O Jornal*, entre 1935, 1936 e 1937, e verifica que a imprensa teve papel fundamental na criação da “ameaça vermelha”. Sua pesquisa considera esse período o primeiro momento de “surto antibolchevique”.⁸¹

Vargas utiliza os efeitos dos levantes e da propaganda em massa anticomunista como motivos legítimos para estabelecer o estado de sítio, impor a lei de Segurança Nacional e fechar a ANL. Cria-se uma atmosfera de combate a qualquer grupo que pudesse ser visto como aliado ao comunismo.

A partir de 1935, foi possível encontrar a maior parte dos documentos refletindo o recrudescimento dos movimentos de massa com características ideológicas marcantes, tais como os organizados pela ação Integralista Brasileira (AIB) e pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Esses grupos foram os mais visados, principalmente com a promulgação de uma lei definidora dos crimes contra a ordem política e social, a primeira lei de Segurança Nacional do Brasil. Santana apresenta o estudo sobre o estabelecimento de polícias políticas e de sua função institucional e de repressão do governo Vargas a grupos e associações da massa, sobretudo as que dialogavam com o nazismo durante o Estado Novo. A autora afirma que é em 1935 que se inicia uma proposta nacionalista de governo que efetiva a perseguição e repressão aos movimentos de massa.⁸²

Para Marques, o regime varguista de novembro de 1935 a março de 1936 montou um aparato repressivo que culminou na ditadura: decretou o Estado de Sítio, reformou a Constituição de 1934 no intuito de aumentar os efeitos das medidas de emergência, implantou a Lei de Segurança Nacional, aumentou a repressão policial e criou a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e o Tribunal de Segurança Nacional, órgão judicial para processar e punir os participantes da “Intentona”.⁸³

14, 2013, p.353-386. Disponível em: <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/article/viewFile/322/338> Acesso: 08 de agosto de 2014.

⁸¹ ARAÚJO, 2009, p.11 – 12.

⁸² SANTANA, Nara. O Estado Novo e a repressão ao nazismo no Brasil. In: SILVA, Gilvan Ventura (org.). Dossiê: autoritarismo, repressão e memória II. **Dimensões – Revista de História da UFES**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, CENTRO DE Ciências Humanas e naturais, nº13, jul/dez 2001, p. 157 – 162.

⁸³ MARQUES, 2013, p.354.

A Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo tinha por objetivo apurar denúncias e determinar a prisão de qualquer pessoa cuja atividade fosse reputada como “prejudicial às instituições políticas e sociais do país”⁸⁴.

Galinari, na análise das relações entre as canções de Villa-Lobos e a educação na Era Vargas, investiga a contribuição dessas composições para a formação de um cidadão adequado às demandas político-econômico-ideológicas do Estado e observa que em 1935 há uma verticalização da política. O governo dita “plenamente as regras, cooptando os setores sociais para a efetivação de seus respectivos interesses”⁸⁵. O ano de 1935 é o primeiro ato, ou o ensaio, do que seria vislumbrado em 1937.

⁸⁴ NETO, 2013, p.256.

⁸⁵ GALINARI, Melliandro Mendes. **A era Vargas no pentagrama**: dimensões político-discursivas do canto orfeônico de Villa-Lobos. 2011, 304 fl. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Letras, Minas Gerais (MG), 2011. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR76KR43/melliandro_mendes_galinari_tese_2007.pdf?sequence=1 . Acesso em: 28 de setembro de 2014.

2.3 1936 – Exorcizam-se bruxas e fantasmas vermelhos

“Tomemos o caso de dois jovens alemães temporariamente ligados como amantes, que foram mobilizados pela revolução soviética da Bavieira de 1919, Olga Benario, filha de um próspero advogado de Munique, e Otto Braun, um professor primário. Ela viria ver-se organizando a revolução no hemisfério acidental, ligada e afinal casada com Luís Carlos Prestes, líder da longa marcha insurrecional pelos sertões brasileiros, que havia convencido Moscou a apoiar um levante no Brasil em 1935. O levante fracassou, e Olga foi entregue pelo governo brasileiro à Alemanha de Hitler, onde acabou morrendo num campo de concentração. Enquanto isso Otto, mais bem-sucedido, partiu para revolucionar o oriente [...]. Quando, a não ser na primeira metade do século XX, poderiam duas vidas interligadas ter tomado esses rumos?” (Eric Hobsbawm)

O clima era de caça às bruxas no início de 1936. O ano em que Olga Benário e Luís Carlos Prestes são presos e o presidente Roosevelt visita o Brasil é marcado pelo “início da consolidação da ideologia autoritária”⁸⁶ e forte repressão política. Cassações, prisões e desconfianças são alimentadas pelo mito do perigo comunista. A lógica era assombrar a opinião pública com os “fantasmas vermelhos” e conseguir através do medo a concordância da sociedade em relação às medidas autoritárias e repressivas.

O tema que frequentava as páginas dos periódicos nesse ano, junto com as constantes ameaças comunistas a serem combatidas, é a sucessão presidencial de 1938. Esse ano é marcado por boatos e indefinições, qualquer um que quisesse aventurar-se nas eleições de 1938 deveria deixar o cargo um ano antes. O prazo para candidatar-se à presidência da república expirava em dois de janeiro de 1937.

O Jornal voltou a tal tema diversas vezes durante o ano de 1936, sempre que havia algum burburinho no congresso ou na sociedade sobre algum lançamento de candidatura ou como se procederiam as eleições de 1938.⁸⁷

Getúlio Vargas vai tentar manter distância dos boatos e rumores dos pré-candidatos à procura de apoio. Mas as articulações em torno da sucessão presidencial corriam a passos longos. Armando Salles, Macedo Soares, Flores da Cunha, até mesmo Osvaldo Aranha, tentam apoio às suas candidaturas.

Na impossibilidade de candidatar-se novamente, o presidente precisava escolher um nome. Em dezembro de 1936, José Américo recebe apoio de Vargas, até certo ponto, pois acontece o Golpe de Estado e a não realização das eleições.

⁸⁶ ARAÚJO, 2009, p.120.

⁸⁷ Ibidem, p.128.

De maneira geral, o Brasil, assim como o mundo nos anos trinta, foi marcado pelo desenvolvimento de um pensamento autoritário de direita. Silva destaca algumas medidas implementadas em 1936 que comprovam essa tendência: a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), que robustece as prisões, e do Departamento Nacional de Propaganda, que utilizará o rádio a serviço da propaganda anticomunista. Dessa forma, o Estado centraliza suas ações também contando com a ajuda da imprensa e da Igreja. É também em setembro de 1936 que o Estado de Guerra será prorrogado por mais noventa dias.⁸⁸

⁸⁸ SILVA, 2006, p.44.

2.4 1937 – As circunstâncias do golpe de Estado de 1937

“Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante a era das Catastrofes, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha em 1933. Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara.” (Eric Hobsbawm)

Em 1937, o candidato da situação não era unanimidade no palácio do Catete. A cada declaração pública de José Américo cresciam as insatisfações nas alas governistas. Vargas não consegue articular um candidato único, ocorrem resistências de diversos estados e grupos. As aspirações giram em torno de José Américo e Armando Sales. Nesse contexto, o tema do comunismo e seu combate esfriam na imprensa e a pauta do início desse ano era as eleições.

Mudanças liberalizantes ocorridas no meio do ano como a libertação de presos, o abrandamento da censura e a suspensão do estado de exceção são interrompidas pela suposta aparição de um plano subversivo no início de setembro. O tema do comunismo e a necessidade de combater um grande movimento de tomada de poder repercute durante todo o mês de outubro e retorna às manchetes dos jornais.

Cohen, em judaico, significa sacerdote e, no Brasil, o termo foi utilizado para nomear um plano de ações supostamente escrito por subversivos para instituir um governo de extrema esquerda nos anos trinta. Continha as diretrizes da insurreição e sugeria regras para o trabalho de agitação das massas, organização de marchas coletivas do operariado, incentivos a saques e depredações, desencadeamento de uma greve geral e formação de comitês de incêndio contra prédios públicos. No caso de fracasso, o texto recomendava o fuzilamento sumário de militares e civis que ocupavam posição de destaque no governo.⁸⁹

Provou-se que o documento era falso e fora escrito pelo coronel Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Associação Integralista Brasileira, em agosto de 1937. O fato é que a divulgação do na mídia pelo governo serviu de argumento propício para relacionar e neutralizar todos os inimigos e opositores das

⁸⁹ NETO, 2013, p.304.

ambições da alta hierarquia do Estado. Também justificou o retorno do Estado de Guerra.

A decretação do Estado de Guerra deu origem, portanto, a retorno da adormecida onda anticomunista, marcada pela intensificação da repressão, da censura e da propaganda. O Governo, agora armado novamente e sob o argumento, aqui muito mais por interesse que por ideologia, do anticomunismo, empreendeu uma série de realizações visando à centralização do poder.⁹⁰

O discurso da mídia e do governo era o de combate ao comunismo, qualquer ação para evitar a tomada de poder pelos comunistas era justificada. A Ditadura ensaiava seus passos já em 1935 quando estoura o levante organizado pelo PCB; endurecendo o combate aos “fantasmas vermelhos” em 1936, quando o governo tem o forte auxílio da imprensa; dando o golpe final em novembro de 1937, quando se instaura a ditadura do Estado Novo.

Ângela Castro Gomes examina a legislação social do Brasil no intuito de relacionar a consolidação da burguesia às leis trabalhistas. A autora apoia a ideia de que o período 1935 a 1937 foi uma época de ensaio da ditadura que se instalaria.

[...] estava encerrada a abertura constitucional que tivera seus inícios em fins de 1932, sob os auspícios de uma violenta guerra civil. Os anos de 1935, 1936 e 1937 podem ser pensados como a antecâmara do Estado Novo, o seu período de gestação.⁹¹

Crepaldi estuda a difusão do futebol no Brasil pelo rádio nos anos trinta e lembra que no Estado Novo instaura-se a *Polaca*, escrita por Francisco Campos, em dezembro de 1937. Inspirada na versão polonesa, a constituição que inaugura o Estado Novo era de cunho fascista, tornou-se a marca de um período de extrema repressão política, social e cultural. O autor avalia que o Estado Novo fortaleceu o projeto autoritário, nacional e corporativista traçado desde o início da década de trinta.

Em sua pesquisa, Crepaldi analisou o papel da Rádio Nacional durante a Era Vargas, evidenciando o papel do esporte na produção da identidade nacional e o rádio como propagador de ideologias. Sobre os anos que antecederam o golpe, o autor afirma que o governo estabeleceu “uma política econômica nacionalista e

⁹⁰ ARAÚJO, 2009, p.139 – 140.

⁹¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho**: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 302.

protecionista”, em que o “Estado brasileiro teve um desenvolvimento industrial progressista” e concentrou as “decisões políticas, econômicas e socioculturais”.⁹²

⁹² CREPALDI. Daniel Dasmaceno. **A participação da rádio nacional na difusão do futebol no Brasil nas décadas de 1930 e 40**. 2009, 97fl. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, departamento de Sociologia. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Brasília, 2011.p.67 – 68. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6787. Acesso em: 28 de setembro de 2013.

2.5 Os intelectuais e o projeto autoritário

“É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental.” (Sérgio Buarque de Holanda)

Quando se instaurava o Estado Novo no Brasil, os intelectuais acabavam de ler *Raízes do Brasil* e preocupavam-se com a dificuldade em delimitar a cultura brasileira e construir uma proposta de identidade nacional.

Lino, em seu artigo sobre as formas como o cinema brasileiro da década de 1930 e 1940 relacionou-se com o problema da identidade nacional, sugere que na década de 1930, especialmente entre 1935 e 1937, o meio cultural tornou-se lugar para debates e reflexões sobre os caminhos e definições para se alcançar a modernidade.⁹³

O Brasil da década de 1930 transitava para a modernidade capitalista, e os intelectuais precisavam trilhar um caminho que pudesse surpreender, quem sabe superar, as especificidades sociais e institucionais reinantes desde o período colonial, arrastadas para a Primeira República e em colapso nos anos trinta com as formas e ideias modernas.

Instaurava-se uma nova ordem política e econômica com a Revolução de 1930 e o impacto mundial de uma crise econômica. O liberalismo passou a ser visto como vilão, ao mesmo tempo que o Estado se via obrigado a intervir na economia para aquecer o comércio, industrializar o país e aumentar o número de estabelecimentos comerciais, o consumo e a intensidade da circulação de mercadorias e pessoas.

Ao mesmo tempo, os intelectuais, artistas e músicos brasileiros buscavam inspiração e examinavam o que era ou deveria ser autenticamente brasileiro. A preocupação era em identificar o que era nacional e o que deveria nos representar e, mais que isso, de onde viemos? Qual seriam as raízes de um povo heterogêneo e que no passado apenas replicava o que era estrangeiro? O governo Vargasista

⁹³ LINO, Sônia Cristina. Projetando um Brasil moderno. Cultura e cinema na década de 1930. Locus: **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 161-178, 2007. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/95.pdf> >. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

também se voltou para a busca da identidade de uma nação; construir símbolos, ritos e nacionalizá-los foram ferramentas de governo.

Macedo, em sua pesquisa sobre o contexto cinematográfico nos anos trinta que alavancou Carmem Miranda como ícone nacional, afirma que a busca por mitos e símbolos é explorada pelo governo na década de 1930, no Brasil. Cultura e política alinhavam-se em uma busca nacional. “A cultura nacional vinha sendo delimitada, homogeneizada e irradiada a partir do centro do poder político, o Rio de Janeiro, Capital Federal”⁹⁴.

Leitão Junior faz uma análise da segunda geração modernista, momento artístico-literário marcado pela produção dos romances regionalistas dos anos trinta. Sua hipótese é de que a crise econômica mundial acarretou uma mudança de posição que traz a realidade social como tema de produções artísticas. Assim, o modo de vida urbano representa superação e modernidade em relação ao modo rural. Seu exame destaca as obras que trabalham o homem comum como herói, as mudanças estruturais econômicas, transformações políticas e sociais, as intervenções do poder político, a seca, a migração para a cidade, a fome, a mão de obra barata, os incentivos à industrialização e acirramento da desigualdade social. Literatura e história se encontram na análise das obras nordestinas de José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz.⁹⁵

Os *brasilianistas* também irão examinar as rupturas e transformações na década de 1930 no Brasil. Levine, em sua obra *Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas*, apresenta uma síntese do período e da figura política de Getúlio Vargas através da análise das reformas sociais. Considera que o governo varguista mobilizava os brasileiros urbanos, dava impulso à industrialização, ao desenvolvimento econômico, à integração nacional e implantava reformas sociais e econômicas. Há uma mudança de cenário para o autor, “famílias rurais

⁹⁴ MACEDO, Kárita Bernardo. O Cinema Brasileiro, Hollywood e a Política da Boa Vizinhança da Década de 1930: Um Panorama Para Carmen Miranda. UDESC: **Revista de Artes Cênicas**, Santa Catarina, v. 13, n. 1, p. 99 - 112, 2004. Disponível em: <http://gpceid.ceart.udesc.br/dapesquisa/files/01CENICAS_Karitha_Bernardo_de_Macedo.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

⁹⁵ LEITAO JR, Arthur Monteiro. **As imagens do sertão na literatura nacional**: o projeto da modernização na formação territorial brasileira a partir dos romances regionalistas da geração de 1930. 2011, 79 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em geografia, Minas Gerais (MG), 2011. Disponível em: http://www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4354. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

empobrecidas migravam para o Sul, atraídas pela promessa de empregos urbanos”⁹⁶.

A diversificação da economia levou transformações ao centro-sul, assistia-se a grandes “mudanças nos transportes, no grau de influência estrangeira (especialmente norte americana) e no surgimento da diplomacia brasileira como uma voz no hemisfério”.⁹⁷

A década de 1930 transformou o Brasil e inspirou a produção intelectual. Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior investigaram herança e cultura do Brasil e exploraram as nuances e raízes da formação nacional. Escreveram tentando explicar as variações e peculiaridades do Brasil ao mesmo tempo em que havia na Europa um ambiente de guerra e repercutiam no mundo os efeitos da grande depressão.

Ângela Castro Gomes, em sua análise sobre a Era Vargas, aproxima Estado autoritário e corporativismo. Nessa linha, o Estado autoritário concretizado em 1937 é fruto de uma modernização conservadora. Há, para a pesquisadora, uma divisão entre os intelectuais quanto à crença de se alcançar a modernidade dentro de uma democracia liberal. A discordância era justificada pelas raízes rural e escravista. Sua hipótese é de que na década de 1930 houve uma produção intelectual a serviço do Estado.⁹⁸ A autora considera que as características desse modelo político estariam enraizadas na política atual.

Para Ângela Castro Gomes, os ensaios produzidos pelos intelectuais nos anos trinta são “tão significativos para a compreensão do país, e suas interpretações povoam ainda de forma vigorosa nosso imaginário político”.⁹⁹ O que vemos por meio do seu artigo é que os intelectuais, de forma geral, sugerem desilusão quanto ao liberalismo, insistem a favor de um governo centralizado e justificam em seus ensaios essa escolha, devido à gênese da sociedade brasileira. Para eles, na origem da formação histórica está a confusão entre o público e o privado, que invalida a constituição da nação fora de um governo forte.¹⁰⁰

⁹⁶ LEVINE, 2002, p.17.

⁹⁷ Ibidem, p.29.

⁹⁸ GOMES, Ângela Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005, p. 106.

⁹⁹ Ibidem, p.110.

¹⁰⁰ Ibidem, p.111.

Englander no ensaio *O pensamento social de Oliveira Vianna e a cidadania no Brasil – de 1920 ao fim da década de 1940*, aborda as relações entre o pensamento social de Oliveira Vianna e a vida política do país nos anos trinta. Sua hipótese é de que as ideias presentes na obra *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920, participam da estruturação dos debates e das disputas políticas que resultaram na Revolução de 1930 e, posteriormente, no Estado Novo. De acordo com o autor, a consolidação do pensamento autoritário utilizou-se institucionalmente das teorias de Vianna.¹⁰¹

Sua produção intelectual pode ser lida como uma investigação da identidade do brasileiro com a intenção de moldar o cidadão e a sociedade, essa foi uma procura intelectual predominante entre juristas, sociólogos e historiadores nos anos de 1930.¹⁰²

Oliveira Viana defende um regime forte por considerar duas características da sociedade brasileira: a preponderância do personalismo sobre os interesses sociais e o caráter impreciso de nossa consciência social. “O agente político, no Brasil, é tido por ele como naturalmente incapaz de sobrepor o interesse nacional ao interesse pessoal; este sempre prevalece”.¹⁰³

No mesmo período, outro importante ideólogo da direita no Brasil, foi Francisco Campos, que também tinha convicções antiliberais e defendia a ditadura como regime político mais apropriado à sociedade brasileira dos anos de 1930. Tornou-se um dos personagens centrais nos preparativos que levariam à ditadura do Estado Novo.

É fundamental a influência desse intelectual na história constitucional brasileira, “o pensamento autoritário de Francisco Campos se materializa na ordem constitucional brasileira, a partir do momento em que o referido jurista elabora a Carta de 10 de novembro de 1937”¹⁰⁴. Junto a Oliveira Vianna, Francisco Campos

¹⁰¹ ENGLANDER, Alexander David Anton Couto. O pensamento social de Oliveira Vianna e a cidadania no Brasil – de 1920 ao fim da década de 1940. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 5-23, dez. 2009. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 29 dez. 2013.

¹⁰² BRESCIANI, Maria Stella. Oliveira Vianna, entre a escrita sociológica e a escrita de ação. **Revista Patrimônio e memória**, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 p. 14.

¹⁰³ SOUZA, Ricardo Luiz. Oliveira Viana, democrata? **Revista Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 95-126.

¹⁰⁴ CIOTOLA, Marcelo. O pensamento autoritário de Francisco Campos. **Direito, Estado e Sociedade**, n.37, jul/dez 2010, p. 81.

contribuiu para a construção de uma ideologia, influenciou a elaboração de um aparato legal e guiou correntes de opinião.

Do mesmo modo, Araújo afirma que o governo Vargas criou diversos aparelhos burocráticos e atuou junto com a intelectualidade do período. Há uma crise dos valores liberais e uma adesão intelectual ao projeto autoritário. Nesse período um processo de “modernização conservadora” acontece quando o Estado amplia suas funções, sobretudo o Executivo, chamado *hipertrofia estatal*.¹⁰⁵

O cenário histórico em que circularam esses intelectuais, o Brasil da década de 1930, fortalecia a burguesia com o desenvolvimento do parque industrial, os personagens que circulavam no espaço rural migram para as áreas urbanas e observam os negócios do café, em colapso desde a crise do capitalismo liberal.¹⁰⁶

Santos Jr. investiga as ações do governo Vargas na área artística, levantando quais fatores políticos e sociais prevaleceram em sete peças teatrais que foram vetadas pela censura na cidade de São Paulo. Em sua pesquisa sobre as ações políticas nos anos trinta, afirma que no plano econômico, após as eleições e vitória de Vargas em 1934, continuam as políticas de substituições das importações, a fim de incentivar a industrialização brasileira e aquecer a economia interna. O objetivo era superar a crise econômica ocasionada pela quebra das ações na bolsa de Nova Iorque.¹⁰⁷

Os anos de 1935 a 1937 foram de instabilidade, conflitos e repressão política. Alimentar a ameaça comunista, forjar um plano, decretar constantes estados de guerra, incentivar a produção intelectual que debatia a nação brasileira e cunhava um projeto de identidade nacional incentivado pelo Estado, o corporativismo, o vitorioso pensamento autoritário brasileiro, a busca pela modernização, os próprios levantes e seus efeitos ampliados pela imprensa, que trabalhava a serviço da centralização estatal progressiva, todos estes fatores serviram de “atalhos certos para a consolidação do projeto autoritário: o golpe do Estado Novo”¹⁰⁸.

¹⁰⁵ ARAÚJO, 2009, p.43 – 45.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 12.

¹⁰⁷ SANTOS JR, Valmir. **A era Vargas e o teatro**: um estudo entre peças teatrais vetadas entre 1930 e 1945 na cidade de São Paulo. 2011, 125 fl.. – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Pontifícia Católica – PUC SP, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo (SP), 2011, p.25. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13699. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

¹⁰⁸ ARAÚJO, Op. Cit. , p.140.

Apresentamos algumas leituras historiográficas de Getúlio Vargas e suas ações na política durante a década de 1930, dando ênfase aos anos de 1935, 1936 e 1937. Também, o contexto social, cultural e econômico do mundo no início do século XX, utilizando as ampliadas lentes do historiador-testemunha Erick Hobsbawm. Quanto ao panorama brasileiro, alguns pesquisadores retornaram ao período de 1935 a 1937 com ensaios renovadores, sobretudo por utilizarem novas fontes e evocarem o passado através do olhar de periódicos, peças teatrais, movimentos artísticos, obras literárias e biografias de personagens importantes da Era Vargas. Como destacamos em todo o trabalho, a trilogia escrita por Lira Neto sobre Getúlio e suas três experiências de governos: revolucionário, ditatorial e democrático. Por fim, sublinhamos nesta primeira parte, o papel de intelectuais como Oliveira Viana e Francisco Campos na política e na consolidação do projeto autoritário de governo corporificado no Estado Novo. Além disso, destacamos o papel das obras acadêmicas e literárias produzidas na década de 1930 e que revisitaram o passado na mesma busca que o governo varguista: nacionalizar o país, conhecendo suas raízes e criando o mito da origem do povo brasileiro, criando heróis, bandidos e fantasmas, justificando medidas de exceção para manter a ordem, a família e a nação unida. O pensamento autoritário consolidava-se em meio a rupturas e permanências do velho, teimoso em retornar, mesmo diante do colapso do liberalismo e da queda da bolsa de valores em 1929.

3 POR UMA REFLEXÃO DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA

“Este caderno não é a descrição do que fiz como governo. Isso se encontra nos documentos oficiais. É uma anotação pessoal, feita no dia seguinte, do que se passou no anterior, ou antes, daquilo que minha memória reteve. Eis porque não se encontra aqui nenhum balanço dos trabalhos do ano. Não há aqui espaço nem tempo para fazê-lo.”¹⁰⁹

As análises dos diários de Getúlio Vargas constituem aventuras para quem estuda a relação entre memória, história e esquecimento. Tudo, no fragmento acima, revela que a memória é conservatório de informações e visões de mundo. Exercitá-la na escrita é trabalhar um conjunto de funções psíquicas e requer escolhas narrativas. O ato de escrever, para o diarista, constitui um processo de organização da memória e envolve esquecimentos e silêncios. Através deste esforço reflexivo, exercício mental e de seleção, Getúlio Vargas analisa e define suas posições políticas, aproxima-se de grupos e de correntes de pensamento. É relevante desenvolvermos reflexões sobre as aproximações da memória e história, da memória e esquecimento e da biografia e história.

Le Goff observa, nos enlaces entre memória e história, o processo complexo de intervenção, ordenação e releitura do passado pelo homem, tanto ao produzir as memórias quanto na interpretação histórica. O autor acredita que a memória é a base sobre a qual se esculpe as impressões pessoais e coletivas de fatos e acontecimentos, além de ser fonte reveladora para produções historiográficas.¹¹⁰

Ricoeur trabalha a ideia de que “a memória é do passado”¹¹¹. Em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, a história tem a marca da epistemologia e aciona memórias arquivadas na fase documental, e o esquecimento é parte integrante dos exercícios da memória. É a memória fragmentos do passado ligados pelo indivíduo que a guarda.¹¹²

Tanto Le Goff quanto Ricoeur consideram a dependência e as variações da memória e de esquecimento e entendem que o verbo “lembrar-se” é próximo do substantivo “lembança”, quando a memória é exercitada e aparecem os esquecimentos, vazios e silêncios.¹¹³

¹⁰⁹ VARGAS, Op. Cit., p.03, 3 de outubro de 1930.

¹¹⁰ Cf: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2012, p. 423. Do ponto de vista do autor, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria.

¹¹¹ RICOEUR. 2007, p.34.

¹¹² Ibidem, p.155.

¹¹³ Ibidem, p.54 – 71.

No exercício da memória acontecem revisões, que Ricouer considera abusos, manipulações ou instrumentalizações. As variações consistiriam em memória impedida, obrigada e manipulada. A impedida é patológica, ligada aos traumas e às perdas. Sua característica é o luto, a dor impede a rememoração e traz o esquecimento e o silêncio. A memória obrigada é aquela que funciona como apaziguadora, evitando os conflitos, impõem-se uma memória única. Não há recordação e sim memorização, é imposta, entregue pronta de várias formas: hinos, obras de arte, folclore e datas comemorativas. A mais interessante é a manipulada, essa variação compreende a maior presença de esquecimentos e silêncios, pois é a memória desejosa de identificação e final feliz. Como a um panfleto de propaganda, os abusos são cometidos para se ter orgulho e identificar-se com a lembrança ou recordação.¹¹⁴

Não por acaso, os gregos fizeram da Memória uma deusa, *Mnemosine* é a mãe de nove musas, filhas de Zeus. É deusa da poesia e lembra aos homens sobre seus heróis e feitos. Na antiguidade, a memória aparece como um dom e os exercícios da memória ocupam um lugar muito importante.

O indivíduo que lembra é arrastado em diversas direções, como se a lembrança permitisse variações da experiência histórica. Lembrar ou esquecer depende da posição de quem exercita a memória. Importante é saber que a memória é produzida na coletividade, por mais que consistam em leituras individuais. Ponderamos que o diarista Vargas, na posição de presidente, no período de 1935 a 1937, pertence ao grupo que vê no projeto autoritário a saída da instabilidade social e aguda crise econômica que atropela os anos de 1930.¹¹⁵

Halbwachs escreve, na virada do século XX, quando se acirram as diferenças e chegamos aos extremos no que se refere a conflitos mundiais. Em tempo de agitação extrema e disputas em escala mundial, a identificação de um contexto temporal possibilita o estudo da memória por meio de vestígios destacados no ato da recordação. O autor está sugerindo a possibilidade de localização temporal da produção da memória.¹¹⁶

¹¹⁴RICOEUR, 2007, p. 75 - 95.

¹¹⁵ Ao elaborarmos esta hipótese, estamos estabelecendo sintonias fundamentais e interdisciplinares entre História e Sociologia. Não tentamos reconduzir o indivíduo ao coletivo, mas sabemos que da coletividade surgem e se impõem as memórias individuais. Nosso desejo, ao analisar os diários de Getúlio Vargas, é estabelecer a relação entre memória e sociedade.

¹¹⁶HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006, p.125.

O mesmo autor aponta distinções e relações entre memória e história. A memória é pensamento contínuo, ligado a um grupo que arquiva o passado na consciência, enquanto a história é construída a partir de muitas divisões temporais artificiais e é feita da “compilação de fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens”.¹¹⁷

Se a memória é produzida de acordo com o grupo que o detentor dela se reconhece, quais grupos dialogaram com o diarista Vargas no momento da sua escrita? Acreditamos que, para se manter no poder durante um longo período, o diarista não pertencia a um grupo somente, ele passeava por diferentes grupos de acordo com seus interesses. Mais, afirmamos que os grupos com os quais se identificou no recorte temporal que propomos, flertam com a via autoritária de pensamento e a proposta de postergar a ditadura como solução ao inconstante momento econômico, social e político em que se encontrava o país e o mundo. O diarista Vargas polariza em duas grandes correntes de pensamento as disputas políticas da década de 1930, uma “caudilhesca, desagregadora, regionalista contra a tendência centralizadora e coercitiva do poder central”.¹¹⁸ A leitura que fazemos da memória do diarista é ligá-la a segunda tendência: centralizadora e autoritária. Observamos que esse trecho corresponde ao mês de outubro de 1937, dias antes da instalação do Estado Novo, o que justifica a posição da memória do diarista ao lado da via autoritária.

“Acentua-se a divergência entre os constitucionalistas e os que desejam não apressar a criação do Congresso antes da realização do programa revolucionário”¹¹⁹, nesse fragmento, produzido em 1931, encontramos a tendência do diarista em polarizar em dois grandes grupos as relações políticas estabelecidas na década de 1930, no Brasil. Sua memória dialoga com os grupos que encontram na continuação da ditadura e na suspensão dos direitos constitucionais a estabilização econômica e social do país.

Nos estudos atuais sobre a memória, Chartier irá discutir suas interfaces com a história. A memória é porta de entrada para as investigações de acontecimentos históricos e transmite a falsa sensação de fidelidade com o passado. A história como representação do passado, problematiza a memória e constrói interpretações de

¹¹⁷ HALBWACHS, Maurice, 2006, p.100-102.

¹¹⁸ VARGAS, Getúlio, **Diário**. 1995, vol. II, p. 73, 18 de outubro de 1937.

¹¹⁹ VARGAS, Getúlio. **Diário**. 1995, vol. I, p. 69, 20 a 23 de agosto de 1931.

vestígios e indícios em forma literária. Chartier identifica as representações individuais às representações coletivas, e aproxima o estudo da subjetividade das representações à micro-história.¹²⁰

Em relação à história, Murari estuda os desvios da memória em Tucídides para problematizar as práticas políticas dos demagogos e afirma que história não se confunde com a memória, é senhora da memória, produtora de conhecimento a partir de memórias. A história se produz a partir da interpretação e assimilações epistemológicas das memórias.¹²¹

Na mesma linha, Seixas apresenta um estudo sobre a memória e procura apreender suas relações com a história. A autora compreende a memória como prisioneira da história e encurralada nas escritas, que se transformam em objeto e trama da história, em memória historicizada.¹²²

¹²⁰ CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.22.

¹²¹ MURARI, Francisco. Tucídides: a retórica do método, a figura de autoridade e desvios da memória. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Unicamp, 2004, p. 95 – 128.

¹²² SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Unicamp, 2004, p.41.

3.1 Memória e esquecimento

“Não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem o esquecimento.” (Friedrich Wilhelm Nietzsche)

[...] minha imaginação se desviava com frequência para outros fatos”, confidencia Vargas. Os passeios mentais e desvios da memória não são significado de imaginação, no sentido de fictício, falacioso, fantasioso e irreal. É imaginação enquanto construção psíquica, exercício criativo do homem, na perspectiva que possibilita retorno, remete ao passado por determinados vestígios, rastros que estão “arquivados” pela mente humana.¹²³

A arte memorial ou exercício da memória corresponde à representação de algum fato passado e a atividade criadora de lembranças e esquecimentos. O sujeito que faz uso da memória também faz uso, constantemente, da arte de esquecer. O diarista Vargas justifica sua escolha de não recordar e silenciar: “a rapidez dos acontecimentos não me permitiu a anotação diária deste caderno, nem é possível, agora, reconstitui-la”.¹²⁴

Paul Ricouer interessa-se pela maneira como exercitamos a memória, nossa *ars memoriae*. O autor estuda as manipulações e abusos da memória e relaciona memória, esquecimentos e condição histórica. Como uma representação interna, um ateliê de coisas do passado, a memória esculpe, pinta, cria narrativas e imagens em lugares imaginados. A memória constitui um exercício mental no qual arquivamos imagens e signos.¹²⁵ Uma memória tem esquecimentos, é sempre repleta deles. Resta-nos saber se são voluntários ou não. “O esquecimento é o emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica”¹²⁶.

Há esquecimento onde houve marca. Esquecer é uma necessidade, um recurso para viver. Na leitura proposta, o esquecimento aparece como apagamento ou bloqueio dos rastros.¹²⁷

Um enigma, porque não sabemos, de saber fenomenológico, se o esquecimento é apenas impedimento para evocar a para encontrar o tempo perdido, ou se resulta do inelutável desgaste, pelo tempo, dos rastros que em nós deixaram, sob forma de afecções originárias, os

¹²³ RICOUER, 2007, p.25-29.

¹²⁴ VARGAS, 1995, Vol. I, p.242, 04 de outubro de 1933.

¹²⁵ Cf.: RICOUER, Op. Cit., p.29. A arte da memória é a ciência do cultivo da memória, tem sua origem nos gregos (filósofos pré-socráticos, com o pitagorismo, hermetismo, platonismo e neoplatonismo).

¹²⁶ Ibidem p.300.

¹²⁷ Ibidem, p.27.

acontecimentos supervenientes. Para resolver o enigma, seria necessário não de desimpedir e liberar o fundo de esquecimento absoluto sobre o qual se destacam as lembranças preservadas do esquecimento, mas também articular aquele não-saber relativo ao fundo de esquecimento absoluto ao saber exterior – particularmente o das neurociências e das ciências cognitivas – concernentes aos rastros mmésicos. Não deixaremos de evocar, no devido momento, essa difícil correlação entre saber fenomenológico e saber científico.¹²⁸

Apagar, esquecer e bloquear as lembranças são abusos e manipulações, chamados por Ricouer de memória feliz. Assim,

[...] esquecimento não seria, portanto, sob todos os aspectos, o inimigo da memória, e a memória deveria negociar com o esquecimento para achar, às cegas, a medida exata de seu equilíbrio com ele? E essa justa memória teria alguma coisa em comum com a renúncia à reflexão total? Uma memória sem esquecimento seria o último fantasma, [...].¹²⁹

O passado é manipulado constantemente pela memória feliz. Recordar e se reconhecer na lembrança é fundamental. A sensação de pertencimento é um milagre da memória, verifica Ricouer.¹³⁰ O mesmo autor considera que a memória feliz é construída nos silêncios e esquecimentos dos traumas e assuntos obscuros. Cala-se diante do que envergonha e cria dor. É a possibilidade de escolha do que lembrar durante o processo de produção do diário.¹³¹ É autorizar a memória a lembrar ou esquecer. Ao introduzir essa ideia, aproxima memória feliz de memória apaziguada.¹³²

Para Ricouer, os esquecimentos enquanto patologia estão ligados à velhice e morte. A falta de memória é classificada muitas vezes como esquecimento passivo, que é o déficit do trabalho da memória. Mas o interesse está no outro tipo, fruto da estratégia de evitar, da esquivia, fuga e falta, que é a forma ativa de esquecimento.¹³³ O atraente a nossa pesquisa são os flertes entre esquecimentos e manipulação da memória, condição prévia a sua realização quando são produzidos voluntariamente, como acreditamos ter ocorrido com o diarista Vargas.¹³⁴

¹²⁸ RICOEUR, 2007, 48-49.

¹²⁹ Ibidem, p.424.

¹³⁰ Ibidem, p.502 – 503.

¹³¹ Ibidem, p.503.

¹³² Ibidem, p.504.

¹³³ Ibidem, p.456.

¹³⁴ Ibidem, p.423-425.

Ricouer apresenta duas espécies de esquecimento voluntário: o esquecimento por apagamento dos rastros e o esquecimento de reserva. No primeiro, há uma operação psíquica, apagando os rastros. No segundo, sobrevivem-se os rastros, mas há um bloqueio aparente ao seu acesso.¹³⁵

O bloqueio, provavelmente, possui maior inserção no campo do político. Chega-se até à lembrança, mesmo entre os silêncios e esquecimentos cometidos, pois há rastros e vestígios do que foi no texto. É tipo de abuso verificável em testemunho, escrita ou imagem. A memória não é ingênua ou imparcial, o sujeito que lembra, escolhe nas formas estilísticas da escrita como expressar a recordação, escondendo-a ou escancarando-a na linguagem e, na maioria das vezes, comete abusos.

Enfatizamos o diálogo entre esquecimento e manipulação da memória, principalmente, nos exames de narrativas,

[...] os abusos da memória tornam-se abusos de esquecimento. [...] é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performaticamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva.¹³⁶

Perceber o que não foi dito no diário e que era impossível naquele contexto que o diarista Vargas não soubesse ou se esquecesse, uma vez que o fato afetou sua trajetória. Destacar o obscuro por trás da vontade de esquecer e silenciar, verificando o apagamento voluntário e abordando o porquê da omissão no texto. Esses são desafios de uma análise historiográfica do diário de Vargas.

Destacamos o esquecimento comandado e manipulado. Na coletividade, diferentes agentes negociam “o que” esquecer e “como”. Na intimidade, o sujeito decide, influenciado por grupos e cenários o que lembrar ou esquecer. Trabalhamos a ideia de negociações entre grupo e indivíduo.¹³⁷

Importante é que as memórias impedidas, manipuladas ou comandadas jogam com os esquecimentos. Logo, “se é possível falar em memória feliz, existe algo como um esquecimento feliz?”¹³⁸.

Esquecer está relacionado à perda de contato com os que nos rodeavam, é quando todo o conjunto de lembranças, afinidades e relações com determinado

¹³⁵ RICOEUR, 2007, p.436 - 438.

¹³⁶ Ibidem, p. 455.

¹³⁷ Ibidem, p.462.

¹³⁸ Ibidem, p.508.

grupo desaparecem. O grupo a que antes pertencíamos não nos interessa mais, pois tudo no presente nos distancia deles.¹³⁹

Os esquecimentos e silêncios acontecem porque não escolhemos ou desejamos reagrupar todas as imagens, rastros, indícios, representações e experiências através da memória. Quando a lembrança nos fere, amaldiçoa nosso caráter e suja nossa história, é melhor esquecer e silenciar. O esquecimento voluntário não deixa reconstituir a combinação de lembranças que incomodam.

Maurice Halbwachs, ao enfatizar o estudo dos contextos sociais em que são produzidas as memórias, considera que as memórias jamais são só individuais e que nenhum esquecimento pode existir abstraído da sociedade. Diferentes grupos emprestam lembranças e sugerem os silêncios, os lugares e os símbolos em que as memórias serão preservadas ou esquecidas.¹⁴⁰

São comuns as recordações dos fatos e acontecimentos que vivemos em grupo, porque a memória coletiva completa, reforça ou enfraquece a memória individual. A lembrança sobrevém facilmente quando há concordância com as memórias de um grupo. O fato é que existem interseções entre memória individual e coletiva.¹⁴¹

Se os vínculos sociais influenciam a memória, “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”.¹⁴²

Lembranças e esquecimentos voluntários surgem na medida em que nos inserimos em grupos e nos situamos em correntes de pensamentos coletivos. Acordamos que as memórias individuais vão permanecer coletivas, mesmo quando narramos acontecimentos e efeitos em que nos envolvemos, vimos e vivemos sozinhos. Não é necessário que outros estejam presentes, porque sempre levamos conosco visões de mundo apreendidas na coletividade.

Em seus silêncios e esquecimentos, é possível situarmos o grupo a que pertencia Vargas naquele momento histórico; o diarista carrega sua marca. A memória individual está enraizada a uma conjuntura histórica singular e é produzida da presença e participação em grupos específicos.

¹³⁹ HALBWACHS, 2006, p.37-38.

¹⁴⁰ HALBWACHS, 2006, p.23-25.

¹⁴¹ Ibidem, p.29.

¹⁴² Ibidem, p. 30.

Não há lembrança que germine sem que de alguma forma seja possível identificá-la a um grupo. Se a composição da memória de um indivíduo é escolha, combinação e ajuste de memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, conhecer e identificar o espaço social explica bastante o silêncio e esquecimento da memória.¹⁴³

Quando a lembrança corresponde a um acontecimento distante no tempo, o contato com as pessoas que também viveram aquelas situações ou com os lugares em que aconteceram permitem a recordação dos fatos.¹⁴⁴ De tal modo, quanto mais inseridos no grupo, mais condições o indivíduo tem de compor suas memórias. O mesmo acontece para esquecer-se de algo.

A escrita é praticada na intimidade mesmo sendo alimentada por conjuntos de memórias coletivas e compartilhadas em um espaço social e tempo histórico determinado. Os diários são apropriações e particularidades de fatos e acontecimentos envolvendo o narrador.

Diante da discussão apresentada até o momento, a respeito das interseções entre a memória coletiva e individual e das conexões entre memória, história e esquecimento, cabe-nos um questionamento importante: de que maneira a memória coletiva influencia o exercício de consciência individual, a capacidade de lembrar, bloquear ou apagar voluntariamente o passado?

Remontar um quebra-cabeça do passado, como se comportou naquele momento o diarista Vargas, com quais pessoas estava envolvido, o que aquele fato significou, pode contextualizar melhor e fazer com que os esquecimentos e silêncios no texto se justifiquem e sejam identificados com mais clareza.

Quando Vargas inicia seu diário, a Revolução de 1930 é vitoriosa e sua memória é compatível com os diversos grupos acoplados no interior da Aliança Liberal. Do mesmo modo, no momento da eclosão da revolução constitucionalista, da efetivação da constituição e das manifestações a favor das eleições em 1934, o diarista toca os grupos radicais ligados à corrente de pensamento autoritário e manutenção do governo revolucionário. Esse diálogo e aproximação se manterá nas memórias de Vargas ao longo dos anos trinta. A inserção de suas memórias no interior do pensamento autoritário, muito difundido pelos militares, comprova-se nos esquecimentos e silêncios no diário sobre a elaboração do plano Cohen e nas

¹⁴³ HALBWACHS, 2006, p.42; 72.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 61.

lembranças de reuniões regulares com os líderes militares, tratando de transferências de oficiais de confiança para posições que lhes permitissem resolver eventuais problemas. O país viveu sob sucessivos estados de sítio durante todo o período de novembro de 1935 até novembro de 1937 porque o diarista estava acompanhado do Exército. Também observamos aproximações do diarista com a imprensa para difundir o medo e atacar a ameaça comunista e do Estado com os intelectuais, na missão de construir uma identidade para a nação e justificar medidas autoritárias do governo.

Estudar a memória é estabelecer relação entre o indivíduo e o grupo ao qual ele fez parte no momento de produção da lembrança ou do esquecimento. A memória “está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos”¹⁴⁵.

[...] a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma.¹⁴⁶

De um ato individual para a coletividade, dos abusos à manipulação, a memória está sujeita a falhas de transmissão, a mal entendidos e, até mesmo, a silêncios conscientes e esquecimentos voluntários. Quando o reencontro com o vivido acarreta mal estar e dor, atravessamos a fronteira entre memória e esquecimento.

Ler testemunho e memória exige uma concepção de narrativa associada à ideia de escolha e silêncios. Jaime Ginzburg parte do debate contemporâneo sobre escrita memorialística para examinar alguns aspectos que evidenciam traumas, lacunas e imprecisão nos escritos. O autor levanta as especificidades desses textos e considera que para

[...] o sujeito da enunciação do testemunho, entre o impacto da recordação e os recursos expressivos da narrativa, pode haver um abismo intransponível, de modo que toda a formulação pode ser imprecisa ou insuficiente.¹⁴⁷

A constituição de uma tendência de produção da escrita pautada na exclusão, silêncio e esquecimento é fato que exige reflexão não somente de teóricos em

¹⁴⁵ HALBWACHS, 2006, p. 49.

¹⁴⁶ RICOEUR, 2007, p.130.

¹⁴⁷ GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: SALGUEIRO, Wilberth (Org.). **O Testemunho na literatura**: representações de genocídios, ditaduras e outras violências. Vitória: EDUFES, 2011, p.23

literatura, mas de historiadores que manuseiam memória e testemunho, fontes que estabelecem desafios em escala histórica. Pois, na configuração desses escritos, as escolhas estilísticas podem aumentar a capacidade de esquecimento, “a presença do estético pode cumprir um papel ético”¹⁴⁸.

Maria Regina Viali, em *O primo Levi - o relato da dor sentida por entre cicatrizes e silêncios*, faz uma leitura de *É isto um homem?* e compreende que esquecimentos, silêncios e lutos aparecem na escrita de si quando há acontecimentos traumáticos na história e nos eventos que se prefere esquecer. Os abusos e manipulações da memória estão na sombra da tragédia, trauma, dor e mal-estar gerado pelo que não se deve lembrar.¹⁴⁹

Por isso encontramos esquecimentos voluntários, tendência compulsiva de silenciar ou repetir e reviver determinado fato, sonhos e juízos de valores. É a memória atuando na recuperação do passado pela escrita desordenada e fragmentada do diarista.

O que é a memória de um homem? Talvez, desejos incontrolláveis, individuais ou de um grupo, lembranças da participação pessoal na coletividade, ou melhor, um velho baú amaldiçoado por fantasmas que todos os dias teimam em acordar, e, em movimento contrário, nós lutamos para mantê-los adormecidos no inconsciente.

No fim, quando acordados, trazem as lembranças da dor, das escolhas moralmente erradas que tomamos um dia, da difícil e torta vida que levamos, da intolerância, daqueles lampejos irracionais, da cólera que um dia assistimos ou tivemos e de toda tortura psicológica ou física um dia praticada ou sofrida. Tudo que resolvemos esquecer, esvaziar e silenciar quando tomamos a coragem de compor uma escrita biográfica, como fez Vargas em seus diários durante 1930 e 1942.

¹⁴⁸ GINZBURG, 2011, p.25.

¹⁴⁹ VIALI, Maria Regina. *O primo Levi - o relato da dor sentida por entre cicatrizes e silêncios*. In: SALGUEIRO, Wilberth (Org.). **O Testemunho na literatura**: representações de genocídios, ditaduras e outras violências. Vitória: EDUFES, 2011, p.224. *É isto um homem?* é uma obra do escritor italiano Primo Levi, publicada em 1958, Ed. Einaudi, em que descreve suas experiências no campo de concentração de Auschwitz, durante a Segunda Guerra Mundial.

3.2 História e biografia

“O pequeno x indica a contribuição individual para o desenvolvimento histórico, desenvolvimento não no sentido de uma melhora, mas de uma realização histórica.” (Sabina Loriga)

Os enlaces e as diferenças entre história e biografia são abordados por Sabina Loriga na obra *O pequeno X: da biografia à história*. O título faz alusão à uma expressão de Johann Gustav Droysen, que, em 1863 propôs a fórmula $A=a+x$. O A faz referência ao indivíduo, ou seja, tudo que um homem é; a são os fatores externos, país, povo, cultura, economia e sociedade de uma época e o x equivale a contribuição pessoal, a livre escolha, a subjetividade, a vontade própria nas ações, posturas e comportamentos.

As considerações de Carlyle, dos historiadores alemães Dilthey e Burckardt e de Tolstoi são os fios condutores da reflexão de Sabina Loriga. A autora inicia sua obra na contramão dos debates sobre o retorno da biografia como problema historiográfico. Apresenta as escolas que já se debruçaram sobre o tema para desconstruí-las, escolhendo as contribuições necessárias para o entrelaçamento que é sua versão de exame histórico: a “história biográfica”.

No decorrer do texto percebe que além de reabilitar o debate, é necessário introduzir a proposta da “história biográfica”, quando exames historiográficos devolvem à história sua qualidade épica, narrando os dramas e conflitos de um ser, produzindo interpretações plurais sobre determinada época.

Em suma, no decorrer desses últimos anos, a dimensão individual se tornou uma questão central, e a biografia, de certa forma, se democratizou: a aposta hoje não é mais no grande homem (noção descartada, e por vezes mesmo tida por pejorativa), mas o homem qualquer.¹⁵⁰

Para a autora, Carlyle inaugura uma nova abordagem da história, mais artesanal e profunda, por considerar que somente uma reflexão biográfica permite apreender a vida íntima, a parte secreta do passado. Importante é que sua perspectiva admite que o fazer histórico jamais dá conta do volume do passado. Carlyle escreve em meados do século XIX, sua obra tem traços do que Loriga chama por “história biográfica”: quando o exame historiográfico considera o indivíduo e pensa a sociedade pelo entrelaçamento de diversas vidas individuais.¹⁵¹

¹⁵⁰ LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.213.

¹⁵¹ LORIGA, 2011, p. 62.

A biografia para nós é a ocasião de apreender a densidade social de uma vida. São textos produzidos com base em fatos vividos, relatos que carregam a imaginação do autor e a criatividade na escolha das palavras. O diário, a autobiografia, a notícia, a reportagem, o relato histórico, a biografia são gêneros literários do *relatar*. Contar fatos vividos no passado, abrir o arquivo das lembranças e memórias, às vezes com detalhamento minucioso e outras com omissão. Reconstruir o que viveu em determinada época, junto da família ou dos amigos, no trabalho, na escola, na igreja ou no lar. Sempre que, por exemplo, olhamos uma foto que materializa um desses momentos, pode vir a lembrança ou o desejo de esquecer o acontecido: a viagem, o pacto, o plano, a comemoração, o encontro. O diário é uma forma de registro da memória e, também, um modelo fragmentado de narrativa dos fatos vividos por quem escreve. Quando o historiador opta por interpretá-lo, é preciso levar em conta a liberdade de escolha, esse “pequeno x” que possui grande importância para quem deseja manusear escritas de uma vida.

E, devemos considerar as influências externas: independência nacional, democracia ou ditadura, golpe ou revolução, exército, família, escola, classe social, capitalismo ou socialismo, e, quem sabe, atentar-se ainda para outros indícios como barulho, doença, poluição, amor, raiva, ódio e ressentimentos.¹⁵² Em momento algum desconsideramos ou nos aproximamos de abordagens que buscam experiências médias, ou seja, que procuram na narrativa os aspectos mais comuns, esquecendo-se daqueles pessoais e particulares.¹⁵³

Todo fato coletivo procede de impulsos individuais. As personalidades singulares não se exprimem somente por ações políticas extraordinárias; geralmente, manifestam-se nos pequenos atos ordinários, aparentemente insignificantes.¹⁵⁴

Loriga observa que quando o historiador censura ou negligencia os elementos egotistas de fontes biográficas como diários, correspondências e memórias; ou quando elabora interpretações engessadas para aderirem plenamente à realidade explícita, “o tempo histórico se torna uma superfície desprovida de impressões digitais”.¹⁵⁵

¹⁵² Ibidem, p. 221.

¹⁵³ Ibidem, p.223.

¹⁵⁴ Ibidem, p.116.

¹⁵⁵ LORIGA, 2011, p.223.

[...]o trabalho do historiador não é moral, no sentido de que não propõe exemplos a seguir, mas é ético, pois faz aparecerem as questões inseparáveis da escolha, do erro, do fracasso. Além de fazer parte da história, a biografia oferece também um ponto de vista sobre a história, uma discordância, uma descontinuidade.¹⁵⁶

Nosso exame deseja afastar qualquer ideia de submissão ou de dominação entre história e biografia. Permanecemos no ponto de tensão, na ambiguidade que é “considerar o indivíduo, a um só tempo, como um caso particular e uma totalidade.”¹⁵⁷

Loriga afasta-se dos historiadores que não suportam a “penosa sensação de vertigem”, ou o “trabalho em um campo de ruínas”. A historiadora quer dizer que “não é possível dissertar sobre o passado sem se debruçar sobre sua opacidade”. O exame historiográfico tem por dever aceitar o trabalho hipotético para todas as lacunas que fontes biográficas ou autobiográficas apresentam.¹⁵⁸

Sabemos da fragilidade humana inclinada ao esquecimento da memória, muitas vezes infiel e transformadora; a escolha hierárquica dos fatos hoje, o que é lembrado no agora, amanhã pode ser silenciado. Igualmente, percebemos o trabalho de manipulação, não como unicamente ligado à memória, mas como uma consequência de nossa maneira de olhar: “[...] a percepção que cada um de nós tem dos acontecimentos não é em nada comparável à dos outros”.¹⁵⁹

Entretanto, o valor do esquecimento se afirma pouco a pouco: a memória, seja ela individual, autobiográfica ou coletiva, segue o princípio dualista que escande toda nossa vida e, com uma espécie de talento inconsciente, ora rememora, ora esquece.¹⁶⁰

No texto de Loriga encontramos a palavra imaginação como ação correspondente ao ofício do historiador diante dos esquecimentos e silêncios de informações que a memória apresenta. Porém, ao contrário da literatura, sua imaginação deve permanecer ancorada na documentação e se submeter à exigência da prova. Contrariando a ficção, a história não segue a sedução do final feliz, ela não “domestica o passado, não o torna propositalmente familiar; bem pelo contrário, busca lançar luz sobre sua alteridade”.¹⁶¹

¹⁵⁶ Ibidem, p. 225.

¹⁵⁷ Ibidem, p.225.

¹⁵⁸ Ibidem, p.226.

¹⁵⁹ Ibidem, p.69.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 70 e 71.

¹⁶¹ LORIGA, 2011, p.227.

Ao mesmo tempo, a história enquanto narrativa sobre o passado dialoga com a literatura, pois recorre aos instrumentos da ficção ao criar continuidade entre rastros e indícios descontínuos, fragmentos do passado. Nós, como historiadores, resenhamos uma trama, colocamos, de certa forma, dramaticidade, personagens em ação e utilizamos analogias e metáforas no texto.¹⁶²

Para Loriga, em *Guerra e paz*, Tolstoi evoca o caso pessoal, fugindo do excesso de coerência das narrativas históricas positivistas para meditar sobre as incertezas do passado, o que foi, o que adveio, o que se perdeu ou se esqueceu. Essas sugestões se apresentam na obra de Tolstoi e oferecem a multiplicidade de olhares sob uma época.¹⁶³

Identificar e reconhecer as semelhanças entre a história e a literatura, para Loriga não significa confundi-las. Segundo a autora, o pesquisador efetua uma ação arbitrária de escolha subjetiva das fontes e tenta imaginar as razões que inspiram as ações humanas. A escolha do que procurar na fonte histórica e qual o problema a resolver é feita pelo historiador e, também, sugere um “pequeno x”: um ato de liberdade de escolha, mais influência do meio. A literatura inspira a história a examinar o nível molecular, as unidades mínimas, evocando o drama da afetividade na construção da memória. Mas ao contrário da literatura, a história “não busca domesticar o passado (como faz o romance histórico oferecendo uma imagem falsamente familiar e atrativa do passado)”. Ela deve conservar dele toda a sua alteridade.¹⁶⁴

A história humana não é determinada pela ação de grandes causas necessárias, exclusivas e previsíveis, nem sequer é dirigida pela Razão, por um desígnio racional, mas é coberta por mil pequenos fardos concomitantes: cada indivíduo se encontra sempre no coração de uma série móvel de fatos. Dito de outro modo, Tolstoi descreve a natureza temporal da causa: diz-nos que não se trata de um fator ou de um acontecimento exterior, mas de um conjunto de circunstâncias, expressão da trama de dependências em que se fundam os homens.¹⁶⁵

¹⁶² Ibidem, p.231.

¹⁶³ Ibidem, p.231.

¹⁶⁴ Ibidem, p.176 e 177.

¹⁶⁵ Ibidem, p.191.

A literatura propõe outros modelos de pensar a história, “na qual os vazios são tão essenciais quanto os cheios”. Percebendo o caráter inesgotável da história em seus limites, sua qualidade fundamental é ser múltipla.¹⁶⁶

[...] mais do que reconstituir as mil circunstâncias, pequenas, mais ou menos banais e que bastava faltar uma para que um fato não se produzisse. Em suma, o que conta, é parar de dissimular o não finito para tentar sugeri-lo.¹⁶⁷

Na perspectiva dos historiadores alemães, a autora apresenta o modelo do historiador-psicólogo, que leva em conta o homem em sua íntegra, considera o sujeito como totalidade psicofísica, produto das representações individuais e coletivas, guiado por sentimentos e vontade própria.¹⁶⁸ Acrescentam que o indivíduo também é um ser sociável, justamente porque não há existência isolada, singular e impermeável; mas, um conjunto de interações com outros indivíduos, sentimentos, natureza, meio e sociedade.¹⁶⁹ “Uma totalidade aberta, que não está isolada e se alimenta das relações sociais. Entretanto, o indivíduo é também um mundo em si, único e singular, inteiramente diferente de todos os outros”.¹⁷⁰

De onde procede a autonomia individual? Se o indivíduo se constrói na interação com a sociedade, o que diferem os sujeitos uns dos outros?

Para Loriga, é a possibilidade de permanecer em si mesmo mais a combinação de variantes como espaço e tempo que constroem memórias repletas de antagonismos como a dependência e a autonomia em relação à coletividade, espaço e época em que circulou o sujeito da lembrança ou do esquecimento. Os grupos, as comunidades, as instituições, frequentemente em competição ou em conflito entre si, impregnam o indivíduo de ideias, emoções e imagens.¹⁷¹

O indivíduo é capaz de se afirmar como sujeito e de sentir desejos, dores e frustrações quando é alimentado pelo espaço e tempo. Assim, ele se manifesta como sujeito ativo independente e dependente ao mesmo tempo, com capacidade de elaborar as solicitações e cultivar os anseios do mundo exterior, a partir de sua relação com os outros.

Nessa perspectiva, a socialização não tem apenas esse efeito de homologação e de homogeneização, tantas vezes dramatizado no

¹⁶⁶ LORIGA, 2011, p.210.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 210.

¹⁶⁸ Ibidem. 126.

¹⁶⁹ Ibidem, p.127.

¹⁷⁰ Ibidem, p.129.

¹⁷¹ Ibidem, p.135.

século XX (de Erving Goffman a Michel Foucault), mas é em primeiro lugar um processo de diferenciação: os indivíduos se distinguem uns dos outros justamente ao interiorizarem as normas sociais e as regras institucionais.¹⁷²

De acordo com Sabina Loriga, os historiadores alemães possuíam o desejo de descobrir as diversas maneiras dos sujeitos realizarem sua liberdade interior. Para tanto, retomam as biografias por acreditarem ser a forma mais filosófica de exame historiográfico. “E, na biografia, assim como na história, é a significação que deve predominar, uma vez que uma miríade de fatos verdadeiros não basta para nos revelar uma vida”.¹⁷³

Os entusiasmos pela biografia e autobiografia estão ligados ao diálogo contemporâneo da história com as ciências sociais e ao fato de a biografia ser um canal privilegiado para observar as técnicas peculiares que a literatura transmite à história.

O historiador recorre aos modelos literários para construir a narrativa histórica. E, recentemente, retomou o interesse pela literatura, percebendo-a como fonte inesgotável de conhecimento do passado. Pensá-la como documento e modelo, como possibilidade de construção narrativa: a “história biográfica” demonstra uma das múltiplas relações entre história e literatura.¹⁷⁴

Temos a convicção de que a história não permanece no individual nem no geral, mas na combinação desses planos. Dissemos que Loriga enfrenta a sensação de vertigem, ou o que nesta pesquisa identificamos como vazios, recorrendo ao que chama de *história biográfica*, um projeto que aceita a “natureza inacabada da história, e para de tentar concluir o que é inesgotável”¹⁷⁵. É reconhecer a interpretação como “imaginação histórica” ou que o ofício do historiador é manusear os sentimentos, as ambiguidades e contradições do agir e pensar do homem sobre o passado através de memórias fragmentadas, construídas pelo que esse passado é capaz de provocar no sujeito.

O retomado interesse pela biografia está justamente nas possibilidades que esse gênero oferece à história. A abordagem biográfica contribui para a afirmação

¹⁷² I LORIGA, 2011, p.235e 236.

¹⁷³ Ibidem, p.140 e 141.

¹⁷⁴ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 6. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005, p.168.

¹⁷⁵ LORIGA, Op. Cit., p.153.

do indivíduo como sujeito histórico, recuperando a ação individual, como se refere Romani em seu ensaio *A aventura do Anarquismo segundo Oreste Ristori*, em que trabalha a reconstrução biográfica da vida de Oreste Ristori, um militante do movimento anarquista Internacional que viveu no Brasil na primeira metade do século XX. Seu exame demonstra a possibilidade de se aprender através da recuperação de uma memória pessoal, a memória coletiva de um grupo.¹⁷⁶

Nesse sentido, Souza, em seu ensaio *Sob o silêncio da escola, a memória* contesta o desprezo de alguns historiadores pela memória, e considera que o esquecimento e os vazios devem ser igualmente revalorizados. Seu texto centra-se nas ideias da “história biográfica” para explicar a relação entre conhecimento e docência, procurando interpretar a situação da mulher enquanto professora.¹⁷⁷

Estamos tratando da experiência perceptiva de cada sujeito histórico que leva a história para novos planos, onde não cabe estabelecer conexões de causa e efeito, porque os acontecimentos não são resultantes de determinações previsíveis. O historiador não deve se preocupar em resgatar verdades históricas definitivas ou conjuntos homogêneos, mas em resgatar a história dos conceitos, experiências, sentimentos e sentidos de uma vida.

O fato é que até muito recentemente havia certa aversão à história do indivíduo. Em *Usos da biografia*, Giovanni Levi formula uma tipologia de abordagens que visa lançar luz sobre a complexidade da perspectiva que aproxima história e biografia. O autor considera que estamos na fase intermediária: a biografia ganha a preocupação dos historiadores, mas as ambiguidades da trajetória humana se evidenciam e torna-se difícil generalizações. A biografia como problema denuncia que a vida de um indivíduo se toca em certos pontos com vidas alheias que se encontram na coletividade: escola, time de futebol, partido político, namorada, família, igreja, é difícil enumerar todas as variantes que tornam um sujeito único.¹⁷⁸

Vivemos hoje uma fase intermediária: mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores, mas denuncia claramente suas ambiguidades. Em certos casos recorre-se a ela para sublinhar a irredutibilidade dos indivíduos e de seus comportamentos a sistemas normativos gerais, levando em consideração a experiência vivida; já em outros, ela é vista como terreno ideal para provar a

¹⁷⁶ROMANI, Carlo. A Aventura do Anarquismo segundo Oreste Ristori. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH/Ed.UiJuí, vol.17, nº33, 1997, p.163.

¹⁷⁷ SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Sob o silêncio da escola, a memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH/Ed.UiJuí, vol.17, nº33, 1997, p.286.

¹⁷⁸ LEVI, 2005, p.167.

validade de hipóteses científicas concernentes às práticas e ao funcionamento efetivo das leis e das regras sociais.¹⁷⁹

Para Levi, uma das maiores contribuições da biografia para a historiografia é ser motivo para questionamentos e investigação de técnicas da literatura. Esse ponto refere-se às relações entre história e narrativa literária já abordadas por Sabina Loriga na mesma perspectiva, apoiada pela obra de Tolstoi. Há de se salientar que não devemos nos contentar com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.¹⁸⁰

São as tipologias e abordagens históricas que o texto de Levi traz: a prosopografia e biografia modal, quando o indivíduo biografado deve preencher comportamentos e aparências ligadas às condições sociais mais frequentes, enquadrando o biografado em modelos pré-determinados; a biografia e os casos extremos, esse tipo corre sempre o risco de ficar na singularidade extrema, mas é fascinante adentrar o texto biográfico ou autobiográfico pelas margens (os esquecimentos, silêncios e vazios); a biografia e contexto, importante por considerar a época, o meio e a ambiência como fatores capazes de capturar a singularidade de trajetórias de vida e, por fim, a biografia e hermenêutica caminham junto com a antropologia interpretativa e sugerem um método de alternância entre perguntas e respostas no interior do texto.¹⁸¹

Levi demonstra que as possibilidades oriundas da união entre biografia e história não se esgotam nessas tipologias. Procuramos uma junção das características de cada uma delas: a singularidade dos casos extremos adicionada às variantes infinitas que o contexto apresenta, mais a interpretação dos indícios e fragmentos sem intenções generalizantes.

A meu ver a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante, da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições.

Em suma, Levi não nega que o estilo próprio de uma época, as experiências comuns e reiteradas e as especificidades de cada grupo são representações

¹⁷⁹ LEVI, 2005, p.167 – 168.

¹⁸⁰ Ibidem, p.168 - 169.

¹⁸¹ Ibidem,177 - 178.

coletivas que interferem na memória individual. “Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social”.¹⁸²

Como uma impressão digital, o “pequeno x” nos revela tanto os grupos que dialogam com o sujeito e influenciam sua personalidade quanto a subjetividade do ser, o indivíduo utiliza o livre arbítrio e escolhe sozinho.

Bourdier utiliza a metáfora das encruzilhadas para exemplificar o *pequeno x*, apresentado por Loriga como variante importante para a historiografia. A biografia apresenta a vida como relato de uma existência individual que escolhe um caminho, um ambiente, um grupo em uma época determinada. Mas toda trajetória de uma vida possui desvios, encruzilhadas que despertam à dúvida. A liberdade de frear o curso de uma vida. O indivíduo é uma construção social com infinidade de diferenças singulares, assim cada arranjo individual é uma variante estrutural.¹⁸³

Importante para nosso exame são as considerações de Bourdieu sobre o relato autobiográfico, a preocupação para quem escreve sobre si é dar sentido, tornar razoável e extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva. As técnicas literárias oferecem uma constância ilusória e uma consistência irreal, procurando identificar causas e efeitos inexistentes. O narrador-protagonista tem a tendência de se tornar ideólogo de sua própria vida, buscando conexões entre certos acontecimentos significativos e tentando estabelecer coerência. Essa disposição é comum no biógrafo, que, em sua interpretação e construção narrativa, aceita a criação artificial de sentido.¹⁸⁴

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.¹⁸⁵

Para o historiador fugir dessa *ilusão biográfica*, Bourdieu aponta a condição de descrever a superfície social e confrontá-la com esquemas evolutivos e a personalidade do sujeito. Observando o conjunto das posições simultaneamente ocupadas em um dado momento por uma individualidade pertencente a um plano

¹⁸² I LEVI, 2005, p.182.

¹⁸³ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 6. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005, p. 183.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 184 -185.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 185.

social, “que age tendo como suporte um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agentes eficientes em diferentes campos”.¹⁸⁶

Espaço, tempo e o “pequeno x”, variantes que sublinham o poder da individualidade e da superfície social que mostra a multiplicidade de campos possíveis para o entendimento individual de normas e representações coletivas. A história e a biografia encontram-se na contradição e aproximação, simultaneamente, do individual com o coletivo.

Ao desafiar a biografia como problema, o historiador deve estar consciente dos perigos das ilusões biográficas que tentam recuperar um relato totalizante, rígido e sequencial de forma forçosa. Um olhar desatento às margens, rupturas e incongruências do agir humano corre o risco de não sair de uma interpretação superficial sobre a memória, não encontrando a função dos vazios, esquecimentos e silêncios no texto, abusos reveladores, inexistentes na aparência. Sair da superfície, adentrar no interior dos sentidos (significação) da biografia é tocar profundamente em uma *história biográfica*.

¹⁸⁶ BOURDIEU, 2005, p. 190.

4 ESQUECIMENTO OU ESTRATÉGIA DE ENCOBRIMENTO?

*“Se todas as pessoas anotassem diariamente num caderno seus juízos, pensamentos, motivos de ação e as principais ocorrências em que foram parte, muitos, a quem um destino singular impeliu, poderiam igualar as maravilhosas fantasias descritas nos livros de aventuras dos escritores da mais rica fantasia imaginativa. O aparente prosaísmo da vida real é bem mais interessante do que parece. Lembrei-me que, se anotasse diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos de minha vida como quem escreve apenas para si mesmo, e não para o público, teria aí um largo repositório de fatos a examinar e uma lição contínua da experiência a consultar”.*¹⁸⁷

Esse trecho inaugura o diário de Getúlio Vargas¹⁸⁸ e manifesta a consciência de um homem que escreve para si. Escrever um diário é concentrar-se em sua própria pessoa, manusear lembranças, recordar e abusar das memórias através da escrita.

Aprender com o passado e a experiência, o desejo de Getúlio Vargas descrito nessas linhas é comum. Quem nunca sentiu a necessidade de recordar, deixar registrado os seus feitos, pensamentos e sensibilidades para depois lê-los? Lembrar as ações diárias e convívios estabelecidos em lugares sociais?

Muitas vezes iniciamos um livro de memória, escrevemos sobre amores não correspondidos, fazemos listas de nossos desejos e projetos para o ano que virá ou narramos nossos dias em linhas fragmentadas e repletas de visão de mundo. O diário de Vargas revela-se um guia para suas memórias, repleto de ambiguidades, são escritos que buscam a cumplicidade ao mesmo tempo que denunciam o medo de ser lido e revelado. Vargas selecionou as memórias, escolheu como deixá-las registradas. O ato de escrever constitui um processo de organização de pensamentos e remete à escolha estilística e ética “do que” e como” recordar.

Confidentes e amigos, os diários pessoais estão associados ao cotidiano e são praticados na intimidade. Getúlio Vargas escreve para si, chega a dialogar com

¹⁸⁷ VARGAS, Op. Cit., p.03, 3 de outubro de 1930.

¹⁸⁸ Os registros diários de sua vida foram cuidadosamente preservados em doze cadernos de variados tamanhos e tipos, entre os anos de 1930 e 1942. Editados e publicados em dois volumes, recentemente, por sua neta e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, Dr^a Celina Vargas do Amaral Peixoto, 42 anos após sua morte. São escritos que compõem um mosaico que integra as maneiras de se perceber no mundo, são discursos que constroem/desconstroem o sujeito político e homem comum que foi Getúlio Vargas. Comportam um corpo documental de inestimável valor como fonte histórica e podem fornecer informações e indícios sobre práticas cotidianas expressas em hábitos, costumes, valores e representações de uma época e, como tal, analisados a partir do conceito de lugares de memória.

o próprio *eu*: “tudo isso é comigo e, se escrevo aqui, não falo a ninguém”¹⁸⁹. Ao mesmo tempo em que registra realizações, dificuldades, prazeres e dissabores vividos no público, faz menções metaforizadas de fatos e pessoas e expõem impulsos, crises e segredos. Lugar das sensibilidades, os diários como fontes históricas se oferecem a um processo de interpretação.

Os diários são exercícios da memória materializados na escrita e relatos de práticas sociais. Entrelaçam fios e nós, formam redes, histórias de encontros e desencontros, indicam relações sociais, proximidades e distâncias entre grupos.

O que leva a escrever um diário? Algumas pessoas escrevem diariamente sobre suas vidas, sua rotina e os principais acontecimentos. Outros já tentaram, mas logo desistiram. A maioria nunca nem começou. Talvez por medo de recordar, conhecer-se na intimidade, pela falta de tempo e rotina ou por não ver razão para escrever.

Diário é o lugar no qual escrevemos ou detalhamos episódios, ações e efeitos de acontecimentos. Escrevemos para nos conhecer, reconhecer e recordar quando preciso.

O diário como “escrito recapitulativo, quase sempre retrospectivo”, pode ser classificado como gênero literário que surge no final do século XVIII, tendo como gênese o Ocidente.¹⁹⁰ Na Europa, a reforma protestante e o iluminismo contribuíram para emancipar o indivíduo, pois permitiram o exame e reflexão individual. Os diários, memórias e biografias são atos autobiográficos que dialogam desde o século XIX com o romance, emprestando e pegando emprestado as formas mais adequadas de narrar os eventos que se propõem a descrever.¹⁹¹

No século XIX a casa burguesa com seus espaços individualizados possibilitou a escrita de si. Em particular, o quarto instituía um refúgio para a intimidade e foi uma condição material que estimulou a produção de diários pessoais. Nesse cenário, escrever sobre e para si era uma prática feminina, ligada a ascensão da burguesia e advento das cidades. A produção dos diários contribuiu para a alfabetização da mulher, porque servia ao aprendizado da escrita. Os diários escritos por jovens burguesas do século XIX tinham a função social de preencher o

¹⁸⁹ VARGAS, 1995, Vol. II, p 100, 11 de setembro de 1939.

¹⁹⁰ CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Revista Estudos Históricos**, Vol. 11, No 21, 1998, p.46.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 22- 24.

vazio aberto do final da infância até o casamento.¹⁹² As mulheres ficavam à espera do matrimônio por receberem quase nenhuma formação profissional. Nesse contexto, almejar o mundo do trabalho era praticamente impossível. As diaristas interiorizavam normas sociais e aprendiam sobre si mesmo. As pesquisas relacionadas ao tema consideram que poucas mulheres continuavam a escrever depois de casadas.¹⁹³

Os diários também adentraram a casa e vida burguesa como forma de registrar os gastos e compras do lar, um livro de registro das transações comerciais da família na cidade.¹⁹⁴

Na história do Brasil, escrever um diário era prática inexistente antes do século XX. Mello supera o argumento religioso lançado por Gilberto Freyre de que a falta de “exame de consciência” individual era consequência das reflexões feitas exclusivamente no confessionário, junto ao padre. Mello aponta outras explicações que dificultavam o exercício da escrita pessoal: o baixo grau de educação até as primeiras décadas do século XX e a carência da “cultura da vida privada” nos países de colonização ibérica, ao contrário dos lugares em que predominou a proposta protestante.¹⁹⁵

Mesma perspectiva levantada por Magalhães ao refazer a história da prática e função social dos diários no Brasil do século XX. Segundo o autor, os atos autobiográficos ganhariam força no Brasil “apenas tardiamente, em tempos mais modernos, [...] vulgarizar-se-ia a escrita do diário”¹⁹⁶.

Em geral, os sujeitos que escrevem diários não desejam vê-los expostos. É medo constante do diarista ter seus escritos descobertos e lidos. Mas mudanças sociais e culturais ocorridas ao longo do século XX, sobretudo na segunda metade,

¹⁹² ALBERCA, 2000, p.12

¹⁹³ Cf: ALBERCA, Manuel. Tres calas em los diários de las adolescentes. IN: CASTILLO, António (org). **La conquista del alfabeto**. Escritura y clases populares. Astúrias; Trea, 2002; PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.9. nº 18, 1989. p. 9-18; LEJEUNE, Philippe. **Le moi de demoiselles**. Enquêtesurlejournal de jeunefille.Paris: Seuil, 1993. Os três autores constroem pesquisas que convergem para a idéia de havia um período na vida social feminina que permita a escritura sobre si.

¹⁹⁴ MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle. (Org.). **História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 194 -195.

¹⁹⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: NOVAIS, F.; ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 386 -388.

¹⁹⁶ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Diário Íntimo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.21.

permitem conjecturar que, no formato e função original do século XVIII, a recorrência à escrita dos diários diminuiu.

Os estudos de Zahidé Muzart sobre os diários no final do século XX ressaltam o crescente aumento do número de *blogs* pessoais na Internet. O advento das novas mídias registra a tendência de que escrever sobre si, diariamente, não é mais um ato solitário. No fim do século XX e início do século XXI, a escrita de si é para “se dá a ver, um ato próximo ao exibicionismo”.¹⁹⁷

E, como sujeitos sociais do século XXI, já podemos distinguir em outros espaços para além dos *blogs* a divulgação da escrita de si e a necessidade de expor-se cotidianamente. Com os novos aparelhos celulares e seus aplicativos, o autor edita sua vida todos os dias. Viagens, alimentação, relacionamentos, trabalho, tudo é exibido no intuito de ser curtido e compartilhado. A vida é construída e publicada conforme o desejo do expositor. E, em grande parte das vezes, pretende ser bela, linear, sem ambiguidades e contradições para um olhar menos atento aos desejos e anseios de quem publica. Vivemos o florescer das redes sociais, novas e futuras fontes históricas de escritas de si, que devem ser lidas como representações de sujeitos e grupos sociais em determinado tempo histórico, são indicadores de hábitos, costumes e cultura.

No trato com fontes dessa natureza, convém ao historiador estar em alerta para o que Pierre Bourdieu apresenta por “ilusão biográfica”, um perigo, pois a trajetória de uma vida não deve ser lida como um movimento lógico, como um fio único. Falamos da ilusão da coerência perfeita nas ações e pensamentos do indivíduo.¹⁹⁸

Acrescentamos que esses atos são característicos da modernidade, que espalha a cultura da subjetividade. Quem fala ou escreve emprega argumentos fortes. A verdade é sempre individual. Artières avalia os motivos que levam o indivíduo a arquivar a própria vida e destaca os moldes de conservação da memória: autobiografias, diários, correspondência, testemunho, fotografias, filmagens, blogs, cartões-postais, etc.¹⁹⁹

¹⁹⁷ MUZART, Zahidé. Do navegar e de navegantes. IN: MIGNOT; BASTOS; CUNHA (org.). **Refúgios do Eu: Educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000, p.181-190.

¹⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996, p.138.

¹⁹⁹ ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1998, nº21, p. 09-34.

Os atos autobiográficos são algo historicamente e culturalmente localizados, não existiram desde sempre, sua gênese é condicionada à saída de uma sociedade tradicional rumo à modernidade. “[...] compõe uma emergência histórica em contraste com as sociedades tradicionais que tendiam a se sobrepor aos interesses individuais”.²⁰⁰

[...] o sujeito que se constitui por seu ato autobiográfico pode se constituir sob o olhar de Deus, sob um olhar que ele estima ser o seu próprio, ou ainda - para e com publicação ou não - sob o olhar dos outros. Mas essas diferenças (entre as quais seria possível separar nem tão grosseiramente assim os atos autobiográficos modernos) não são uma questão de temperamento dos autores ou de escolha estilística. Elas testemunham mudanças culturais da subjetividade moderna.²⁰¹

O indivíduo desempenha uma série de papéis sociais na vida moderna e os atos autobiográficos surgem da necessidade de produzir discursos em que o tema é sua própria vida.

²⁰⁰ GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. RJ: Editora FGV, 2004, p.12.

²⁰¹ CALLIGARIS, 1998, p.55.

4.1 Os diários e os historiadores

“[...] diários íntimos e autobiografias são escritos por motivos variados: respondem a necessidades de confissão, de justificação ou de invenção de um novo sentido. Frequentemente, aliás, esses três aspectos se combinam.” (Contardo Calligaris)

Diários íntimos guardados e preservados tornam-se vidas rasuradas, memórias recriadas, inventadas, reinventadas, imaginadas. Essas escrituras compõem arquivos pessoais de personagens históricos importantes, documentos que permanecem e resistem ao tempo, à censura do próprio escritor e à triagem das famílias. Quando o historiador mergulha nesses escritos, pode apreender saberes, crenças, valores e práticas sociais e políticas de um período e de atores ativos “capazes de gerar modos de pensar o mundo e construir realidades”.²⁰²

Guarda-memórias, atos autobiográficos ou escritas de si, são como chamamos os documentos dessa espécie, que apontam para outras formas de visibilidade de uma época. Fontes potenciais na observação de indícios sobre o cotidiano, sobre as formas de ver o mundo através da experiência individual.

Nessa perspectiva, os atos autobiográficos compõem um exercício particular, íntimo de registro do autor e dos acontecimentos que ele participa e observa; é um exercício de rememoração e recordação. Quando socializados, passam de registro da memória para objeto e fonte de exames históricos.

Interessa-nos pensar o foro íntimo, lugares onde são construídos os silêncios e os esquecimentos. O encontro da história com os atos autobiográficos permite examinar os conteúdos do diário como fontes reveladoras dos mecanismos de manipulações da memória.

Contardo Calligaris estabelece atos autobiográficos como narrativas escritas em que seus autores revelam profundamente sua intimidade, confessam seus desejos, sonhos, opiniões, ideias e valores que dificilmente seriam colocados em ambiente público ou seriam percebidos em documentos oficiais.²⁰³

Os registros privados de políticos (cartas, bilhetes, diários etc.) constituem um denso material para o estudo da memória, território habitado pelos historiadores e cientistas sociais.

²⁰² CALLIGARIS, 1998, p.9

²⁰³ Ibidem, p.20-21.

Nas últimas décadas, cresceram os estudos historiográficos que se dedicam ao exame de escritas de si. Evidenciamos estudos com diários realizados no Brasil, Argentina, França e Espanha. Destacamos as pesquisadoras brasileiras Marina Maluf²⁰⁴, Maria José Motta Viana²⁰⁵, Maria Teresa Cunha²⁰⁶ e Ângela de Castro Gomes²⁰⁷ que analisam a relevância de narrativas íntimas e pessoais, observando a relação profunda entre memória e história. Na França, elegemos os trabalhos de Philippe Lejeune²⁰⁸ e Roger Chartier,²⁰⁹ que consideram os escritos íntimos fontes históricas e problematizam sua função social, e a pesquisadora francesa Heyden-Ryns²¹⁰ que discute o diário como prática feminina. Na Espanha, os trabalhos de Manuel Alberca²¹¹ e António Viñao²¹² relacionam a escrita de cunho privado e a sociedade detentora de sua produção. Na Argentina, sublinhamos os estudos de Leonor Arfuch²¹³ que consideram a participação dos atos autobiográficos na construção da história moderna.

As escritas de si ou atos autobiográficos caracterizam-se pela autenticidade e são produzidos pelo “autor-editor-protagonista-narrador”. Lejeune define autobiográfico como texto literário que expõe a vida de um indivíduo. “Auto” remete

²⁰⁴ MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

²⁰⁵ VIANA, Maria José Mota. **Do sótão à vitrine: Memória de mulheres**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.

²⁰⁶ CUNHA, Maria Teresa. **Diários pessoais: territórios abertos para a História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

²⁰⁷ GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

²⁰⁸ LEJEUNE, Philippe. **L'autobiografia em France**. Paris: A. Colin, col. U2, 1973.

²⁰⁹ CHARTIER, Roger (Org). **La correspondance. Les usages de la lettre au XIX^e siècle**. Paris: Fayard, 1991.

²¹⁰ HEYDEN-RYNSCH, V. von der. **Écrire la vie**. Trois siècles de journaux intimes féminins Paris: Gallimard, 1998.

²¹¹ Cf. ALBERCA, Manuel. El arte de la mentira para mejor decir la verdad: propuesta para una lectura transitiva de César Aira. In: AIRA, César. **Um episódio dans la littérature argentine de fin de siècle**. Paris, Publicaciones de la Universidad de Vincennes-Saint-Denis/París VIII; El pacto ambiguo. In: **Boletín de la Unidad de Estudios Biográficos**, 1. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996, p.9-19; En las fronteras de la autobiografía. In: **Escritura autobiográfica y géneros literarios**. Jaén: Universidad de Jaén, 1999, p. 58-67; En torno a la autoficción. In: **Boletín de la Unidad de Estudios Biográficos**. Barcelona, Universidad de Barcelona, 2001, p. 175-179; La autoficción, ¿futuro o pasado de la autobiografía española?. In: **Autobiografía y literatura árabe** Toledo: Escuela de Traductores de Toledo/ Ediciones de la Universidad de Castilla - La Mancha, 2002, p.41-43; La autoficción hispano americana actual: disparate y autobiografía en *Cómo me hice monja*. In: **Le moiet l'espace. Autobiographie et autofiction dans les littératures d'Espagne et d'Amérique Latine**. Saint-Étienne: Université Jean Monnet, 2003, p.329-338.

²¹² VIÑAO, António. **Las autobiografías, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipología y usos**. TEIAS: Revista da Faculdade de Educação/UERJ.- n.1, jun. 2000, p.82-97.

²¹³ ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico**. Dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

ao “eu” que escreve sobre si, narrador e protagonista complexo e singular, e “bio” sugere o movimento, a trajetória de uma vida.²¹⁴

Calligaris entende que o sujeito moderno fala de si e de seus atos por necessidade. Deixa claro que as manipulações das escritas de si e a escolha poética é decidida por nossa vida coletiva. Os atos autobiográficos tentam reconstruir a história do sujeito na presença e interação com os outros. Logo, silêncios e esquecimentos são consequências das escolhas e trajetórias que envolvem o narrador e o meio.²¹⁵

As escritas de si ou atos autobiográficos adquirem importância documental cada vez maior na historiografia atual, sobretudo, em análises das representações, experiências e forma como o sujeito se percebe e atribui sentido à realidade vivida. Os diários transformam-se em fontes historiográficas, observando-os, os historiadores se veem-se diante da possibilidade de pensar o indivíduo para atingir o coletivo.²¹⁶

²¹⁴LEJEUNE Philippe. **Le Pacte autobiographique**, Paris :Seuil, 1975, p.193.

²¹⁵CALLIGARIS, 1998, p.54-55.

²¹⁶ Ibidem, p.45.

4.2 Ecos dos esquecimentos no diário de Vargas

“Quantos homens em um homem! Como seria injusto, para esta criatura móvel, estereotipar uma imagem definitiva!” (Jules Michelet)

Getúlio Vargas durante um período de sua vida, entre 1930 e 1942, coincidentemente com sua permanência no poder, tinha por hábito escrever o dia a dia de suas atividades. Seu diário está repleto de juízos de valor e riqueza de detalhes, incluindo comentários acerca dos encontros políticos realizados, preocupações sobre intrigas e boatos que proliferavam naquela época.

Refletir sobre si, seus dilemas, escolhas, erros, alegrias, problemas e pensamentos. Externar na linguagem o que a memória reteve, o que de mais interessante ou marcante merece ser preservado como parte da história de vida do sujeito que escreve. Alguns detalhes que antes passaram despercebidos, considerados de pouca importância no momento que ocorreram, mas que no diário tomam outra conotação. Analisados como atos autobiográficos, esses textos são encontrados em quatro formatos sugeridos por Calligaris:

a. autobiografia e biografia; b. diário íntimo (*journal*), geralmente afastado dos eventos externos, meditativo, que desenvolve uma imagem de vida interior; c. o diário (*diary*): anotações no dia-a-dia sem a ambição de estabelecer ou propor um *pattern*; d. as memórias (*memoirs*): anotações dos fatos, sobretudo os acontecimentos externos, como para se lembrar do que aconteceu.²¹⁷

O diário pessoal de Getúlio Vargas corresponde a texto literário misto (*jornal, diary e memoirs*), uma fonte histórica que não pode ser entendida como verdade absoluta. Omissões, acréscimos e transferências são peças de criação de quem escreve.²¹⁸

O que buscamos nós, historiadores, nesses materiais? Considerando os diários como fontes históricas, procuramos indícios para compreender outros tempos.

Qualquer pesquisa historiográfica que tenha como objetivo explorar atos autobiográficos como reveladores de abusos e manipulações da memória não pode deixar de abordá-los como formas textuais capazes de elucidar tramas, práticas e

²¹⁷ CALIGARIS, 1998, p.46.

²¹⁸ Elencamos a ideia de verdade para si. Assim, sugerimos a possibilidade de verdades e histórias múltiplas. E, nos afastamos da concepção de uma história única, totalizante, criadora de estereótipos.

representações de uma determinada época e que permitem enxergar os imaginários coletivos.

Ao localizar os esquecimentos e silêncios do diarista Vargas, afastamos nossa interpretação dos estudos historiográficos que tendem a analisar os personagens como destituídos de desejos e escolhas.

Ao analisar o diário de um político que ocupou em sua época posição proeminente na administração pública brasileira e registrou suas impressões pessoais e íntimas e informações sobre sua rotina e trabalho em diferentes momentos de sua vida (pública e privada), aceitamos a posição desenvolvida no ensaio de Elisabeth Bruss: são atos performativos, que o sujeito escreve na intenção de produzir um personagem de si.²¹⁹

Inventar e exercitar a memória, criando a lembrança, silêncios e esquecimentos em atos autobiográficos, é construir verdades e percepções manipuladas e corrompidas voluntariamente.

Sobre a manchete mencionada anteriormente, *Soviets no Brasil!*, publicada em 26 de junho de 1935 pelo jornal *O Globo*, Lira Neto afirma que a matéria foi

[...] endossada no editorial pelo próprio diretor da publicação, o jornalista Roberto Marinho, denunciava a existência de agentes russos no Rio de Janeiro e dizia que o governo deitara a unha em um documento sigiloso, produzido em Moscou.²²⁰

Falamos sobre as estratégias do governo varguista no intuito de gerar comoção pública que legitimasse a instalação de medidas repressivas e levassem ao governo autoritário. Identificamos a memória do diarista associada aos grupos desejosos pela vitória da via autoritária e em flerte constante com segmentos da imprensa. O diarista Vargas não fala a respeito da reportagem, mas vejamos o que registra: “Veio agradecer-me e prevenir-me sobre as conspirações para um movimento subversivo, segundo informações que havia recebido.”²²¹ Vargas se refere ao senador da situação José Américo, integrante da alta hierarquia do governo que vai ser o nome apoiado por ele para as eleições de 1938. José Américo vai ao Palácio do Catete no dia da reportagem agradecer a Vargas pelo

²¹⁹ BRUSS, Elisabeth. **Autobiographical acts**: the changing situation of a literary genre. Baltimore: University Press, 1976, p.56.

²²⁰ NETO, 2013, p.228.

²²¹ VARGAS, Getúlio. **Diário**. Vol. I, Rio de Janeiro: FGV, 1995, p. 399, 25 e 26 de junho de 1935.

comprometimento em lhe nomear ministro do Tribunal de Contas e aproveita para alertá-lo sobre as conspirações subversivas.

No fragmento não há qualquer menção à reportagem que saiu no jornal de veiculação nacional, nem em qualquer outro trecho do diário. O que não significa que o presidente não houvesse lido ou sido comunicado, fato comprovado pela visita de José Américo: no mínimo, fica acertado que o governo sabia de uma conspiração. Vargas não revela, mas as insurreições foram estratégicas para o governo, que pode a partir daí enterrar a Constituição de 1934.

Suspeitamos de que “a reportagem se baseava em murmúrios repassados por elementos do governo”²²², pois anterior à data da reportagem, Getúlio Vargas registra a visita do embaixador inglês, Sir. William Seeds, que lhe trouxe documentos secretos britânicos sobre a presença de um comitê russo operando no Brasil. Justamente, os documentos citados pelo jornal *O Globo*.²²³

Do mesmo modo, podemos conjecturar que Vargas sabia dos levantes de novembro de 1935 antes da eclosão, o que justificaria a ação rápida do governo que levou ao fracasso imediato do movimento. Essa afirmativa prevalece pela narrativa abstrata do diário: “talvez estejam próximos os que se preparam na sombra – pelo menos próximos a ser conhecidos”.²²⁴

Esse trecho é figurativo. Nele a oposição política prepara-se na “sombra”. Há uma performance para acontecer: sujeitos desconhecidos aparecerão das sombras. Vargas utiliza a metáfora para se referir à clandestinidade do movimento que ia eclodir em novembro de 1935, a Intentona Comunista. Desse modo, quando utiliza a expressão “os que se preparam na sombra”, o pronome “os” refere-se aos conspiradores e demonstra que o presidente sabia da existência de um movimento organizado para uma possível tomada de poder. A utilização do pronome e o teor da frase indicam que, em sua escrita e recordação memorialística, Vargas preferiu ocultar os nomes dos conspiradores, encabeçados pelo líder brasileiro do PCB Luiz Carlos Prestes ou, ainda, tinha dúvidas quanto às identidades dos envolvidos. A primeira hipótese irá se confirmar na própria escrita, dias depois, em cinco de

²²² NETO, 2013, p.226.

²²³ VARGAS, 1995, vol. I, p.226- 227.

²²⁴ Ibidem, p.414, 16 e 17 de agosto de 1935.

novembro, “tudo isso coincide com os avisos de preparo da Revolução Comunista incitada por Prestes e que deve explodir no dia 10”.²²⁵

“Não foram, pois, estes dias muito tranquilos, e estamos no limiar de acontecimentos maiores”²²⁶, escreve Vargas em novembro de 1935, mês da Intentona Comunista. A expressão “acontecimentos maiores” silencia e oculta os levantes, que, de acordo com o diarista, estariam próximos de acontecer.²²⁷

No dia 10 de novembro não há no diário nenhuma menção da agitação comunista, pelo contrário, existe somente um breve registro dos levantes nos dias 24 e 25 de novembro que serão dominados no dia seguinte, conforme conta Vargas.

Os silêncios do diarista são quebrados, em relação ao movimento comunista, de forma metafórica em diferentes trechos e, de certo modo, enigmáticos: os que “estão na sombra”, que preparam “acontecimentos maiores” e espalham “boatos de desordem”.²²⁸

Os esquecimentos e silêncios em relação aos levantes que a historiografia costuma chamar de Intentona Comunista indicam uma certa tendência do narrador em diminuir o movimento e seus efeitos nas memórias construídas através das escritas pessoais. Ainda, a metáfora da “sombra” e o pronome “os” ajuda a generalizar os conspiradores e retirá-los da recordação, a estratégia não é negá-los, mas não nomeá-los. Quando não há nomes, fica fácil de serem esquecidos, não se constroem heróis nem mitos.

Ao mesmo tempo que encontramos certa diminuição do movimento e ausência do tema da articulação comunista e eclosão do movimento de forma clara no diário, vislumbramos, em quase todos os fragmentos, detalhes das suas atividades políticas no ano de 1935, 1936 e 1937.

Encontramos grande quantidade de trechos sobre a articulação da imprensa com o governo para difundir a propaganda anticomunista. Os pactos acertados entre os dois são explicitados no diário. Vejamos,

A noite, recebi o jornalista Paulo Bittencourt, que havia solicitado uma audiência. Conversamos longamente, afirmando ele que deseja auxiliar a ação do governo na sua campanha contra o comunismo.²²⁹

²²⁵ Ibidem, p.436, 05 e 06 de novembro de 1935.

²²⁶ Ibidem, p.436, 5 e 6 de novembro de 1935.

²²⁷ VARGAS, 1995, vol. I, p.436, 5 e 6 de novembro de 1935.

²²⁸ Ibidem, p.440, 14 de novembro de 1935.

²²⁹ Ibidem, p.454, 14 de dezembro de 1935.

Bittencourt é um dos fundadores do jornal *Correio da Manhã* e, essa passagem do diário evidencia o pacto estabelecido entre imprensa e governo contra a “ameaça vermelha”. Esse acordo prevalecerá durante todo o ano de 1936 e será assinado por todos da imprensa, de maneira geral. É a imprensa a serviço do Estado.

Se o diarista calou-se a respeito da leitura antecipada do governo sobre os levantes, a imprensa abertamente relatou o que todos sabiam: havia ecos de insatisfação que se articulavam com a ajuda de comunistas para a eclosão de levantes no Brasil. Os esquecimentos e silêncios no diário não calam o fato de que Getúlio sabia da conspiração e fazia acordos para combater os movimentos com os militares e a imprensa, que se encarregava de levar medo a todos, por propagandas massivas anticomunistas.

Dessa forma, os levantes foram logo reprimidos e nunca tiveram a participação do povo. A opinião pública tremia diante dos “fantasmas” que vinham vestidos de vermelho e eram estampados nos jornais e lidos nas manchetes. Tudo como combinado e previsto caminhava para manter Getúlio Vargas nos “campos elísios”.

O diarista Vargas escreve sobre os pactos entre governo e imprensa para derrotar o inimigo comum: a ameaça comunista. Fica claro que houve uma convocação dos representantes da imprensa feita pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural:

[...] recebi depois os representantes da imprensa que eu havia convocado por intermédio do Lourival Fontes, diretor do Serviço de Propaganda. Compareceram mais de cinquenta representantes da imprensa residentes nesta capital, havendo também correspondentes de jornais estrangeiros.²³⁰

Outro assunto que rodeou a imprensa e os escritos de Vargas no período desta análise (1935 – 1937) é a eleição para presidente prevista para janeiro de 1938. Começa uma proliferação de candidatos no fim de 1935 e início de 1936. Encontramos no diário um parágrafo revelador de silêncios.

O horizonte político enche-se de boatos. Os jornais anunciam a vinda do Maurício e a recomposição do Ministério. Flores espalha que eu desejo permanecer no poder além dos quatro anos da eleição, mas que ele se oporá. Até agora, porém, eu ignorava o motivo desses zelos democráticos do general, porque sempre estive nos meus

²³⁰ VARGAS, 1995, vol. I, p. 466, 09 de janeiro de 1936.

propósitos, findo o quadriênio, transmitir pacificamente o governo ao meu substituto e ir descansar. Ontem, porém, tive a explicação desses boatos.²³¹

Esqueceu o diarista de mencionar que a acusação foi feita por um pré-candidato que pouco lhe agradava: seu conterrâneo, Flores da Cunha. Esse desafeto fizera uma declaração pública de que Vargas o convidara para um golpe de Estado, esse é o boato sobre o qual o diarista silencia. É uma entrevista dada pelo chefe gaúcho em 16 de março de 1936 ao *Correio do Povo*, em que afirma que faria tudo o que estivesse ao seu alcance “para tirar da cabeça de certas pessoas a ideia de implantar mais uma ditadura, não importa a coloração”²³². Getúlio, a partir desse ponto, passa a referir-se à Flores da Cunha no diário com adjetivos que vão de “intrigante” a “mentiroso”. “Flores é tão volúvel e farsante que o melhor é não me preocupar com a sua pessoa”²³³, decide.

Do mesmo modo, a análise até aqui empreendida nos remete a mais um esquecimento voluntário: Vargas não queria o retorno à democracia. Mas nas escritas quer contar uma história diferente, nela, seu desejo é passar pacificamente a presidência no fim de quatro anos para um candidato único. Ao escolher essa lembrança inventada, encobre os verdadeiros desejos.

O que o diarista esquece voluntariamente no momento do fato, escapa e é lembrado em outro fragmento um ano depois. Nele deixa claro sua visão sobre o retorno à democracia e fim do regime de exceção em meio a tempos de instabilidade econômica:

O primeiro ano de ditadura, 1931, foi um ano de rigorosa economia, cortes nas despesas, redução de vencimentos, a começar pelo presidente da República, suspensão de obras etc. Esse golpe inicial em todos os abusos e despesas adiáveis precisaria pelo menos de três anos para alcançar os seus resultados, e teríamos o almejado equilíbrio orçamentário, apesar das dificuldades externas criadas pela crise econômica. Para isso, seriam necessários pelo menos três anos de ditadura, fazendo administração e alheados da clientela política e dos partidos. Infelizmente, não foi possível, e a maior responsável por essa obra de perturbação foi a celebre Frente Única do Rio Grande do Sul, dirigida pelos Srs. Borges de Medeiros e Raul Pilla – dois lunáticos e despeitados que sabotaram a obra da ditadura e açularam a revolução de São Paulo.

O apressamento da volta precipitada do país ao regime constitucional foi obra da Frente Única do Rio Grande do Sul, com o apoio de Flores da Cunha e Osvaldo Aranha. Tudo isso já estava assentado, resolvido

²³¹ Ibidem, p. 487, 16 de março de 1936.

²³² CORTES, Carlos. **Política Gaúcha** (1930–1964). Porto Alegre: s. n., 1954, p.113.

²³³ VARGAS, 1995, vol. I. 539, 01 de setembro de 1936.

em franca execução quando sobreveio a revolução de São Paulo. Revolução constitucionalista? Não, porque a data das eleições estava marcada solenemente para o dia 3 de maio de 1933 e os tribunais eleitorais já constituídos!²³⁴

Encontramos no diário um texto enigmático,

Domingo, dia de chuva e de enfado. Só. As naturezas, mesmo as mais adustas, sentem necessidade de um refúgio carinhoso que lhes adormeça os sentidos e lhes dê a impressão, embora ilusória, de que nem tudo o que as cercam é feito de interesse.²³⁵

“As naturezas” representam o narrador, que percebe a necessidade de isolar-se. No “refúgio”, há a ilusão de que não existe “interesse” nas relações estabelecidas. Uma metáfora utilizada pelo diarista para distanciar-se dos jogos políticos estabelecidos nesse tempo: crise no Rio Grande do Sul, intrigas com Flores da Cunha e surgimento precoce de pré-candidatos para uma eleição de que era contrário.

De acordo com os assuntos, temas e tramas que envolvem os dias posteriores e anteriores ao fragmento, sugerimos duas situações específicas metaforizadas pela expressão “feito de interesse”: a primeira, a prisão de Pedro Ernesto em três de abril de 1936, que para Vargas era dúvida. “Tenho dúvidas se este homem é um extraviado ou traído, um incompreendido ou um ludibriado. Talvez o futuro esclareça.”²³⁶ O presidente não tinha certeza da ligação de Ernesto com o comunismo e, em algum momento, cogitou que fosse uma articulação vitoriosa de Adalberto Correa. O diarista Vargas recebeu acusações contra o prefeito feitas por Correa, que se mostrou “tenaz perseguidor”²³⁷ de Pedro Ernesto.

O ministro da justiça, que está em Petrópolis, julga conveniente, para o prestígio do governo na opinião pública, a prisão do prefeito Pedro Ernesto. Disse-lhe que, se o chefe de polícia a solicitasse como necessária, acompanhando o pedido dos elementos de prova, eu não poderia me opor.²³⁸

Mesmo não tendo certeza da veracidade das acusações contra Ernesto, conforme escreve para si, Vargas atesta sua prisão para justificar ações futuras não mencionadas em seu diário. Por exemplo, quando o julgamento de Pedro Ernesto se

²³⁴ Ibidem, p.536, 21 de agosto de 1935.

²³⁵ VARGAS, 1995, vol. I, p.492, 29 de março de 1936.

²³⁶ Ibidem, p. 494, 3 e 4 de abril de 1936.

²³⁷ Ibidem, p.491, 26 de março de 1936.

²³⁸ Ibidem, p.493, 01 de Abril de 1936.

aproximava, em março de 1935, o governo aprovou no Congresso a prorrogação do Estado de Guerra no país.²³⁹

A segunda situação é a turbulenta relação de Vargas com Flores da Cunha. O diarista destaca, nos dias posteriores, sua decepção em relação aos interesses de Flores à presidência e os ataques por ele proferidos em abril de 1936. Destacamos dois trechos do dia 09 de abril: “[...] curioso mesmo, o Flores dizendo que eu pretendo eternizar-me no governo,” e “em resumo, o Flores, paladino das liberdades públicas e da democracia, contra ameaça de um golpe de Estado, encarna o poder civil. Belo programa de candidato à presidência!”²⁴⁰

“Apesar da minha aversão pelas tricas políticas sobre a sucessão presidencial, elas são tecidas e destecidas pelos mesmos homens”²⁴¹, afirma Vargas. Quem seriam esses homens? O que são tricas políticas? O diarista *esqueceu* de dizer que esses homens são Flores da Cunha e parte da oposição gaúcha no sul, Armando Sales em São Paulo, e integrantes da alta hierarquia do Governo Federal como Osvaldo Aranha.

As “tricas políticas” partiam de todos os lados e significavam declarações e entrevistas publicadas ou mesmo que censuradas, reproduzidas clandestinamente e difundidas. Também acordos entre grupos e disputas de cargo que se davam abertamente em negociações feitas pelo próprio Vargas com possíveis candidatos, em troca da renúncia de suas candidaturas.

Enquanto o diarista silencia, sugerindo que não deseja registrar nos seus escritos os nomes dos homens que tramam contra ele, em outro momento deixa escapar as notícias que chegavam de suas ações, dando-nos as pistas para afirmarmos quem são:

O Flores continua tramando, conspirando, fazendo acordos. Está com fobia da sucessão presidencial, quer forçar a discussão este ano, e faz acordos em todos os sentidos – chegou a mandar oferecer apoio ao Armando Sales para a candidatura deste.²⁴²

Outro trecho é mais uma confirmação do que Vargas silencia ao chamar de “tricas e mexericos” políticos: “O Flores, depois de tentar as candidaturas Armando

²³⁹Cf: ABREU, Alzira Alves de. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pos-1930**. 2. ed. rev. e atual. -. Rio de Janeiro: Ed. FGV: CPDOC, 2001. Ver verbete Pedro Ernesto.

²⁴⁰ VARGAS, 1995, vol. I p. 496, 09 de abril de 1936.

²⁴¹ Ibidem, p.535, 18 de agosto de 1936.

²⁴² Ibidem, p. 537, 27 de agosto de 1936.

Sales, Medeiros Neto, José Américo e outras, e nada conseguir, aliou-se aos adversários mais odientos do governo – perrepistas, Bernardes, Mangabeira, etc.”²⁴³

Esses fragmentos sugerem que nada parecia escapar aos olhos do diarista que observava atento as tramas para a sucessão presidencial que se aproximava. Os acordos tentados por Flores deixam Vargas preocupado, sobretudo quando a bancada de oposição rio-grandense aproxima-se dos paulistas e do líder mineiro Arthur Bernardes. O olhar onisciente de Vargas percebia a aproximação de Flores e Armando Salles e as ambições próprias de Oswaldo Aranha. Escreveu em seu diário: “[...] Juracy, Flores, Oswaldo e os representantes dos dois partidos de São Paulo tentaram escolher um candidato, mas não conseguiram, porque uns queriam ser o candidato e outros queriam fazê-lo”²⁴⁴. Interesses distintos decretam a impossibilidade de um acordo em torno de um único candidato.²⁴⁵

O governador Juraci Magalhães calculou que fazer um nome de consenso entre as múltiplas correntes do cenário político e apresentá-lo a Vargas como candidato único seria a forma de impedir os efeitos colaterais da disputa eleitoral que Vargas dizia querer evitar.²⁴⁶

“Tricas políticas” também podem ser entendidas como as contínuas “explorações políticas e os pretextos de que eu preparo minha reeleição, para a mobilização de Flores, quase 15 meses antes da eleição. Só mesmo um maluco”²⁴⁷.

Ao tentar silenciar as conspirações, o diarista acaba revelando em detalhes seus inimigos políticos.

“Quanto tempo se perde com essas tricas enfadonhas e irritantes”, pensa Vargas. “Tricas”, no diário, ainda representam os silêncios de Vargas a respeito das divergências nas relações políticas. Nesse caso específico, “tricas” são as informações e reclamações trazidas por Oswaldo Aranha após discutir com Juraci sobre o nome de Armando Sales, “as amarguras e recriminações do Juraci e de seus compromissos com Armando Sales para candidato único, e da discussão que com ele tivera diante de outras pessoas”.²⁴⁸

²⁴³ Ibidem, p. 541, 6 a 8 de setembro de 1936.

²⁴⁴ VARGAS, Getúlio. *Diário*, Rio de Janeiro: FGV, 1995, vol. II p.24,06 de março de 1937.

²⁴⁵ Silva, Hélio. **1937**: todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro: editora Civilização brasileira, 1970, p.313.

²⁴⁶ NETO, 2013, p.286.

²⁴⁷ VARGAS, 1995, vol. I., p. 551, 09 de outubro de 1936.

²⁴⁸ VARGAS, 1995, Vol. II, p.23, 18 de fevereiro de 1937.

“Tricas” até podem indicar as ameaças de crise por uma nomeação de Vargas sem consulta previa. Vejamos “as tricas e arrufos do governador de Minas”, o diarista refere-se à ameaça de crise do governador de Minas Gerais, porque nomeou, sem consultá-lo, um inspetor de ensino para um colégio em Juiz de Fora.²⁴⁹

O importante é que o esquecimento é quase sempre revelado em outro fragmento, o que nos sugere a tendência ambígua de uma trajetória de vida. O que hoje é desejado e bem quisto, amanhã pode não ser mais, ou para se obter o que queremos, hoje agimos de uma forma e amanhã podemos fazer outra ação bem diferente.

Estamos interpretando memórias individuais que indicam uma vida repleta de contradições no seu curso. Não estamos buscando e revelando os silêncios e esquecimentos do diarista Vargas no intuito de construir um estereótipo, uma história linear e teleológica. As vidas dos homens e suas escolhas não são explicadas de forma satisfatória quando não se percebe incongruências e incertezas de pensar e agir.

No natal de 1936, o político paulista Armando Sales procurou Vargas no Palácio do Catete para contar sobre sua candidatura. Vargas oferece em troca da desistência a prorrogação dos mandatos de todos os governadores e a volta da titularidade do Ministério da Fazenda e da presidência do Banco do Brasil para a cota política de São Paulo. O paulista não aceitou a oferta, tornando-se elegível à Presidência da República e marcando seu afastamento em relação ao governo.²⁵⁰

A negativa de Armando Sales à proposta de Vargas não é citada no diário. Mas encontramos a seguinte manifestação de desacordo com as escolhas tomadas pelo paulista no dia 28 de dezembro de 1936: “poderia cortar as amarras do Armando, mas preciso primeiro resolver o do Rio Grande e evitar que se unam”.²⁵¹

O esquecimento é calculado e traído quando o assunto é o Rio Grande do Sul; o diarista silencia o nome de Flores e a ameaça de junto com Armando sustentarem uma candidatura de oposição nas eleições que se aproximavam.

²⁴⁹Ibidem, p.51, 05 a 6 de junho de 1937.

²⁵⁰Verbetes “Armando Sales”, **Dicionário histórico biográfico brasileiro**, do CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso: 06 de outubro de 2014.

²⁵¹VARGAS, 1995, vol. I, p. 573, 28 de dezembro de 1936.

O maior adversário ao golpe é Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul. Veremos que entre 1936 e 1937 esse nome aparecerá na maioria dos fragmentos de seu diário.

O trecho mencionado silencia, mas uma aliança de Flores da Cunha com a Frente Única gaúcha e os paulistas é ameaçadora para o governo. São tempos de rearranjos políticos para escolha de um nome de peso para concorrer à presidência. Veremos que retirar Flores de cena vai se tornar uma obsessão para Vargas.

Fato intrigante aparece no fragmento que corresponde ao dia vinte e oito de janeiro de 1937: “[...] o Osvaldo Aranha conta-me as intrigas que o Maciel Júnior andou fazendo contra mim, principalmente com o José Américo, além de outras coisas referentes à sucessão. Segue para o Rio Grande, quer reconciliar-me com o Flores”.²⁵²

Tudo bem se o Osvaldo Aranha achasse interessante uma reconciliação entre os conterrâneos. Agora, encontramos o personagem de Flores como desafeto em várias passagens no diário e, sem hesitação, Vargas concorda que Osvaldo vá ao encontro de Flores para tentar uma aproximação. O que o diarista esqueceu de mencionar?

Pensamos que a proposta foi aceita de imediato pelo presidente, que recebeu posteriormente o Flores em Petrópolis, porque viu no encontro possibilidades de afastá-lo do cenário político gaúcho, tornando possível articular uma reviravolta nas eleições da Assembleia Estadual que estavam para acontecer. Insistimos que pode ter sido uma cilada histórica: enquanto Flores permaneceu no Rio de Janeiro, o irmão do presidente, Benjamim Vargas, compactuou com os indecisos para derrotar o grupo de Flores nas eleições da mesa diretora da Assembleia Gaúcha.²⁵³

Outra questão que levantamos diante desse fragmento é: qual interesse teria Osvaldo nessa reconciliação? Por que tanto esforço? Eis que o silêncio é quebrado mais adiante, em outro trecho,

O Flores desenvolve sua atividade conspiratória: deblatera em discursos, ataca-me pelos seus jornais, protege os criminosos foragidos e passa telegramas-circulares aos governadores, concitando-os a um pacto de resistência. Esta é a situação resultante

²⁵²VARGAS, 1995, vol. II, p.16, 28 de janeiro de 1937.

²⁵³CORTES, Carlos. **Política Gaúcha**. Porto Alegre: Puc- RS, 2007, p.114-145.

do apoio que vem dando Osvaldo, com a promessa de ser seu candidato.²⁵⁴

O fato é que Flores percebeu a cilada de Vargas e decidiu retornar ao Rio Grande do Sul. Afirmamos que Flores retornou por desconfiar das intenções do presidente, pois encontramos a evidência no segundo telegrama por ele enviado à Vargas.

Outro caso político de relevo é a eleição da Mesa no Rio Grande do Sul. Depois das tentativas de Osvaldo, sem resultado, o Flores resolveu seguir. Passou-me primeiro um telegrama, dizendo que regressava por interesse de família. Depois passou outro em termos bombásticos, dizendo que o fazia para atender ao apelo de companheiros. No primeiro, comunicava seguir segunda-feira; no outro falava em seguir imediatamente.²⁵⁵

“As coisas para o sul estão ficando sombrias”, verificamos os indícios sobre o processo eleitoral da Assembleia Gaúcha que pouco é mencionado no diário, melhor esquecer ou silenciar que Benjamim Vargas trabalhava em segredo para uma vitória do governo. “Sombrias” são as negociações entre os militares e Flores quanto à dissolução e o desarmamento dos Provisórios, brigada militar controlada pelo governo do Rio Grande do Sul.

Ao final, “todos querem se acomodar, desde que os deixem sossegados na gamela. Eu é que não serei desmancha-prazeres!”, o que o diarista nos induz a pensar é que o caso de desavença política no sul caminhava para a conciliação.²⁵⁶

Mas como Vargas via essa conciliação?

Após as audiências e despachos normais, procurou-me o ministro da Guerra para informa-me que fora procurado por alguns generais pacificadores, alarmados com a situação criada no Rio Grande e querendo pacificar. Pobre gente! Parece mesmo que Flores é mais general do que eles. Seria preferível que, em vez de espada, lhes dessem uma almofada de bordar.²⁵⁷

Impaciente em relação ao ministro da Guerra, que se esquivava na situação gaúcha, Vargas sentenciava sua demissão. “Bordar” refere-se a sua frouxidão em relação às atitudes proferidas por Flores, o inimigo da vez. A “almofada de bordar” equivale à demissão de João Gomes e posse de Eurico Gaspar Dutra em seu lugar. O golpe para que o próprio ministro pedisse demissão foi a fabricação de um dossiê,

²⁵⁴ VARGAS, Op. Cit., p.28, 19 a 21 de março de 1937.

²⁵⁵ Ibidem, p. 32, 7 de abril de 1937.

²⁵⁶ VARGAS, 1995, Vol. II, p. 46, 17 de maio de 1937.

²⁵⁷ Ibidem, p.50, 31 de maio de 1937.

preparado por Filinto Muller, sobre os hábitos pessoais e agir público do general.

Trata-se de um documento esquecido no exercício da memória do presidente. No diário, o documento contra o general não é lembrado, ou melhor, não percebido pelo leitor desatento às conjunturas.

Há uma frase reveladora: “boatos na imprensa e no rádio de uma reunião de generais”²⁵⁸. Dessa reunião resultou o documento a ser encaminhado ao ministro da Guerra contendo críticas à conduta do Exército e condenando suas formas de agir em relação à crise e às manobras intervencionistas no sul. Sem dúvida, um documento que ia ao encontro do ponto de vista de Vargas sobre o ministro e seu agir político.²⁵⁹

Destacamos um esquecimento revelador das intenções do diarista. No final de abril de 1937, Vargas recebeu um esboço do novo texto constitucional que havia encomendado a Francisco Campos e propunha um estado ditatorial do país.²⁶⁰ Tratava-se dos rascunhos da *Polaca* que o diarista esqueceu-se voluntariamente de nos contar, por desejar escrever sobre si e para si omitindo o fato de que tudo levava ao golpe e esse era o seu objetivo. Cada passo era dado nessa direção.

Avançando no ano de 1937 através das linhas do diário, deparamo-nos com a frase: “um acontecimento infeliz perturbou uma luminosa aventura que seria, talvez, uma consoladora despedida da existência.”²⁶¹ Para nós, significa que a aventura de despedida não vai mais acontecer, pois um acontecimento infeliz perturbou a saída da existência. A performance não realizada é tematizada como uma perturbação, resultado de um “acontecimento infeliz”. E quanto à “despedida da existência? parece referir-se à morte de alguém! Para nós, trata-se da representação figurada da morte política de Vargas, representada pelas eleições para presidente que não participaria, estando impossibilitado de se reeleger. Deixar a presidência equivale sair da existência. Mas a saída foi perturbada. Em outras palavras, algo que estava previsto foi cancelado (não vai mais acontecer) porque aconteceu um imprevisto infeliz. O que seria esse acontecimento, tão grave ao ponto de mudar rumos e trajetórias de vida?

²⁵⁸ *Ibidem*, p.50, 01 de junho de 1937.

²⁵⁹ NETO, 2013, p.288-289.

²⁶⁰ NETO, 2013, p.289.

²⁶¹ VARGAS, 1995, Vol. II, p.52, 09 de julho de 1937.

Prosseguindo no texto, lemos uma mudança, a renovação das esperanças de que o previsto aconteça. “Renova-se a aventura, beirando um risco de vida, que vale a pena corrê-lo,”²⁶² indica Vargas. O desejo de aventurar-se salta nesse fragmento, o discurso aparentemente desconexo, chegando desconstituir a realidade por trás da metáfora, esconde o desejo de continuidade do diarista Vargas.

Os rastros dessas duas frases nos levam a muitas direções e, talvez, a especulações. O processo interpretativo depara-se nesse trecho com a possibilidade de somente levantar hipóteses. A partir das considerações historiográficas que levantamos nas teses e dissertações examinadas anteriormente, assinalamos quatro eixos de significação ou quatro silêncios revelados: 1.a amante; 2 as eleições e as declarações de João Américo; 3.a crise que se arrastava no sul (a apreensão de material bélico); e 4.o plano Cohen.

No primeiro, menos interessante à nossa proposta, “acontecimento infeliz” e “aventura” revelam Aimée, amante de Vargas. Nessa linha, um desencontro pode significar a expressão “acontecimento infeliz” e uma tarde bem sucedida ao lado da amada pode renovar qualquer “aventura”.

No segundo, um tema comum tanto no diário quanto na imprensa é sugerido como hipótese: as eleições para presidente. “Acontecimentos infelizes” seriam as declarações proferidas pelo candidato da situação, José Américo. Sua plataforma de governo estaria pautada, entre outras bases, na moralização das finanças públicas e reestruturação da máquina administrativa do Estado; prioridade dos transportes e da habitação popular; fragmentação da propriedade rural; incentivo à exploração das riquezas minerais e à indústria de guerra para a defesa nacional; independência dos poderes, com garantia dos direitos políticos e individuais. Elementos políticos que apoiavam a candidatura de José Américo, tomados de apreensões pelas suas palavras e atitudes, desejaram abandoná-la por outro nome que importava uma maior garantia a seus interesses. Declarando-se o candidato do povo, prometendo, se eleito, construir casas populares e fragmentar latifúndios, o tom do discurso de José Américo no lançamento nacional de sua candidatura souu hostil para um candidato da situação e escandalizou os mais conservadores. As declarações não paravam e cada vez mais crescia a insatisfação da ala governista pela indicação de José Américo. A candidatura oficial estava em franca

²⁶² Ibidem, p. 56, 26 e 27 de julho de 1937.

decomposição, o que pode insinuar a renovação das aventuras e esperanças para o projeto continuísta pretendido, mas silenciado, por Getúlio Vargas.

O terceiro diz respeito ao tema que predomina junto com a sucessão presidencial nos escritos íntimos de Vargas: a crise no sul. Com a apreensão de material bélico paulista e gaúcho, e Flores junto com o Corpo Provisório acampados na divisa com Santa Catarina, toda essa instabilidade no sul do país pode significar “acontecimento infeliz”, e uma possível conciliação das forças pode responder ao retorno e renovação da “aventura” de unificação do Brasil, um dos projetos de Vargas.

O quarto e o que acatamos, é que a aventura foi renovada pela ideia da fabricação do . De acordo com Neto, em conformidade com a historiografia renovada, o foi produzido no fim de agosto, mas a ideia de sua elaboração certamente foi anterior ao momento da sua produção. O que poderia significar que Vargas soubesse e tivesse participado da articulação e elaboração do plano junto com alguns generais. Além de arquitetar a sua divulgação na imprensa como documento comunista apreendido pelo governo.

Nessa linha de raciocínio, as eleições em franca articulação e as candidaturas efetivadas em torno de mais de um candidato significam o fim das esperanças continuístas e um “acontecimento infeliz”. Já a ideia de renovação das esperanças corresponde ao ressurgimento da ameaça comunista pelo anúncio do Plano Cohen na imprensa.

Seguindo no diário temos algo que o decepciona e acarreta uma decisão repentina. “[...] duas decepções que tive neste dia, de natureza inteiramente diferentes, talvez me levem a sair disto com uma resolução brusca e inesperada”²⁶³. São as duas decepções do dia: a visita de José Américo ao Catete e um passeio fracassado. Duas decepções distintas, uma no campo íntimo e afetivo, o encontro não realizado, e a outra, decepção em relação ao sucessor. As consequências são “bruscas e inesperadas”. No segundo caso, com a decepção no encontro com o candidato, a resolução é a não realização das eleições e instituição do Estado Novo. Frases soltas que podem não significar nada ao leitor mais desatento, mas registram pelo silêncio, as intenções do narrador.

²⁶³VARGAS, 1995, vol. II, p. 65-66, 19 de agosto de 1937.

“O discurso da Hora da Pátria está começando a despertar comentários e talvez desperte polêmicas. Eu quis, porém, apenas esclarecer alguns rumos e rebater ataques.”²⁶⁴ Contestando os silêncios, lacunas e falhas no texto que transluzem o desejo de continuar no poder, o diarista constrói esquecimentos felizes em discursos de que entregaria o governo a seu sucessor. Foi essa a afirmação registrada no diário pelo presidente e pronunciada no *Dia da Pátria*: a de que seria a última vez que falaria na qualidade de chefe da Nação. Sua fala em público no *Dia da Pátria* provocou redundâncias e contestou os boatos de que Vargas alimentava um projeto continuísta. É um esquecimento feliz e mentiroso que objetiva um bem maior: enganar para conquistar.

O diarista *esqueceu-se* que, no dia dezoito de setembro de 1937, reuniu-se com o ministro da Guerra no Catete. Nesse encontro, o assunto foi a situação em que se encontrava as tramas para a sucessão presidencial: a candidatura oficial declinava, surgia mais um concorrente, Plínio Salgado, representando o movimento integralista. A proposta desenhada nesse encontro foi um golpe de cima para baixo, ou seja, seria desencadeado pelo próprio governo amparado pelas Forças Armadas (Exército e Marinha). Não há nenhuma menção no diário de Vargas sobre esse encontro e as decisões que começaram a ser executadas no dia trinta de setembro de 1937, não por acaso a data em que foi divulgado oficialmente o Plano Cohen, fato também silenciado pelo diarista. A única menção existente nessa data é o decreto do Estado de Guerra. Ainda que não contemplado pela memória varguista, o Plano Cohen foi fundamental, porque explorou os “fantasmas comunistas” e cuidou de eliminar todos os opositores ao continuísmo, com ele retorna-se ao regime de exceção.²⁶⁵

O panorama da vida política vai se complicando. Os partidários dos dois candidatos começam a vacilar. O Sr. Armando Sales, perdida a esperança na vitória, pensa delegar poderes ao governador do seu estado para tratar com o de Minas a escolha de um terceiro delegado. Na Câmara, uma certa corrente de opinião trata da prorrogação dos mandatos. Entre os militares, há um certo grupo partidário do Sr. Armando Sales que disfarça sua atitude, manifestando-se contrário às medidas tomadas pelo governo. O ministro da Guerra, porém, prepara com decisão a marcha dos acontecimentos. Assinei dois decretos requisitando as polícias militares de São Paulo e Rio Grande.²⁶⁶

²⁶⁴ Ibidem, p.68, 3 a 7 de setembro de 1937.

²⁶⁵ NETO, Lira, 2013, vol II, p.301.

²⁶⁶ VARGAS, 1995, Vol. II, p.74, 13 a 15 de outubro de 1937.

A complicação é a marca que o diarista deixa para justificar os atos que silencia em sua narrativa. O fictício plano não é sequer citado, mas o panorama que se desenhou após sua divulgação sim. Trouxe nova crise ao sul e sugeriu aos candidatos formais uma desesperança em relação a uma pretensa vitória nas eleições marcadas para 1938. O que veremos até o fim de 1937 serão atos desesperados da oposição: os candidatos José Américo e Armando Sales chegam a denunciar um pretense golpe de Estado organizado pelo próprio governo e renunciam às candidaturas.

No Plano Cohen está a justificativa perfeita para afastar qualquer elemento contrário ao continuísmo. Todos os atos do governo depois de sua divulgação são em resposta à presença e ameaça comunista, o medo é de um retorno reestruturado e organizado da Intentona de 1935.

O documento foi forjado nos subterrâneos do Catete sob o olhar e concordância de Vargas e o gabinete negro, do qual o general Góes Monteiro era elemento de destaque. O plano teve o auxílio da polícia e utilizou-se dos integralistas em sua divulgação.²⁶⁷ Pergunta-se: se o general integralista Olímpio Mourão realmente estivesse interessado em guardar o documento, por que levá-lo ao quartel-general do governo, nas dependências do Estado-Maior do exército, cujo chefe era precisamente o general Monteiro, em pleno dia, na hora do expediente, para copiá-lo na máquina de escrever daquela repartição?

Com a opinião pública a favor das medidas de exceção, faltava ao governo ligar seus opositores ao comunismo. E foi justamente esse estratagema que se realizou. Era preciso garantir uma base política de apoio ao golpe, já anunciado nos corredores do Catete. O caminho era retirar Armando Sales de cena, o candidato da oposição e paulista. Vargas sugere em trecho do diário que foi procurado pelos perrepistas, que não deram trabalho, pois se dividiram instintivamente entre Armando Salles e Macedo Soares.²⁶⁸ Dessa forma, o caminho ficava livre.

O estado de guerra garantia o fim de barreiras no Congresso. Nos estados opositores, sobretudo São Paulo e Rio Grande do Sul, o ministro da Guerra mantinha o Exército de prontidão. Faltava isolar Flores da Cunha, o último obstáculo. O argumento foi incluir os atos desse inimigo no pacote fictício do plano Cohen.

²⁶⁷ HENRIQUES, Afonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**, vol. I, Editora Record, São Paulo, 1964, p.459.

²⁶⁸ VARGAS, 1995, Vol. II, p.79, 30 e 31 de outubro de 1937.

[...] A renúncia do Flores teve larga repercussão no espírito público. Ainda é cedo para calcular o mal ou bem desse acontecimento. Estou convencido de que foi um bem. Os acontecimentos estão ocorrendo, e é cedo ainda para verificar suas consequências a resistência caudilhesca, desagregadora, regionalista contra a tendência centralizadora e coercitiva do poder central. Se esse regionalismo caudilhesco pôde resistir tanto tempo, é que ele se apoiava nos próprios elementos militares desviados de sua missão.²⁶⁹

Pesquisas apontam que a fuga de Flores foi facilitada pelo próprio presidente. Com medo de transformá-lo em mártir, uma aeronave foi providenciada por Benjamim Vargas e deixada à disposição do político.²⁷⁰

O exílio de Flores não é fato selecionado no exercício da memória para fazer parte das escritas do diarista, o que demonstra sua insatisfação com a possibilidade de registrar uma história que faça de seu opositor um herói. O silêncio não foi rompido sequer em uma frase sobre a retirada de Flores da Cunha pelo governo para exterior. Mais um *esquecimento* do presidente, voluntário e feliz.

Onze dias antes da concretização do golpe, Vargas aproveita o domingo na fazenda dos irmãos Sampaio. Porém, uma frase enigmática indica que algo fez cessar seu descanso e acarretou seu retorno à capital federal. “[...] fui avisado pelo Macedo da onda que se estava formando, e regressei no dia seguinte, interrompendo meu repouso”²⁷¹.

No retorno à capital, acontece um encontro com Francisco Campos, que é registrado nos dias que se seguem pelo diarista. Vargas silencia quanto ao assunto tratado, mas sabemos que Francisco Campos foi o executor do projeto da constituição autoritária que seria instaurada junto com o Estado Novo. A metáfora da onda do mar pode ser justamente o golpe que se estava formando.

A hipótese foi confirmada pelo próprio diarista que relata o anúncio prévio do golpe pela imprensa a seis dias de sua execução e confirma nossas reflexões. No dia cinco de novembro, o *Correio da Manhã* publicou em sua última página, reservada às notícias chegadas na hora do fechamento da edição, uma matéria com o seguinte título: *Os objetivos da viagem do Sr. Negrão Lima*. A notícia gerou grande agitação ao tornar público os planos de continuísmo do governo.

O acontecimento sensacional do dia foi a nota do *Correio da Manhã* revelando a missão do deputado Negrão de Lima ao Norte e fazendo

²⁶⁹ Ibidem, p.75, 18 de outubro de 1937.

²⁷⁰ NETO, 2013, vol. II, p.307.

²⁷¹ VARGAS, 1995, vol. II, p.79, 30 e 31 de outubro de 1937.

comentários e intrigas com as forças armadas. Como a censura deixara publicar? Quem [fora] o responsável pela nota e pela publicação? Tomavam-se providências a respeito sem resultado?²⁷²

Nesse fragmento, a dúvida do presidente gira em torno da publicação e seus responsáveis. Francisco Negrão de Lima foi o nome escolhido para a missão de ir ao Norte aferir a receptividade dos governadores e chefes políticos regionais à decretação do golpe de Estado.

O fragmento sugere seu desconhecimento quanto ao furo de reportagem. O jornal comunicava sobre a viagem a mando de Vargas do deputado Francisco Negrão ao Norte. Negrão, ironicamente secretário-geral do comitê de propaganda da candidatura de José Américo, levava uma carta escrita por Vargas aos governadores, em que informava que dissolveria o legislativo nas semanas seguintes e consultava os chefes estaduais quanto ao apoio à proposta de prorrogação do mandato do presidente por tempo indeterminado e a dilatação dos períodos administrativos dos governadores por seis anos.²⁷³ A viagem de Negrão é lembrada, mas a carta não é mencionada na história escrita por Vargas em seu diário.

Getúlio Vargas não saberia mesmo da divulgação antecipada? Não teria vindo da alta hierarquia do governo a pauta do *Correio da Manhã*? São questões que levantamos e que são silenciadas por Vargas em suas escritas de si. Contudo, a retirada do controle da censura e imprensa do âmbito do Ministério da Justiça para a chefatura de polícia sugerem que a pauta tenha sido indicada por elementos do governo ou no mínimo houve falha da censura.

O diarista não silencia o fato de o ministro da Justiça ter lhe entregue uma carta com o seu pedido de demissão logo depois. Em seu lugar, foi nomeado Francisco Campos, encarregado de dar os últimos retoques na *Polaca* que vinha elaborando há alguns meses. “[...] por fim, o dr. Francisco Campos, que trouxe já prontos o projeto da nova Constituição e a proclamação a ser lida, redigida por ele, de acordo com o esboço que fiz e as notas que lhe forneci”²⁷⁴.

O que podemos afirmar, com base na encomenda feita a Francisco Campos e nas medidas implementadas desde 1935, é que no governo havia uma corrente a favor do continuísmo e de um governo forte, autoritário e centralizado desde 1930.

²⁷² Ibidem, p.81, 05 de novembro de 1937.

²⁷³ Correio da Manhã, 05 de novembro de 1937.

²⁷⁴ VARGAS, 1995, Vol. II, p. 82,07 de novembro de 1937.

Essa mesma corrente ventilava a proposta de postergar o regime ditatorial como saída da crise que se alastrava desde a década de vinte no Brasil e no mundo.

O diarista esqueceu-se de nos contar que, imediatamente após a divulgação da reportagem sobre o golpe, surge no Palácio do Catete enxurradas de políticos (deputados e senadores) procurando confirmar a denúncia. Getúlio Vargas negou e procurou tranquilizá-los.

A imprensa sabia, deputados, senadores e governadores desconfiavam e a opinião pública apoiava a propaganda e qualquer medida que afastassem “fantasmas comunistas, subversivos e desordeiros”. Entretanto, e os candidatos que se aventuravam em campanha pelo Brasil para as eleições de 1938?

Vargas nos deixa o seguinte rastro: “[...] José Américo, acompanhado do Luzardo, foi ao ministro da Guerra”²⁷⁵. O diarista silencia sobre o conteúdo desse encontro, porém, nele, José Américo afirmou saber da existência de um golpe e propôs a retirada de sua candidatura em prol de um candidato único, oferecendo-se para convencer Armando Sales a fazer o mesmo. O ministro não aceitou.

José Américo não sabia e Vargas silencia, mas o ministro da Guerra havia premeditado tudo com o presidente, inclusive articulado a reunião em que ficou decidida a divulgação do plano Cohen. Encontro em que estavam presentes alguns generais.²⁷⁶

O que se torna relevante para nossa interpretação é que imediatamente após a divulgação do golpe na imprensa, José Américo foi ao ministro da Guerra acompanhado por Mauricio Luzardo, político gaúcho e opositor ao governo desde o episódio do empastelamento do jornal *Correio da Manhã*. Era o fim do candidato da situação, José Américo abandona sua candidatura e aconselha a oposição a fazer o mesmo.

Em ato desesperado, o paulista Armando Sales lança uma carta aberta aos chefes militares do país no dia nove de novembro, dois dias separavam o Brasil do Estado Novo.

²⁷⁵ Ibidem, p.81, 06 de novembro de 1937.

²⁷⁶ Cf: LEITE, Mauro Renault; NOVELLI, Junior. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 232 - 238; NETO, 2013, p.305. No dia 27 de setembro, Dutra convocou em seu gabinete uma reunião de cúpula que contou com as presenças de Góes Monteiro, Newton Cavalcanti e Filinto Muller, entre outros. Segundo a ata do encontro registrou, ante a existência de documentos comunistas copiosos e precisos, todos os participantes acordavam que era necessário tomar medidas enérgicas em nome do Exército, das instituições democráticas, da sociedade e da família brasileira.

Não é possível que o Exército e a Marinha fiquem indiferentes diante da injustiça que, com o amparo do seu nome, se comete contra esse povo. Generaliza-se a convicção de que não haverá eleições a 3 de janeiro. Só não vê claro quem não quer. Está em marcha a execução de um plano longamente preparado, que um pequeno grupo de homens, tão pequeno que se pode contar nos dedos de uma só mão, ideou para escravizar o Brasil.²⁷⁷

O outro candidato, Plínio Salgado, já sabia sobre o golpe e aliou-se ao governo desde outubro: “Na noite última, fui com o Macedo à casa do Rocha Miranda – Renato - onde encontrei-me com Plinio Salgado, que de muito procurava falar-me. Caipira astuto e inteligente, mas entendemo-nos bem”²⁷⁸. O diário silencia a respeito do conteúdo da proposta feita a Salgado. Vargas esqueceu de nos contar que ela prometia renovar imediatamente os mandatos dos governadores após o golpe.²⁷⁹

“Não é possível recuar. Estamos em franca articulação para um golpe de Estado, outorgando uma nova constituição e dissolvendo o legislativo”²⁸⁰, eis que o diarista se expõe e confia que o golpe planejado não pode retroceder, que o Congresso será fechado e que haverá uma nova Constituição. Percebemos que desse momento até a implantação do Estado Novo, nada será esquecido por Vargas em seu diário. O golpe acontece no dia onze de novembro de 1937.

[...] as duas casas do Congresso amanheceram guardadas pela polícia. Às 10 da manhã reuniu-se no Guanabara o Ministério, e assinamos a Constituição. Só não compareceu o Ministro da Agricultura, que pediu demissão. À tarde, compareço ao Catete, despachando com os Ministros da Fazenda e Trabalho, recebi várias outras pessoas e regressei ao Guanabara, trabalhando até as horas da noite, quando pronunciei pelo rádio o Manifesto à nação.²⁸¹

Sobre o golpe do Estado Novo, seu advento não foi obra apenas de civis. Getúlio Vargas não contrariou os que lhe respaldavam, o projeto militar viu-se contemplado pelo Estado Novo. Evidenciadas desde o início de 1930, as tendências políticas autoritárias vão tomar fôlego e avançar com o golpe. Sobretudo, predominou um Estado corporativista, centralizador, autoritário que levantava a bandeira do combate ao comunismo e retorno da moral e da família brasileira.

²⁷⁷ Cf: NETO, 2013, p.261. Texto na íntegra da carta escrita por Armando Sales.

²⁷⁸ VARGAS, 1995, vol. II, p.78, 25 e 26 de outubro de 1937.

²⁷⁹ SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a nação**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950, p.126.

²⁸⁰ VARGAS, Op. Cit., p.82, 07 de novembro de 1937.

²⁸¹ VARGAS, 1995, vol. II, p.83, 09 e 10 de novembro de 1937.

Sobre o cenário histórico, o próprio diarista sugere que o Estado Novo foi inaugurado em época de recessão e instabilidade. “O fato mais importante foi a reunião coletiva do Ministério para examinar a necessidade de revisão do orçamento e de suspensão do pagamento da dívida externa”.²⁸² As medidas que foram vistas desde 1935 justificavam-se pela missão que tinham: restaurar a estabilidade econômica e política.

Chegamos ao fim do recorte temporal proposto por meio das escritas de Vargas. No interior desse jogo de palavras, percebemos que o tempo corre em outro ritmo, os acontecimentos são extintos, aumentados, diminuídos na história íntima. As causas dos esquecimentos e a revelação dos silêncios aparecem depois, no próximo mês ou outro ano. Em algum momento, o diarista revela o segredo, o silêncio e os homens escondidos nas sombras de uma memória feliz e imaginada no contato com os outros.

E, quando não revelado o esquecimento, permanece o silêncio. Cabe aos historiadores, no contato com outras fontes (que podem ser outros atos autobiográficos ou biografias), imaginar o imaginado, interpretando a ausência, o que não está escrito e foi esquecido, mas de alguma forma se encontra no texto e na trajetória daquela vida em exame. Nossa análise conduz à ideia de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo indivíduo, estando sujeita a transformações. Um bom método não é recusar nenhuma das perspectivas que permitam reconstituir, pelo menos parcialmente, a liberdade de esquecer, silenciar, negociar e interpretar na memória individual as regras e valores da superfície social.

O essencial em nossa interpretação é romper com a ideia de sujeito universal e compreender que um mesmo texto pode ser diversamente apreendido, interpretado e manipulado. Todo texto é produto de uma leitura.

Lembramos que examinar qualquer produção íntima, considerando-a como atos autobiográficos e performativos, é trabalhar narrativas nas quais o sujeito fala ou escreve sobre si.

O sujeito que escreve manipula a existência, rasura, risca, sublinha ou destaca certas passagens de sua vida. Os arquivos pessoais, considerados atos autobiográficos, longe de limitar a pesquisa historiográfica, escancara o

²⁸²Ibidem, p.85, 19 e 20/11/1937.

conhecimento. Nos diários podemos detectar figuras de linguagem utilizadas para representar uma vida ou silenciá-la. O diarista cumpre papel de editor de si, criando formas de leitura da sua experiência.

Enquanto os arquivos públicos calam, os privados fornecem informações ímpares. Em sua dupla dimensão histórica e literária, o diário é instrumento para o conhecimento de vivências de uma época.

Ao escrever, Vargas arquivou a si próprio para leituras posteriores. O *arquivamento do eu*²⁸³ liga, pela escrita, memória e história. Os personagens, acontecimentos e efeitos narrados por Getúlio Vargas tornam-se memória longa e viva. Os cadernos de Vargas quando interpretados, corporificam, em palavras, as lembranças, práticas e hábitos da década de 1930 no Brasil.

Vargas constrói uma história de si, lembra e esquece o que quer, escolhendo o que e como contar sua trajetória de vida pública e privada. Nas escritas de si, as relações entre individual e coletivo, público e privado, transluzem com mais potência.

Os escritos íntimos são considerados como espaço de articulação entre memória e história. As análises de atos autobiográficos desconstróem a ideia de história como sucessão diacrônica de fatos e acontecimentos e estabelecem a possibilidade de conhecer múltiplas versões, desenhadas a partir da pergunta feita pelo historiador ao passado. O que ele está buscando responder ao examinar escritas de si?

Atos autobiográficos ou escritas de si envolvem uma análise crítica e interpretativa de narrativas de vida que se situam em determinado horizonte histórico-social e denunciam um cenário.

Nesse sentido, a reflexão sobre atos autobiográficos é uma alternativa historiográfica, na medida em que examina tomadas de consciência e experiências individuais e coletivas em determinado tempo e espaço.

²⁸³ Trata-se do ato de guardar a memória - uma memória, sobretudo, de sentimentos - por meio da escritura. A fonte que serviu para a pesquisa de Jahnel é o diário de um imigrante alemão, Hugo Delitsch, que junto a sua esposa Emma, veio para o Brasil em 1859, quando tinha 32 anos, acompanhado do irmão Herrmann e sua esposa Ottilie. Chegaram à então Colônia Dona Francisca, mais tarde, denominada Joinville, onde Hugo Delitsch logo se estabeleceu exercendo sua profissão de farmacêutico. As memórias individuais deste personagem recompõem a trajetória de um grupo de extrema importância do século XIX, o grupo dos migrantes. Cf. JAHNEL, Claudia Bettina Irene Römmelt. *O arquivamento do eu: o diário de Hugo Deutsch e as lembranças de Emma Anton (1844-1859)*. Tese (doutorado em História). Curso de Pós Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2012, p. 17.

Elegemos os fragmentos no diário que correspondem aos anos de 1935 a 1937. Enquanto fonte reveladora e documento de época, examinamos em uma perspectiva comparativa com acontecimentos, encontros e fatos ocorridos no período proposto e que foram problematizados nas produções historiográficas e narrados nas biografias que tematizam a Era Vargas.

Os esquecimentos voluntários são rastros para averiguarmos a memória feliz do diarista, construída por um emaranhado de fragmentos soltos. Recordações diárias do que se passou, sem conexões, misturadas entre juízos de valores e descrição de ações e relações políticas.

Enfatizamos a importância das relações entre memória e história e memória e esquecimento para proceder a uma análise interpretativa dos discursos de Vargas. E, destacamos a metodologia que ignora fronteiras disciplinares e considera o plural como vocação dos exames historiográficos.

Esta pesquisa permite pensar o indivíduo e dispensa pretensões de refletir a sociedade como um todo. Eis porque as escritas de si, tomadas pelos historiadores como fonte, podem produzir trabalhos singulares. Os esquecimentos entoados no diário indicam as descontinuidades da memória produzida por nossa experiência social. A experiência do diarista Vargas é marcada pela instabilidade econômica e social, pelo conflito capital e trabalho, pelo avanço do comunismo e guerras mundiais, pela linha quebradiça que foi a década de 1930 no Brasil, sobretudo os anos de 1935, 1936 e 1937.

Silêncios e esquecimentos, ambos, parecem referir-se ao mesmo fenômeno, isto é, à dificuldade de recordar o que incomoda, daquelas escolhas ou ações obscuras que tomamos para alcançar o que desejamos, silenciar a memória daquilo que não agrada e não deve ser ligado à nossa história de vida. Lidamos com os esquecimentos voluntários, indicadores de encobrimentos.

No esquecimento podemos então reunir as determinações diversas que acabamos de ver: a agregação e a dissimulação, o saber ornamental, o gosto da novidade, a vergonha e o trabalho da imaginação, a ignorância do próprio, a simulação da grandeza, etc.²⁸⁴

Os atos grandiosos, os feitos agradáveis aos olhos alheios nunca sofrem esquecimentos. Materializar a lembrança em escritas de si é reencontrar o que mais

²⁸⁴BRITO JUNIOR, Bajonas Teixeira de. **Lógica dos fantasmas**: ensaios sobre dissimulação e cultura no Brasil. Vitória: Grafita Gráfica e Editora, 2007, p.47.

essencialmente desejamos que caracterize o que somos. Assim, a investigação histórica é compreendida como uma busca em que procuramos completar os esquecimentos, abrir suas entranhas, observando-os.

Esta pesquisa é meio de reconstrução do passado, que lê tanto os esquecimentos quanto as lembranças do diarista. Travamos uma luta contra os esquecimentos e silêncios de Vargas, operando uma remontagem de suas memórias a partir da análise dos discursos, em sintonia com a conjuntura do período em que foram produzidos. Procuramos explicitar os jogos de interesses da memória, seus abusos e manipulações.

Os esquecimentos e silêncios no diário deformam a realidade a favor do sujeito que escreve e narra. É sinônimo de mutilação, desfigura e altera na tentativa de construir uma trajetória de vida linear. O que esquecemos, o tempo que deixamos perder por vontade e escolha, são indícios de um passado que desejamos abafar, submergir para poder nos redimir pelos atos e escolhas realizadas.

O diário de Vargas é lugar privilegiado de recuperação dos esquecimentos. Por tratar-se de fragmentos desconexos, caracterizados pela descontinuidade entre uma recordação e outra, é de difícil leitura e interpretação. Os assuntos, temas e tramas mudam ou são esquecidos entre um dia e outro, não há obrigatoriedade de retomada; os esquecimentos de hoje podem ser lembrados de maneira metafórica ou indiciado por outra recordação em outro dia, mês ou ano. Podemos rastrear os significados dos esquecimentos no próprio diário. O caminho da memória feliz é ambivalente, ele esquece, bloqueia, mas não apaga os rastros.

Os silêncios de Vargas relacionam-se com sua história social dos anos trinta, percebê-los é conhecer o cenário histórico em que para um grupo era melhor esquecer. São esquecimentos que tocam memórias coletivas em pontos de confluência.

Nossa investigação toma duas direções sobre a função dos diários para a história: exercício da memória, da permanência social de um sujeito que se externaliza pela escrita e como revelador das condições permanentes de esquecimentos e silêncios no ato de recordar.

Ao fim, perguntamos: há em algum ato de recordação a não presença do esquecimento? Não estaríamos em qualquer exercício da memória escolhendo o

que lembrar? É possível construir um pensamento avesso ao esquecimento no exercício da memória?

De nossa parte, expomos a intimidade dos vínculos entre memória e esquecimento e averiguamos a tentação do encobrimento e da dissimulação da narrativa pessoal. Nesta empreitada não tratamos os esquecimentos apenas como uma construção da memória, mas como objeto explicativo do exame histórico que aponta os silêncios e seus significados no diário de Getúlio Vargas. Pretendendo a significação historicizada desses esquecimentos da memória, tentamos espiar as engrenagens que os sustentam e os revelam no próprio ato autobiográfico.

Um leitor desatento pode manusear escritas de si e acreditar que não haja esquecimentos nessas fontes. É ficar na superfície, pois o que se lembra metaforicamente é atitude de encobrimento e manipulação da memória no texto. As possibilidades de reverter esses esquecimentos indicam as maneiras de abusos da memória e são comprovantes das artimanhas mentais do diarista que se emboca em múltiplos rios: esquecimento por vergonha; esquecimento da origem; esquecimento das infidelidades, etc.

O percurso realizado neste trabalho é investigar os diversos esquecimentos voluntários, produto de memórias criadas, imaginadas, manipuladas e controladas no objetivo de construir uma história de si, coerente e feliz. Compreendemos que os silêncios encontrados no diário são núcleos capazes de funcionar como elementos reveladores de memórias apaziguadas por parte do diarista, na tentativa de esconder as ambiguidades e contradições do agir e pensar dos homens.

Isolando os esquecimentos encontrados, averiguando sua função e traços metafóricos utilizados, buscamos indicar os fatos e acontecimentos escondidos pelo flerte entre memória e imaginação. Não no sentido de invenção, fantasia, mas imaginação no sentido criador, a memória como representação e experiência do real, recomposição e ordenação dos diversos elementos do passado escolhidos pelo diarista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O historiador não está preocupado em demonstrar verdades, mas em historiar os conceitos, as experiências, os sentidos dados à vida.”
(Ivone Cordeiro Barbosa)*

O percurso realizado neste trabalho foi orientado pelos esquecimentos e silêncios investigados no diário de Getúlio Vargas, escrito em que conta sua vida e fatos a que assistiu ou participou, narrativa íntima capaz de funcionar como exercício da memória e fonte histórica.

Partimos de uma hipótese: o diarista deixou de mencionar, esqueceu voluntariamente e encobriu motivações, fatos e acontecimentos em escritas de si. Isolando os fragmentos com indícios de esquecimentos e omissões, percebemos os desequilíbrios, escolhas e manipulações da memória. Buscamos indicar que há abusos sempre que processamos nossas lembranças.

Este estudo é sobre os desvios intencionais na construção narrativa de trajetórias de vida, apontando esquecimentos voluntários, originados de manipulações e abusos do sujeito histórico que exercita a memória.

A maior dificuldade foi selecionar os fragmentos diante do grande volume de informações a respeito do intervalo de tempo decorrido entre 1935 e 1937. Não podendo compreender a trajetória de uma vida sem que tenhamos construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou. Articulamos o texto cotidiano de cunho privado (o diário) e contexto histórico da década de 1930 para tentar compreender de que forma essas duas dimensões interagiram e sofreram influências mútuas.

Ao mergulhar na visão de mundo do diarista, três conjuntos de fontes foram relevantes: o próprio diário²⁸⁵ de Vargas, publicado em dois volumes, periódicos da época e biografias, como a recente trilogia do biógrafo Lira Neto sobre o presidente Getúlio Vargas. Todo esse acervo plural de fontes resultou neste trabalho e no roteiro que seguimos.

Examinamos o contexto histórico no período de tempo de sete anos (1930–1937), dando ênfase aos anos de 1935, 1936 e 1937, e lançamos a discussão historiográfica atual que debate as rupturas e permanências na política dos anos trinta. Também, avaliamos que o pensamento autoritário brasileiro desponta em

²⁸⁵ O diário corresponde a treze cadernos, que quando publicados, em 1995, resultaram em mais de 1200 páginas.

1930 e se consolida em 1937. O projeto vencedor, a via autoritária, usou de todos os recursos disponíveis: a igreja, o esporte, o cinema, a música, o rádio e as produções intelectuais.

Na época, os integrantes desse sistema político até se orgulhavam de se referir ao Governo Provisório como “ditadura”, decerto para marcar uma mudança nos costumes ligados ao poder. Tal sistema continuou sendo modificado, ao sabor das conveniências das classes dominantes, no período de 1934 a 1937. Este consistiu em pequeno interregno democrático, se podemos chamar assim uma frágil democracia que, em pouco mais de três anos, viveu quase todo o tempo em estado de sítio ou de guerra. Pequeno interregno entre dois períodos ditatoriais; muitos políticos e ideólogos autoritários do período consideram que 1937 continua e aperfeiçoa 1930.²⁸⁶

Justamente nesse período, Getúlio Vargas tornou-se um diarista, exercitando sua memória e produzindo uma história de si. Na tarefa historiográfica de examinar seu diário, foi fundamental buscar os enlaces entre memória e história e memória e esquecimentos. Descobrimos que não se pode falar em lembrança pura, dissociada dos laços sociais estabelecidos no momento da escrita, que a memória é criativa, trabalha com as técnicas da camuflagem ao se incomodar, é repleta de lacunas voluntárias e quer apaziguar-se para ter um final feliz. Os esquecimentos no texto foram discutidos como parte integrante dos movimentos da memória. A presença é constante de esquecimentos e silêncios nos lugares da recordação. A memória cria esquecimentos felizes para reconciliar-se com o passado.

No diário, Getúlio oculta fatos e acontecimentos na história de vida que narra, uma tentativa de criação autobiográfica. Sabemos que na autobiografia o que importa não são os fatos, mas a representação do real sob o ponto de vista do indivíduo. Não há verdade, somente um processo de auto invenção, é o indivíduo vendo a si mesmo.

Vargas encobre sua participação direta nos estratagemas que levaram à realização do plano Cohen, cobre de névoa os acordos entre governo e imprensa para elaborar uma corrida pública contra o “fantasma comunista”, esconde os nomes dos conspiradores e opositores nos fragmentos, esquece da Intentona Comunista, mas utiliza de sua mancha para aterrorizar a sociedade e justificar medidas de exceção. Quando não omite, os moldes metafóricos da linguagem tratam de

²⁸⁶ ACHIAME, 2010, P.314.

encobrir. É controverso, esconde, apaga, mas revela-se no final, ao confirmar no texto, dias antes, o golpe que daria.

Quais os motivos dos encobrimentos, ocultações e esquecimentos no texto? Nossa explicação foi: por causa da função mediadora da escrita, nela os abusos da memória tornam-se esquecimentos, manipulações mentais intrínsecas ao caráter seletivo da narrativa. Notamos ser impossível narrar tudo e alertamos para a variação que a produção narrativa oferece. As estratégias do esquecimento se enxertam no processo de construção da narrativa e suas formas linguísticas: “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas assim como os contornos dela”.²⁸⁷

O que é feito quando encontramos indícios de esquecimentos no texto? Sabendo que a memória privada toca a coletiva e o processo criativo da lembrança comporta amnésias comandadas que possibilitam uma reapropriação do passado, encobrendo qualquer tipo de carga traumática, o percurso de ingresso às camadas de sentido do texto considerou a identidade individual e as interseções com as identidades comunitárias próximas de Vargas.²⁸⁸ O fazer historiográfico deve pensar as escolhas, os traumas, a dor e as tramas que justificam o encobrimento e a recordação de modo apaziguado, sem cólera e incômodos do viver.

Em uma narrativa fragmentada, no texto em formato de mosaico, quase aleatório, flertamos com os esquecimentos, ao direcionar esse olhar para os detalhes, outra narrativa começa a surgir. O diarista Vargas deixa ligações entre os fatos e os silêncios, por trás do registro trivial de uma rotina burocrática, revelam-se intrigas e escolhas de grupos que serão vencedores e outros que serão vencidos.

Apesar da infinidade de pistas falsas, frases de pouca lógica e metáforas mirabolantes, o diarista se deixa envolver e permite algumas especulações detalhadas sobre o que está sendo narrado. Vargas parece necessitar que um possível leitor comungue de seus objetivos, suas intenções são encobertas por uma narrativa dramática que peca justamente quando abusa dos esquecimentos impossíveis naquele momento do diarista cometer.

Comprovamos a hipótese inicial sobre a existência de esquecimentos voluntários no diário de Vargas, seguimos a trilha que revela as escolhas textuais para abafar certos pontos de vista e articulações políticas. Era impossível, no

²⁸⁷ RICOEUR, 2007, P.455.

²⁸⁸ Ibidem, p.462.

mínimo, pouco provável, que Vargas desconhecesse o forjado plano Cohen, mas é uma escolha possível, a omissão dele no seu diário. É pouco provável que Vargas não soubesse da gravidade de um motim comunista em 1935, mas é possível que queira encurtar o levante em sua narrativa autobiográfica. Ocultar sua participação nas articulações políticas que desmoralizaram opositores e levaram ao exílio os inimigos do golpe, é retirar a mancha da corrupção e trama no interior do grupo político vencedor em 1937.

Muitas são as trilhas e escolhas interpretativas para uma história do político que deseja experimentar novas fontes e expandir as fronteiras entre as ciências. Revisitar as fontes com novas indagações e perspectivas historiográficas é sempre um desafio e quase uma necessidade do processo de desenvolvimento dos exames historiográficos atuais.

No término desta pesquisa, temos a convicção de que não foi esgotado um tema tão amplo como as interpretações históricas de abusos da memória no contexto fervilhante de ideias, ardente por mudanças e contradições sociais dos anos 30 no Brasil.

Apresentamos interpretações plurais de atos autobiográficos, memórias e biografias. Percebemos o equívoco de formas metodológicas que compreendem o indivíduo como átomo isolado da sociedade, um elemento que não está em interação com o todo. O texto individual não é um elemento simples de ser interpretado, ele é construído nas interações com grupos sociais.

Esta é a metodologia guia deste trabalho: interpretar relatos de vida. Sua riqueza e potencial é mostrar que a história de vida particular é direcionada pelo contexto de uma época e é influenciada por uma geração, um lugar e um ou mais grupos que divergem ou convergem entre si.

Buscamos os esquecimentos e o silêncio do diarista Vargas, porque somente são percebidos quando estão em relação com o todo, com os outros que também silenciaram ou dissimularam emoções para esconder tramas e maquinações em busca da permanência. Como nos diz Almeida: “o silêncio é sempre ruidoso, é sempre forma discursiva, é sempre parte de um diálogo, de uma retórica cultural, jamais neutro”.²⁸⁹

²⁸⁹ ALMEIDA, Júlia. **Textualidades contemporâneas**: palavra, imagem, cultura. Vitória: Edufes, 2012, p.122.

Os atos autobiográficos, sobretudo o diário, são referências importantes para o exame da ativação da experiência retórica e estética do silêncio que não é da simples ausência literal de um fato, assunto ou acontecimento, mas é a busca controlada e voluntária por um esquecimento que pareça genuíno.

Absorvida pelo silêncio, a escrita pode não mencionar os verdadeiros acordos entre o governo e a imprensa, o governo e os intelectuais, o governo e os militares para afastar opositores, desarticular organizações e justificar ações enérgicas e inconstitucionais. Os grupos que estabelecem influência sobre a narrativa biográfica ou ato autobiográfico que interpretamos, o diário de Vargas, coincidem com aqueles que disseminaram o pensamento autoritário nos de 1930.

Sobretudo, parte do exército que participava naquele momento do governo ao lado do presidente, muitas vezes guiando-o e aconselhando-o, como Góes Monteiro, alguns de tendência tenentista, o próprio Olímpio Mourão e alguns integralistas, além de parte da imprensa, como o grupo comandado por Roberto Marinho, e o governador de Minas, Benedito Valadares. No Nordeste, a missão Negrão de Lima conseguiu a adesão de vários estados e setores da população ligados a movimentos sociais de origem fascista, dialogaram com a via autoritária de pensamento e estavam com Vargas no momento do golpe.

Esqueceu-se Getúlio de escrever em seu diário acerca das preparações de um golpe de Estado, sobre as intrigas de Flores da Cunha e seus planos para ligá-lo à conspiração comunista na época da divulgação do plano Cohen, os arranjos para conter as declarações de José Américo e desarticular o candidato Armando Sales, além do mais escandaloso dos esquecimentos cometidos: a feitura do plano Cohen, seu propósito e plano de divulgação na imprensa. Rejeições, tramas, pactos e vinganças são contidos na hora de escrever sua história e registrar suas memórias. A ambivalência do silêncio se consolida nessas questões.

Mas é tentando esconder que o diarista revela. Getúlio Vargas reinventa a história de sua vida em um processo de tradução interna do que vê e participa. É impossível não fazer uma aproximação entre memória e história para encontrar os esquecimentos e silêncios no texto. Tampouco negligenciar a importância das inovações e novas experiências historiográficas que trazem a biografia como possibilidade de uma história variante, que considera o “pequeno x”.

Afinal, o presidente Vargas não estava imune às influências e transformações desse constante girar universal, assim como possuía vontade própria, liberdade de escolha, e dava sua contribuição pessoal por meio de suas escolhas e participações na coletividade. A história biográfica que considera essa ambiguidade acende as relações entre biografia e história, por considerar tanto o plano individual quanto o coletivo e suas interações.

Investigando esquecimentos, vazios e silêncios no texto, pensamos contribuir com as questões concernentes às possibilidades e aos limites do conhecimento histórico e, também, com a historiografia que revisita a Era Vargas, tendo a biografia como observatório privilegiado. Em nosso exame, a dimensão individual tornou-se a questão central, sempre preocupados em discutir Vargas como homem comum, liberto para escolher, sentir, desejar e se arrepender.

6 REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pos-1930**. 2. ed. rev. e atual. -. Rio de Janeiro: Ed. FGV: CPDOC, 2001.
- ACHIAMÉ, Fernando A. M. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1945): elites políticas e reformismo autoritário**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Da FGV, 2010.
- ALBERCA, Manuel. Tres calas em los diários de las adolescentes. IN: CASTILLO, António (org). **La conquista del alfabeto**. Escritura y clases populares. Astúrias; Trea, 2002.
- ALMEIDA, Júlia. **Textualidades contemporâneas: palavra, imagem, cultura**. Vitória: Edufes, 2012.
- ARAÚJO, Nelton Silva. O traidor vermelho: o jornal e discurso anticomunista (1935 – 1937) 2009. 203 f. **Dissertação (Mestrado em História)** – Instituto de Filosofia e ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p.14. Disponível em: http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2483 Acesso em 20 de maio de 2014. Acesso em: 08 de agosto de 2014.
- ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico: Dilemas de la subjetividad contemporânea**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2005.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1998, nº21, p. 09-34.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: contexto, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 6. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BRITO JUNIOR, Bajonas Teixeira de. **Lógica dos fantasmas: ensaios sobre dissimulação e cultura no Brasil**. Vitória: Grafita Gráfica e Editora, 2007.
- BRUSS, Elisabeth. **Autobiographical acts: the changing situation of a literary genre**. Baltimore: University Press, 1976.
- CALLIGARIS, C. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Revista Estudos Históricos**, América do Norte, 11, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071/1210>. Acesso em: 19 Out. 2011.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Estrangeiros e ordem social (São Paulo, 1926 – 1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH Ed. Unijui, vol. 17, nº 33, 1997, p.201 – 237.
- CARONE, Edgar. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo, Difel, 1989.

CARVALHO, M.. A construção de uma era: Vargas e a formulação do desenvolvimentismo. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 27, ago. 2014, p.219 - 222. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/9367/31337>. Acesso em: 27 Set. 2014.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHARTIER, Roger (Org). **La correspondance. Les usages de la lettre au XIX^a siècle**. Paris: Fayard,1991.

CIOTOLA, Marcelo. **O pensamento autoritário de Francisco Campos**. Direito, Estado e Sociedade, n.37, jul/dez 2010, p. 81.

CORTES, Carlos. **Política Gaúcha**. Porto Alegre: Puc- RS, 2007.

CREPALDI, Daniel Dasmaceno. **A participação da rádio nacional na difusão do futebol no Brasil nas décadas de 1930 e 40**. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais). 2009, 97fl. Universidade de Brasília, departamento de Sociologia. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Brasília, 2011.p.67 – 68. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6787. Acesso em: 28 de setembro de 2013.

CUNHA, Maria Teresa. **Diários pessoais: territórios abertos para a História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

D´ARAÚJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo:1880-1945**. 3. ed., São Paulo: Difel, 1971.

DRUMOND, M.. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 22, mar. 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2594/1547>. Acesso em: 27 Set. 2014.

DULLES, John Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

FABRE, Daniel. (dir.). **Par écrit**. Ethnologie dès écritures quotidiennes. Paris: EHESS, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A crise dos anos vinte e a revolução de trinta. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

GALINARI, Melliandro Mendes. **A era Vargas no pentagrama: dimensões político-discursivas do canto orfeônico de Villa-Lobos**. 2011, 304 fl.Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Letras, Minas Gerais (MG), 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR->

76KR43/melliandro_mendes_galinari_tese_2007.pdf?sequence=1 . Acesso em: 28 de setembro de 2014.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: SALGUEIRO, Wilberth (Org.). **O Testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências**. Vitória: EDUFES, 2011, p.19 – 29.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. 6. ed. - Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005, p.167 – 182.

GOMES, Ângela Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005.

GOMES, Ângela Castro. **Regionalismo e centralização política**. Partidos e constituinte nos anos trinta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. RJ: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela Castro. **Burguesia e trabalho**. Política e legislação social no Brasil. 1919- 1937. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

GONÇALVES, Daniel da Costa. **A Insuficiência da ordem: discursos e reformas policiais (Fortaleza 1930-1945)**. 2011. 170f. – Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6370>. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

HEYDEN-RYNSCH, V. von der. **Ècriteur et vie**. Trois siècles de journaux intimes féminins. Paris: Gallimard, 1998.

HILTON, Stanley, **A rebelião vermelha**, Record, Rio de Janeiro, 1986.

HOBBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

LEITAO JR, Arthur Monteiro. **As imagens do sertão na literatura nacional: o projeto da modernização na formação territorial brasileira a partir dos romances regionalistas da geração de 1930**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em geografia, Minas Gerais (MG), 2011. Disponível em: http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4354. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

LEJEUNE Philippe. **Le Pacte autobiographique**. Paris: Seuil, 1975.

LEJEUNE, Philippe. **L'autobiographie en France**. Paris: A. Colin, col. U2, 1973.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? o Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LINO, Sônia Cristina. Projetando um Brasil moderno. Cultura e cinema na década de 1930. Locus: **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 161-178, 2007. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/95.pdf> >. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (Org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.

LORIGA, Sabina. O pequeno x: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MACEDO, Kárittha Bernardo. O Cinema Brasileiro, Hollywood e a Política da Boa Vizinhança da Década de 1930: Um Panorama Para Carmen Miranda. UDESC: **Revista de Artes Cênicas**, Santa Catarina, v. 13, n. 1, p. 99 - 112, 20014. Disponível em: <http://gpceid.ceart.udesc.br/dapesquisa/files/01CENICAS_Karitha_Bernardo_de_Macedo.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Diário Íntimo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle. (Org.). **História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: NOVAIS, F.; ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). **História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MURARI, Francisco. Tucídides: a retórica do método, a figura de autoridade e desvios da memória. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.)////;/ . **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. São Paulo: Unicamp, 2004, p. 95 – 128.

MUZART, Zahidé. Do navegar e de navegantes. IN: MIGNOT; BASTOS; CUNHA (org.). **Refúgios do Eu: Educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000, p.181-190.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.9. nº 18, 1989.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, **Estratégias da ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935)**, Companhia das Letras, São Paulo, 1991.

PRESTES, Anita. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REMOND, Rene. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

ROMANI, Carlo. A Aventura do Anarquismo segundo Oreste Ristori. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH/Ed.UiJuí, vol.17, nº33, 1997, p. 150 – 166.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SALGADO, Plínio. **O integralismo perante a nação**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.

SANTANA, Nara. O Estado Novo e a repressão ao nazismo no Brasil. In: SILVA, Gilvan Ventura (org.). **Dossiê: autoritarismo, repressão e memória II**. Dimensões – Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, CENTRO DE Ciências Humanas e naturais, nº13, jul/dez 2001, p. 157 – 162.

SANTOS JR, Valmir. **A era Vargas e o teatro**: um estudo entre peças teatrais vetadas entre 1930 e 1945 na cidade de São Paulo. 2011, p.25. – Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica – PUC SP, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo (SP), 2011. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13699. Acesso em: 28 de setembro de 2014.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Unicamp, 2004.

SILVA, Hélio. **1937**: todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro: editora Civilização brasileira, 1970.

SILVA, Fernanda Xavier da. **O estudo constitucional da era Vargas**: uma abordagem à luz do pensamento social brasileiro dos anos 30. 2006, 79fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Carlos, 2006, p.18. Disponível em: [ww.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1030](http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1030) Acesso em: 08 de agosto de 2014.

SCHMIDT, Benito B. **Grafia da vida**: reflexões sobre a narrativa biográfica. História Unisinos. São Leopoldo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos, vol. 8, nº. 10, jul./dez. 2004, pp. 131-142.

SCHMIDT, Benito. A Biografia Histórica. In: GUAZELLI, César A.B.; PETERSEN, S.R.F, SCHMIDT, B.B.; XAVIER; R.C. (org.) **Questões de Teoria e Metodologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

STAROBINSKI, Jean. **La relation critique**: l'œil vivant II. édition revue et augmentée. Paris: Gallimard, 2001.

SOUZA, Ricardo Luiz. Oliveira Viana, democrata? **Revista Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Sob o silêncio da escola, a memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH/Ed.UiJuí, vol.17, nº33, 1997, p.280 – 297.

VIALI, Maria Regina Côgo. O primo Levi - o relato da dor sentida por entre cicatrizes e silêncios. In: SALGUEIRO, Wilberth (Org.). **O Testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências**. Vitória: EDUFES, 2011, p.215 - 228.

VIANA, Maria José Mota. **Do sótão à vitrine**: memória de mulheres. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes, **Revolucionários de 1935** – sonho e realidade, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2007.

VIÑAO, António. **Las autobiografías, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipología y usos.** TEIAS: Revista da Faculdade de Educação/UERJ.- n.1, jun. 2000.

Fontes

Jornais – títulos e procedência dos arquivos consultados

Correio da manhã (RJ) – Biblioteca Nacional

Correio do Povo (RS) – Biblioteca Nacional

O Globo (RJ) – Biblioteca Nacional

O Estado de São Paulo (SP) – Arquivo Público de São Paulo

Jornal do Brasil (RJ) - Biblioteca Nacional

O Jornal (RJ) – Biblioteca Nacional

Diário e biografias (atos autobiográficos)

HENRIQUES, Afonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**, vol. I, Editora Record, São Paulo, 1964.

LEITE, Mauro Renault; NOVELLI, Junior. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

VARGAS, Getúlio. **Diário.** Vol. I, Rio de Janeiro: FGV, 1995.

VARGAS, Getúlio. **Diário.** Vol.II, Rio de Janeiro: FGV, 1995.

NETO, Lira. **Getúlio** (1882 – 1930): dos Anos de Formação à Conquista do Poder. 1ª ed., vol. I, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETO, Lira. **Getúlio** (1930 – 1945): Do governo provisório à ditadura do Estado Novo. 1ª ed., vol. II, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETO, Lira. **Getúlio** (1945-1954): da Volta Pela Consagração Popular ao Suicídio. 1ª ed., vol. III, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

COUTINHO, Lourival. **O general Góes depõe...** Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.